



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

**“Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos  
na cidade de Évora”**

Maria José de Almeida Assunção

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

UNIVERSIDADE ABERTA

2019



UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

**“Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos  
na cidade de Évora”**

Maria José de Almeida Assunção

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Orientação Científica: Professora Doutora Olga Magano

2019



Aos meus filhos, Catarina e Pedro, porque lhes quero legar o respeito por “*todos*”.

## Resumo

Em Portugal o direito à habitação é um direito constitucional para todos os cidadãos mas em Évora continua por cumprir em relação a algumas pessoas ciganas que vivem em acampamentos. Não ter acesso a habitação e viver em condições de precariedade extrema soma-se a outras condições como a pobreza, a segregação espacial e a discriminação social que condicionam toda a vida familiar dos indivíduos e das famílias.

Estas famílias sem habitação residentes em Évora vivem em acampamentos, sem que se trate de uma opção de modo de vida, ou que se relacione com a “cultura cigana” mas sim pelo facto de não terem outras opções: não têm habitação, escolaridade, emprego, participação cívica, etc.

No sentido de conhecer as condições de vida das pessoas ciganas desalojadas de Évora foi realizado um estudo exploratório que aborda as condições de sobrevivência, os apoios de que dispõem, as necessidades sentidas, preconceitos, segregação e discriminação. Em termos metodológicos aplicou-se um inquérito a um representante de cada uma família cigana desalojada o que permitiu ter o retrato sociodemográfico da população estudada. Foram também realizadas entrevistas a pessoas ciganas e a interventores institucionais que nos deu diferentes perspetivas sobre a mesma realidade social.

As pessoas ciganas que vivem em acampamentos em Évora residem há anos na cidade e revelam um forte sentimento de pertença a esses territórios. (Sobre)vivem em contexto de pobreza (com escassos recursos económicos) e marginalização (afastados da vida da cidade), com carências ao nível das necessidades básicas (falta de habitação, eletricidade, água, saneamento, etc.) mas têm expectativas sobre a melhoria das suas condições de vida. Os técnicos apontam as dificuldades sentidas na intervenção e demonstram uma certa aceitação e naturalização das condições de vida em que vivem estas famílias ciganas. As políticas públicas mostram-se ineficazes para a resolução da questão habitacional e de acesso a recursos fundamentais por parte destas pessoas ciganas.

**Palavras-chave:** Habitação, Ciganos, Acampamentos, Desalojamento, Realojamento, Integração.

## **Abstract**

In Portugal the right to housing is a constitutional right but for some people it remains unfulfilled. In Évora there are still Gypsies who do not have access to housing and even the group is most affected by housing problems. The lack of access to housing and living in conditions of extreme precariousness adds up to other conditions such as segregation and social discrimination and conditions the entire family life of individuals and families.

These families live in Évora, in camps without health conditions and in extreme poverty, without this way of life being their option, or having to do with the "Gypsy culture", but because they do not have other choice: they live without housing, no schooling, no job, no civic participation, etc.

In order to know the living conditions of Gypsies evicted from Évora, an exploratory study was carried out with the objective of knowing their relationship with the territory, the conditions of survival, the support they have, the felt needs, prejudices, segregation and discrimination. In methodological terms, a questionnaire survey was applied to a representative of each gypsy family that allowed us to have the sociodemographic portrayal of these families and the interviewing of displaced Gypsy people and institutional interveners.

The results show that the studied Gypsies have been settled in Évora for many years and have a strong sense of belonging to this territory. These people live in a context of poverty and marginalization, with serious shortcomings in basic needs (lack of housing, electricity, water, sanitation, etc.). Public policies have proved ineffective to resolve the housing issue and access to key resources by these Gypsy individuals.

**Keywords:** Housing, Gypsies, Camps, Eviction, Rehousing, Integration.

## Resumen

En Portugal, el derecho a la vivienda es un derecho constitucional pero en Évora sigue por cumplir, puesto que siguen existiendo personas gitanas viviendo en campamentos. Al no tener acceso a la vivienda y al vivir en condiciones de extrema precariedad se suman otras condiciones como la pobreza, la segregación y la discriminación social, las cuales condicionan toda la vida familiar de los individuos y de las familias.

Estas familias sin vivienda residentes en Évora viven en campamentos, sin que se trate de una opción de modo de vida, o que tenga que ver con la “cultura gitana”, pero sí por el hecho de no tener alternativa: se encuentran sin vivienda, sin escolarización, sin empleo, sin participación cívica, etc.

Con el propósito de conocer las condiciones de vida de las personas gitanas desplazadas de Évora, se realizó un estudio exploratorio con el objetivo de conocer su vínculo con el territorio, las condiciones de supervivencia, apoyos disponibles, necesidades sentidas, prejuicios, segregación y discriminación. En términos metodológicos se aplicó una encuesta a un representante de cada familia gitana desplazada, que nos permitió trazar el perfil sociodemográfico de estas familias pero también se realizaron entrevistas a personas gitanas desplazadas y a interventores institucionales lo que nos aportó profundidad de perspectivas sobre la misma realidad social.

Las personas gitanas estudiadas se instalaron en Évora hace ya muchos años y el sentido de pertenencia hacia ese territorio es fuerte. Viven en un contexto de pobreza y marginación, con graves carencias al nivel de las necesidades básicas (falta de vivienda, electricidad, agua potable corriente, saneamiento, etc.), y revelan expectativas en mejorar sus condiciones de vida. Por otro lado, la perspectiva de los técnicos que señalan las dificultades sentidas e incluso una cierta naturalidad en la aceptación de las condiciones en que viven. Las políticas públicas se han mostrado ineficaces para la resolución de la cuestión de la vivienda y del acceso a recursos fundamentales por parte de estas personas desplazadas.

**Palabras clave:** Vivienda, Gitanos, Campamentos, Desalojo, Realajo, Integración

## **Agradecimentos**

A investigação aqui apresentada só foi possível porque contei com o apoio de várias pessoas que nela participaram direta ou indiretamente.

Agradeço à Universidade Aberta a possibilidade de reingresso no Mestrado de Relações Interculturais após tantos anos passados sobre a frequência do primeiro ano.

O meu maior agradecimento vai para as pessoas ciganas que participaram neste trabalho, que me acolheram com simpatia e partilharam comigo aspetos privados das suas vidas, apenas não posso dizer que me abriram as portas de suas casas, porque estas pessoas não têm casa! Sem eles este trabalho não se teria realizado.

Quero agradecer de igual forma à minha orientadora, a Professora Doutora Olga Magano, por quem tenho enorme admiração, por todo o apoio, paciência, compreensão e por tudo o que me ensinou, ajudando-me a superar os obstáculos, mas sobretudo pelo seu exemplo, retirando como ninguém, as lentes do preconceito para observar apenas o que é essencial. Sem a sua ajuda, este trabalho não teria sido possível!

O meu grande obrigado a todas as pessoas que gentilmente me concederam as suas entrevistas e aos elementos e entidades que constituem a Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural que participaram direta e indiretamente nesta investigação e me concederam acesso a alguns dados.

À Susana, e ao Fernando agradeço as palavras de apoio, tão necessárias em momentos de desânimo. Ao Francisco Carlos quero agradecer as dicas na análise dos dados.

Aos meus queridos irmãos agradeço o apoio e participação neste trabalho, à minha irmã que me acompanhou algumas vezes no trabalho de campo, ao meu irmão a ajuda na formatação do trabalho.

Ao António, meu marido e amor da minha vida, não tenho palavras que possam agradecer o carinho, amor e compreensão com que me apoiou incondicionalmente e por todas as vezes que foi pai e mãe ao mesmo tempo. Por fim, agradeço aos meus queridos filhos Catarina e Pedro, a quem dedico este trabalho, que apesar da sua tenra idade, compreenderam as minhas ausências como mãe.

*“Os portugueses «ciganos» que hoje conhecemos são o resultado direto da história violenta e até mesmo criminosa a que os submetemos.”*

José Gabriel Bastos

*“Ser cigano integrado é uma conceção dinâmica e plural que abre a possibilidade de «ser cigano» e «ser integrado», ou seja, integrar-se na sociedade dominante sem diluição da identificação cigana.”*

Olga Magano

# Índice Geral

Resumo .....	2
Abstract .....	3
Resumen.....	4
Agradecimentos .....	5
Índice Geral.....	7
Índice de Figuras.....	9
Índice de Fotografias .....	9
Índice de Gráficos .....	10
Índice de Tabelas .....	11
Siglas e Abreviaturas .....	12
Introdução .....	13
<b>PARTE I – Enquadramento Teórico .....</b>	<b>15</b>
Capítulo 1 - Habitação e realojamento .....	16
1.1. O acesso a uma habitação condigna como um direito social.....	16
1.2. Alguns dados sobre as condições habitacionais em Portugal .....	20
1.3. Políticas públicas para a habitação em Portugal .....	23
1.4. Diferenciação e estigmatização dos espaços .....	30
1.5. Novas tendências das políticas habitacionais .....	33
Capítulo 2 - Os ciganos em Portugal .....	37
2.1. Os ciganos, alguns dados históricos e culturais.....	37
2.2. Ciganos e questões de habitação.....	42
2.3. Entre a itinerância (forçada) e a sedentarização .....	48
2.4. Políticas para a integração dos ciganos.....	51
2.5. Projetos desenvolvidos no âmbito da integração dos ciganos .....	55
Capítulo 3 - Os ciganos de Évora .....	59
3.1. Caracterização da população cigana de Évora.....	59
3.2. O caso da população cigana de Évora e a relação com a habitação social .....	63
3.3. A Unidade de Rede para a Inclusão e Dialogo Intercultural .....	66
<b>PARTE II – Metodologia de Investigação .....</b>	<b>70</b>
Capítulo 1 - Pontos de partida.....	71
1.1. Potencialidades e constrangimentos ao estudo .....	71
1.2. Objeto de estudo .....	73
1.3. Objetivos do estudo .....	74
1.4. Questões de partida.....	76
Capítulo 2 - Opções metodológicas .....	77
2.1. Tipo de investigação e técnicas e métodos usados .....	77
2.2. O trabalho de campo: observação, inquérito por questionário e entrevistas em profundidade .....	79
<b>PARTE III - Apresentação e Discussão de Resultados .....</b>	<b>85</b>
Capítulo 1 – Os ciganos residentes em acampamentos em Évora: contributos para o seu conhecimento .....	86
1.1. Locais de residência e mobilidade espacial .....	86

Penedo d' Ouro .....	88
Quinta do Gentil.....	90
Parque das Fontanas.....	93
Monte Redondo e Torrão .....	96
1.2. Distribuição territorial e tempo de permanência.....	98
1.3. Caracterização sociodemográfica .....	102
Atividade profissional e rendimentos .....	116
1.4. Contextos da vida e relações sociais e institucionais. A realidade dos ciganos na vida quotidiana.....	123
Os alojamentos e formas de apropriação do espaço: contexto de pobreza e de marginalização .....	123
As famílias e dinâmicas com a sociedade envolvente .....	135
Apoios institucionais: Proteção social, alimentação e saúde .....	145
Prática de culto religioso.....	157
Receção de correio.....	157
1.5. Perspetivas face à habitação: a expectativa de que algum dia tenham acesso ....	158
Perspetiva dos intervenientes profissionais .....	163
1.6. Preconceito, estereótipos e discriminação em relação a pessoas ciganas.....	166
Capítulo 2 - Discussão de resultados .....	172
Conclusões .....	181
Bibliografia .....	186
Anexos .....	199

## Índice de Figuras

Figura 1 - Laços de parentesco entre as famílias .....	140
Figura 2 - Laços de parentesco entre os agregados B, C e I.....	140
Figura 3 - Laços de parentesco entre os agregados A, C e H.....	141

## Índice de Fotografias

Fotografia 1 - Mapa parcial da cidade de Évora .....	86
Fotografia 2 - Penedo d'Ouro.....	88
Fotografia 3 - Quinta do Gentil.....	91
Fotografia 4 - Parque para caravanas construído na Quinta do Gentil .....	92
Fotografia 5 – Parque das Fontanas .....	94
Fotografia 6 - Monte Redondo e Torrão .....	97
Fotografia 7 – Barracas com 2 anos.....	124
Fotografia 8 - Barraca com 2 meses de construção .....	125
Fotografia 9 – Barraca com 2 meses de construção.....	125

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição do número de indivíduos por acampamento.....	99
Gráfico 2 - Distribuição de adultos e crianças por território .....	100
Gráfico 3 - Pirâmide etária do total da população .....	103
Gráfico 4 - Origem dos pais e mães.....	106
Gráfico 5 - Locais onde residem familiares.....	107
Gráfico 6 - Níveis de escolaridade da população adulta.....	108
Gráfico 7- Escolaridade obrigatória.....	110
Gráfico 8 - Situação de escolaridade das crianças .....	111
Gráfico 9 - Estado civil dos adultos.....	112
Gráfico 10 - Idade dos elementos à data do casamento .....	113
Gráfico 11 - Idades à data do nascimento do 1º filho .....	114
Gráfico 12 - Número de filhos por indivíduos.....	115
Gráfico 13 - Profissões já exercidas pelos indivíduos adultos.....	119
Gráfico 14 - Valor dos rendimentos mensais.....	121
Gráfico 15 - Agregados familiares que recorre a apoio institucional (%) .....	146
Gráfico 16 - Total dos agregados familiares distribuídos por instituições onde recorrem	147
Gráfico 17 - Vacinação .....	156
Gráfico 18 - Unidade de Saúde e atribuição de médico de família .....	156
Gráfico19 - Morada para expedição do correio .....	158

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Nº de alojamentos não clássicos por distrito .....	44
Tabela 2 – Propostas da ENICC para a habitação .....	54
Tabela 3 - Distribuição do total dos agregados familiares pelo território e respetivas tipologias familiares.....	99
Tabela 4 - Distribuição dos agregados por território e por tempo de permanência.....	101
Tabela 5 - Locais de acampamento ou residência anterior dos agregados familiares .....	101
Tabela 6 – Origem sociocultural da população estudada .....	104
Tabela 7 - Distribuição da população por naturalidades.....	105
Tabela 8 - Escolaridade obrigatória em função da idade.....	109
Tabela 9 – Média de idades do casamento .....	114
Tabela 10 - Média de Idades à data do nascimento do 1º filho .....	115
Tabela 11 - Situação perante o emprego da população adulta.....	116
Tabela 12 - Inscrição no IEFEP como candidato a emprego .....	118
Tabela 13 - Valores auferidos e dimensão do agregado familiar .....	122
Tabela 14 - Estado de saúde da população total .....	154

## **Siglas e Abreviaturas**

ACM - Alto Comissariado para as Migrações  
ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos  
ADBES - Associação para o Desenvolvimento e Bem-estar da Cruz da Picada  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CDESC- Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais  
CLAS - Conselho Local de Ação Social  
CME - Camara Municipal de Évora  
ENICC – Estratégia Nacional para a integração das Comunidades Ciganas  
ERRC - European Roma Rights Centre  
DEIS - Divisão de Educação e Intervenção Social da Camara Municipal de Évora  
FFH – Fundo de Fomento da Habitação  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
Habévora EM - Habévora, Entidade Municipal de Gestão Habitacional, Unipessoal Lda., E.M.  
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INH - Instituto Nacional de Habitação  
IRHU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PER - Programa Especial de Realojamento  
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego  
PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação  
SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local  
RMG - Rendimento Mínimo Garantido  
RSI - Rendimento Social de Inserção  
UE - União Europeia  
URIDI – Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural

## Introdução

A população portuguesa cigana apresenta, de um modo geral, dificuldades de integração social, fazendo parte de uma franja populacional empobrecida, marginalizada e vítima de xenofobia generalizada em todas as dimensões da sua existência. Este cenário é generalizado a nível europeu e levou a União Europeia a propor a implementação de uma estratégia europeia e aos estados-membro impôs a elaboração de estratégias específicas o que em Portugal se consubstanciou na Estratégia Nacional para a Inclusão das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2013), abrangendo os eixos onde se verificam as maiores vulnerabilidades desta população, sendo um deles a habitação.

Sabendo-se que a habitação tem sido uma das áreas de maior intervenção por parte do Estado nas últimas três décadas, no cumprimento do princípio do direito à habitação como um direito constitucional, cresce o interesse em perceber a importância destas políticas na vida das pessoas ciganas e se têm contribuído para baixar os níveis de exclusão social. Nesse sentido, importa perceber os motivos subjacentes ao facto de ainda existirem pessoas ciganas que residem em acampamentos em Évora.

Este trabalho estruturou-se em três partes principais, uma dedicada ao enquadramento teórico, procurando uma base de contextualização e suporte ao estudo que posteriormente se desenvolve, uma segunda parte que elenca as metodologias utilizadas no desenvolvimento da pesquisa e por fim, uma terceira parte que apresenta os resultados obtidos, analisados e discutidos à luz do conhecimento teórico.

Na primeira parte deste trabalho, de enquadramento teórico, faz-se uma breve abordagem ao acesso à habitação enquanto direito social promotor de bem-estar e da dignidade humana e os dados atuais das condições habitacionais em Portugal. Para melhor se compreender esta realidade atual, faz-se uma incursão histórica pelo percurso das políticas de habitação em Portugal com vista à compreensão da dinâmica do parque habitacional nos últimos anos e analisar as consequências das suas transformações para o país e para os seus beneficiários diretos. A exploração deste tema permitiu identificar espaços diferenciados, produzidos pela falta de projeção na sua conceção e pelo desconhecimento das especificidades das populações que neles se têm realojado. Este aspeto foi explorado neste

trabalho pela importância que assume na vida dos moradores, nomeadamente como promotor de estigmatização.

Ainda na primeira parte abordam-se as questões relacionadas com as pessoas ciganas, faz-se um levantamento de alguns dados históricos e culturais que ajudam a contextualizar a situação atual das pessoas ciganas em Portugal, sobretudo no que respeita às condições habitacionais. Esta exploração permitiu identificar vulnerabilidades habitacionais entre as famílias ciganas, tais como a dificuldade de acesso a habitação, situações de precariedade e itinerância forçada, pelo não reconhecimento de pertença territorial por parte dos municípios.

Na segunda parte do trabalho apresentam-se as opções metodológicas e a natureza do trabalho. Trata-se de um estudo exploratório, de cariz qualitativo, com recurso a métodos de observação, entrevistas e questionários. Estes métodos permitiram conhecer a realidade estudada e escolhida como tema central do trabalho, que se intitula “*Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos na cidade de Évora*”, cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre as famílias ciganas de Évora que estão privadas do direito à habitação e os prejuízos e constrangimentos causados nas suas vidas, sobretudo o confinamento a situação de segregação social e espacial.

Na terceira parte deste trabalho apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos, passando por uma caracterização demográfica da população desalojada em Évora estabelecida em acampamentos. É observada a sua relação com o território e trajetórias de vida, apropriação do espaço e relações entre o grupo e a restante população. São ainda abordados os temas da discriminação e preconceito como sentimentos que marginalizam e segregam esta população da vida da cidade.

## **PARTE I – Enquadramento Teórico**

# Capítulo 1 - Habitação e realojamento

## 1.1. O acesso a uma habitação condigna como um direito social

Ter uma habitação condigna é uma das necessidades básicas do ser humano, em que ter um lugar seguro para viver representa um fator fundamental para assegurar a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade geral de vida. Estas considerações levam a que as questões da habitação sejam encaradas como uma questão de direitos humanos. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) estabelece a definição de habitação condigna:

“Deverá mostrar-se um espaço adequado à intimidade dos que nela habitam, com segurança, iluminação e ventilação suficientes, infraestruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e aos serviços essenciais, tudo isto a um custo razoável para os seus residentes.”

(ACNUDH, 2002, ficha nº 21, p.7).

Para que se possa compreender a importância do conceito de habitação condigna e a sua constituição como uma questão de direitos humanos é importante conhecer os números que traduzem o problema de falta de habitação.

O Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos identifica mais de 1 bilião de pessoas, em todo o mundo a viverem numa habitação não adequada e 100 milhões que não têm abrigo. Relativamente ao abastecimento de água potável e saneamento, duas necessidades básicas ligadas à habitação, o Relatório de Avaliação da Década, da Organização Mundial de Saúde (1990) revela que 1,2 biliões de habitantes dos países em desenvolvimento não têm acesso a água potável e 1,8 biliões não dispõem de saneamento básico (ACNUDH, 2002, ficha nº 21, p. 6)

O direito a uma habitação condigna enquadra-se no âmbito dos direitos sociais que, em conjunto com os direitos civis e políticos constituem o conjunto dos direitos fundamentais. Os direitos sociais ou de cidadania visam garantir e conduzir ao bem-estar dos seus elementos. Trata-se de um conjunto de fatores proporcionados pela atuação política, construções sociais, cujos efeitos sobre as populações garantem o seu bem-estar: o acesso

aos cuidados de saúde, educação, habitação, transportes, trabalho, lazer ou exercício de poder na sociedade ou numa organização são exemplo disso. De acordo com Pereirinha (2008), a principal definição de direitos de cidadania continua a ser a que foi avançada por Marshall (1950), que distingue três grandes domínios de direitos reconhecidos que marcaram a história da humanidade ao longo deste período: os direitos civis no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX (p.85).

Os direitos sociais são particularmente distintos dos direitos civis e políticos. Enquanto estes últimos são considerados '*direitos – liberdade*', os primeiros são direitos positivos ou '*direitos-crédito*', isto significa que a sua realização tem implicações de maior exigência, ficando eventualmente sujeita a uma ação que pressupõe a afetação de recursos para a sua plena realização (p.86). Para além desta distinção, no caso dos direitos sociais, há que levar em conta ainda o momento histórico em que lhes é dada maior relevância, (segunda metade do século XX), tendo estes ficado então vinculados aos ideais de fraternidade e solidariedade por serem produto da ação de diversos movimentos sociais e coletivos nas últimas décadas (Villar, 2015, p.12).

No entanto, a evolução histórica dos direitos não pressupõe que uns venham em substituição dos outros, revelando sim, um caráter cumulativo e de complementaridade (Sarlet, 1998, citado por Villar, 2015, p.11), de acordo com o desenvolvimento das sociedades e transformações sociais.

No direito internacional dos Direitos Humanos, de acordo com o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CDESC) (ACNUDH, 2008, ficha nº 16, p. 5) os direitos civis e políticos têm vindo, em muitos aspetos, a receber mais atenção e a serem objeto de mais esforços de codificação legal e interpretação jurídica. O reconhecimento destes direitos é muito mais proeminente do que o reconhecimento dos direitos económicos, sociais e culturais, estes últimos, tendem a ser vistos como direitos de segunda classe, não suscetíveis de virem a ser exigidos, e cuja realização apenas deverá acontecer progressivamente ao longo do tempo. No entanto, o CDESC refere a indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos (p. 1):

“Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve considerar os direitos humanos globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase. Embora se deva ter sempre presente o significado

das especificidades nacionais e regionais e os diversos antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.”<sup>1</sup>

O CDESC refere ainda que os direitos económicos, sociais e culturais destinam-se a garantir a proteção da pessoa humana na sua plenitude, com base na perspectiva de que as pessoas podem gozar simultaneamente de direitos, liberdades e justiça social (ACNUDH, 2008, ficha nº 16, p. 6).

Assim, o direito à habitação constitui um direito fundamental. No entanto, alguns grupos ou indivíduos têm maiores dificuldades no exercício do seu direito ao acesso à habitação adequada, nomeadamente alguns grupos minoritários ou mais vulneráveis. Por esse motivo, os Estados devem levar em conta medidas positivas no sentido de garantir que estes grupos não sejam discriminados negativamente no propósito ou efeito das leis (Villar, 2015, p.12).

A partir de 1948 produziram-se instrumentos jurídicos internacionais que vão no sentido de assegurar e fazer valer os direitos fundamentais do ser humano. O direito a uma habitação condigna encontra-se reconhecido desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948 (ACNUDH, 2001, Ficha formativa nº 2, p.31). A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê no nº 1 do seu artigo 25º:

"Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Mais tarde outros instrumentos foram criados no sentido de assegurar e consolidar o exercício deste direito dos cidadãos, nomeadamente o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 que entrou em vigor a 3 de janeiro de 1976, com o objetivo de criar

---

<sup>1</sup> Declaração e Programa de ação de Viena (Parte I, parágrafo 5), adotada pela conferência mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 25 de junho de 1993 (A/CONF.157/24 (Parte 1, capítulo III, p.1).

condições e obrigar os Estados a promover o respeito universal e efetivo pelos Direitos Humanos, permitindo a cada pessoa goza-los em todas as suas vertentes, quer económicas, sociais e culturais, bem como as civis e políticas.

O direito a uma habitação condigna tem merecido progressivamente maior preocupação por parte dos governantes vindo a integrar as constituições de diversos países e preenchido a agenda política internacional com sucessivas referências aos longos dos últimos anos:

De 25 a 27 de setembro de 2015, em Nova Iorque (EUA), decorreu uma cimeira da ONU na qual estiveram presentes os líderes mundiais e se debateram assuntos com vista a erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento à escala global até 2030. Esta ficou conhecida como a Agenda 2030, nela foram traçados 17 objetivos com vista, entre outros, acabar com a pobreza e promover a prosperidade e o bem-estar de todos. No seu conteúdo pode ler-se:

“Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros de lata.”<sup>2</sup>

A 30 de novembro de 2016 os ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano de cada Estado membro reúnem-se em Amesterdão, numa reunião que foi chamada o Pacto de Amesterdão para debater e adotar a Agenda Urbana da União Europeia. Nesta reunião foram debatidas as questões relacionadas com a habitação, nomeadamente a eficácia das políticas para os europeus mais pobres, o melhoramento dessas políticas através das inovações introduzidas e a influência da União Europeia (UE) nos resultados obtidos.

No dia 17 de novembro de 2017 realizou-se em Gotemburgo (Suécia), a Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, onde participaram os dirigentes da União Europeia e nele foi proclamado o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A habitação para todos está também prevista no documento:

“Deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de qualidade.”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Agenda 2030 - Objetivo nº 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, p.22

<sup>3</sup> Pilar europeu dos direitos sociais. Capítulo III – Proteção e inclusão sociais. Ponto 19. Habitação e assistência para os sem-abrigo.

O ACNUDH (2002) enunciou os vários aspetos constitutivos do direito à habitação, nomeadamente: disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas, ou seja, a habitação deve dispor de serviços básicos como água, eletricidade, esgotos, recolha de lixo e instalações sanitárias. A acessibilidade, a custos que o agregado possa suportar. Habitabilidade, cujas características possam proteger das condições climáticas. Por fim, a localização, em meio ambiente saudável, com existência de equipamentos sociais necessários e com respeito pelas diversidades culturais (pp. 24-26).

Contudo, apesar de todos os esforços e recomendações e das estruturas jurídicas criadas (pactos internacionais, constituições dos países, etc.), no sentido de promover o direito a habitação, as mesmas não tiveram o impacto desejado. Um dos obstáculos que se verifica é a falta de uma definição, universalmente reconhecida, de todas as dimensões desta norma. A habitação não deve ser vista apenas como um teto, mas como uma infraestrutura completa que garanta o bem-estar de quem nela habita (ACNUDH, 2002, p. 24).

## **1.2. Alguns dados sobre as condições habitacionais em Portugal**

Em Portugal os números referentes às pessoas que ainda não tiveram acesso a uma habitação condigna ou são atingidas pelos problemas relacionados com a habitação e às carências do parque habitacional português são igualmente preocupantes.

De acordo com o Diagnóstico para o Plano Estratégico de Habitação realizado pelo IHRU (IRHU, 2007), apesar de se poder considerar a relativa juventude do parque habitacional português, o seu edificado encontra-se fortemente degradado. Embora 59% de todo o edificado esteja em bom estado de conservação sem necessidade de quaisquer reparações, os restantes 41% apresentam necessidade de reparos. Esta percentagem traduz-se em 326 mil fogos a necessitar de grandes obras de reparação e restauro e 1 milhão e 600 mil fogos necessitam igualmente de reparações embora de menor relevância. No entanto, é igualmente importante salientar que a análise a estas situações permitiu concluir que, dos fogos degradados, apenas 57% são de residência habitual, 1/3 destes fogos encontram-se desocupados, possivelmente pelo estado avançado de degradação que apresentam e 12% são para uso sazonal. A análise ao parque habitacional permite aferir da necessidade de cerca de 200 mil fogos, esta análise leva em conta uma dimensão “qualitativa” das

necessidades de alojamento, isto é, as carências habitacionais integrando a sobrelotação e as famílias alojadas em condições precárias. Seria ainda necessário, considerando apenas os fogos de residência habitual, a realização de obras de recuperação em 190 mil fogos (IRHU, 2007, p.35).

Ainda, segundo o mesmo estudo, as carências “qualitativas” de alojamento estão relacionadas com a lei da oferta e da procura, que determina os preços do mercado. Tendo em conta os baixos rendimentos de uma parte significativa da população portuguesa e os custos da habitação no mercado privado, não é difícil prever que uma grande parte da população pobre não tem capacidade económica para aceder a uma habitação no mercado privado da habitação que satisfaça as suas necessidades. A análise dos dados estatísticos permitem concluir que pelo menos 20% da população pobre<sup>4</sup> residente em Portugal não têm condições de acesso à habitação sem apoio do Estado. O Diagnóstico para o Plano Estratégico de Habitação identifica alguns grupos mais afetados pelo problema de carência habitacional, nomeadamente as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo ou em risco de perder o alojamento, os imigrantes, as pessoas portadoras de deficiência e população cigana (IHRU, 2007, p. 40).

Não sendo possível desenvolver no âmbito deste trabalho, os dados e problemas referentes a cada um destes grupos, deixamos algumas notas sobre a habitação para a população cigana. De acordo com o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, a maioria das pessoas pertencentes a estes grupos pode integrar-se na “*malha urbana*” existente, considerando-se que não existe a necessidade de discriminação no alojamento de imigrantes e população cigana, no entanto, é feita uma chamada de atenção para o facto de a diversidade existente dentro destes grupos remeter para a necessidade de algumas condições especiais de alojamento, na medida em que os modos de vida e o acesso ao mercado privado de habitação de algumas destas pessoas são fatores de discriminação (AA.VV., 2008, p. 150).

Já em 2005, o Conselho da Europa aprovou uma recomendação visando a melhoria das condições habitacionais dos ciganos, independentemente do seu grau de mobilidade e das suas aspirações em termos de alojamento, como refere Castro (2008). Esta recomendação, que se dirigiu aos 46 países da EU, demonstra a importância atribuída às questões da habitação para uma verdadeira integração social dos ciganos (AA.VV., 2008, p. 151).

---

<sup>4</sup> 800 mil famílias situam-se abaixo do limiar de pobreza.

Em 2016 (de 5 a 13 de dezembro) estiveram em Portugal dois relatores especiais das Nações Unidas sobre o direito a uma habitação condigna e sobre os direitos humanos à água e ao saneamento e visitaram algumas localidades ao longo do território português como Loures, Amadora, Bairro da Cova da Moura, Vidigueira, Campanhã (Porto), Ilha da Bela Vista e Bairro do Aleixo (Porto) que se mostraram preocupados com as condições de habitabilidade de alguns grupos vulneráveis em Portugal. Nomeadamente no que diz respeito à exclusão e discriminação da comunidade cigana que “*vive em algumas das condições de habitação mais deploráveis*”; algumas pessoas de origem africana, sobretudo vindos das ex-colónias portuguesas; os “*novos pobres*”, empurrados para situações de pobreza e exclusão social originadas pela crise económica dos últimos anos; os idosos a viverem isoladamente e em condições habitacionais degradadas e as famílias monoparentais que, com falta de recursos económicos, sujeitam-se a habitações em zonas de habitação informal ou arrendamentos mais baratos (Heller & Farah, 2016).

Mais recentemente, o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, também realizado pelo IHRU (2018), revela que as carências habitacionais persistem, tendo sido identificadas 25.762 famílias com necessidades de realojamento. Estas famílias estão distribuídas por 187<sup>5</sup> municípios, agrupadas em 2.901 núcleos degradados, a que corresponde 14.748 edifícios e 31.526 fogos. As diferenças entre o número de fogos e de famílias a realojar diz respeito ao facto de existirem fogos desocupados nos núcleos identificados (p. 20). Este estudo revela ainda que, apesar de existirem carências habitacionais em todo o país, os problemas concretos, a sua dimensão e as causas que lhes estão subjacentes têm uma expressão muito diferenciada em cada território (p. 14). Nesse sentido, os dados apontam para um maior número de famílias a realojar nos distritos de Lisboa, com 9.869 famílias, Porto com 5.084 e Setúbal com 4.161. Os restantes distritos que declararam ter necessidades de realojamento distribuem-se por todo o território nacional e traduzem-se em situações de menor relevância, sendo o município de Aveiro o mais grave, apresentando necessidade de realojar 1.099 famílias. No caso particular de Évora, o município declarou a necessidade de realojar 311 famílias e carência de 286 fogos (p. 21).

---

<sup>5</sup> Os dados apresentados neste estudo referem-se a 307 municípios que aderiram ao levantamento das necessidades habitacionais, dos quais 187 declararam ter necessidades de realojamento e 120 não identificaram quaisquer necessidades.

### **1.3. Políticas públicas para a habitação em Portugal**

A Constituição da República Portuguesa estabelecida com a implementação do regime democrático, através do artigo 65º, prevê o direito a uma habitação condigna para todos os cidadãos (2005, p. 50):

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

Então, compete ao Estado Português promover políticas e implementar medidas específicas para a criação de habitação, o realojamento das populações desalojadas e daquelas cujos rendimentos não lhes permite suportar as despesas com a habitação.

O direito à habitação adequada não obriga a que o Estado se responsabilize pela construção de todo o parque habitacional, mas implica o seu empenho em garantir que a mesma não falta aos grupos mais vulneráveis e aos mais pobres, sem possibilidade de garantir a si próprios e às suas famílias uma habitação condigna (Villar, 2015, p. 46).

Para que se possa compreender o quadro atual das políticas de habitação em Portugal importa fazer uma breve incursão história sobre a evolução das questões habitacionais em Portugal. Nomeadamente, os fatores sociais e económicos subjacentes ao seu desenvolvimento e que acompanharam a dinâmica populacional, o papel do Estado e estratégias adotadas no sentido de garantir que o direito a uma habitação chegasse aos mais desfavorecidos atenuando as desigualdades sociais. Neste âmbito, assistiu-se a uma diversidade de formas de atuação e diferentes políticas sociais direcionadas para a habitação, numa tentativa de acompanhar a evolução das necessidades e dar resposta ao problema social da falta de habitação.

De acordo com Ferreira (2005, p. 76), a análise da génese e evolução do planeamento urbano pode ser estruturada em três fases fundamentais: a primeira fase durante a segunda metade do séc. XIX; a segunda fase durante o Estado Novo (1928-1970) e a terceira fase após 1971.

A primeira fase a que se refere Ferreira (2005) ficou assinalada em Portugal pela publicação do diploma que regulamentou os Planos Gerais de Melhoramento, em 1864.

Contudo, a sua aplicação tornou-se complicada, pelas vicissitudes e contradições do processo de liberalização política e pelo atraso do desenvolvimento industrial e capitalista do país. Esta época, que ficou marcada pela afirmação do planeamento urbano e modernização das cidades nos países europeus mais desenvolvidos, teve pouca relevância em Portugal. A revolução liberal foi um processo inacabado em Portugal devido ao facto de ter sido sustentada por uma burguesia pouco preparada, que se viu entre o processo de exploração colonial e a industrialização do país. Nesse sentido os ecos da revolução urbanística chegaram ao país “*retardados e frouxos*”, não encontrando aqui condições para o seu desenvolvimento (Ferreira, 2005, p. 77).

A segunda fase do planeamento urbanístico, de acordo com Ferreira (2005) ficou associada ao período de vigência do Estado Novo. Apesar de ter existido alguma iniciativa em termos de legislação nesse período (Duarte Pacheco, na sua passagem pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, fez publicar o Decreto Lei 24802/34, que instituiu os Planos Gerais de Urbanização e Expansão a elaborar por iniciativa dos municípios), a mesma não teve um grande impacto no desenvolvimento urbanístico (Ferreira, 2005, p. 78). O Estado criou em 1932 o Comissariado do Desemprego, ao qual incumbia o financiamento do programa dos melhoramentos urbanos e rurais, através das prestações de desemprego. Este programa passou a constituir a base do apoio financeiro aos municípios para a realização dos trabalhos de urbanização (Silva, 1994, p. 662).

A associação desta legislação às prestações de desemprego, conforme aconteceu durante o vigência do Estado Novo, mais não visava do que promover e orientar as realizações de propaganda do regime (que tanto o caracterizava) e colmatar ao mesmo tempo, as implicações sociais de desemprego que advieram na sequência da Grande Depressão de 1929 e da crescente migração dos campos para a cidade (Ferreira, 2005, p. 78).

Por esta altura, o parque habitacional português foi influenciado por diversos programas criados pelo governo, nomeadamente o Programa Casas Económicas em 1933, o Programa Casas Desmontáveis em 1938, o Programa Casas de Renda Económica em 1945, entre outros que surgiram posteriormente (Borges, 2011, p. 28). O programa de casas de renda económica em 1945 fez surgir a edificação em altura, surgiram os apartamentos que vieram alterar o panorama do parque habitacional (Nunes, 2013, p. 87).

Na ótica de Silva (1994), o principal problema das políticas de habitação do Estado Novo foi exatamente ficarem fora do alcance daqueles para os quais inicialmente foram criadas, os que apresentavam menores rendimentos (p.666). Portanto, apesar de se ter verificado uma maior intervenção do Estado, o autor refere que,

“o modelo de promoção pública do Estado Novo, nas décadas de 30 e 40, não se inseriu num processo de construção do Estado-Providência, como em outros países europeus depois da Segunda Guerra Mundial, e não alterou de forma significativa o parque habitacional, que continuou a ser construído sobretudo pela iniciativa privada.” (Silva, 1994, p. 673)

Os primeiros dados sobre habitação em Portugal surgiam através do Recenseamento de 1950 preparado pelo Inquérito às Condições de Habitação e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 1954. Raul da Silva Pereira<sup>6</sup>, em entrevista à revista *Análise Social*, nº 206 refere as dificuldades em pôr no papel os números que retratavam as realidades habitacionais da época, causadas pela censura própria do regime ditatorial do Estado Novo (Cachado & Nunes, 2013, p. 184).

No entanto, sentia-se já a necessidade de uma política de habitação. Um estudo desenvolvido por Borges, onde é caracterizado o mercado de habitação em Portugal ao longo do séc. XX, mostra que a evolução do parque habitacional foi influenciada por vários fatores: evolução do papel da família; localização das bacias de emprego; papel do Estado; o preço praticado no mercado de habitação e as necessidades das populações e preferências de localização (Borges, 2011, pp. 25-26).

Na segunda metade do século, logo a partir dos anos 50, provocado pelas deslocções populacionais dos meios rurais para os meios urbanos, verificava-se um crescimento do loteamento ilegal e da construção clandestina passando esta a desempenhar um papel significativo na expansão das áreas urbanas (Borges, 2011, p. 26)

Em 1969 nasceu o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) que funcionou até 1984 e que reuniu grande parte das medidas habitacionais do país. Raul da Silva Pereira realça a importância deste organismo na melhoria das condições habitacionais da população, destaca o projeto Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) que nasceu logo após a

---

<sup>6</sup> Ocupou-se da investigação e dos debates sobre a habitação em Portugal desde há 50 anos. Publicou vários artigos científicos relevantes para o arranque do debate sobre as questões de habitação.

Revolução do 25 de abril de 1974 que, beneficiando do clima de democracia e liberdade que se vivia no país, consubstanciou-se numa iniciativa única que contou com a participação ativa da população conjuntamente com os profissionais no desenvolvimento do projeto de construção de casas (Cachado & Nunes, 2013, p. 185).

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974 e até 1986, resultante da democratização do país e crescimento económico-social da população, o modelo de construção habitacional legal não se adequava a um largo estrato das populações urbanas. Nestas circunstâncias, as construções clandestinas continuam a expandir-se, resultado da inadequação das ofertas legais face às necessidades e procura da população (Borges, 2011, p. 30). Durante este período (1974-1986), o Estado apresenta uma necessidade de mudança subjacente às políticas desenvolvidas e ao seu papel nesse processo. Foram criadas restrições ao investimento público, ocasionadas pelos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e condicionado, o Estado abandona parte das políticas públicas para a habitação e adotou medidas de incentivo à compra de habitação (Borges, 2011, p. 31).

Depois de 25 de Abril de 1974 as medidas de política de habitação assentaram essencialmente no apoio à produção: aquisição de infraestruturas e terrenos, produção de habitação a custos controlados, construção de equipamentos sociais, contratos de desenvolvimento de habitação, promoção cooperativa, realojamento em regime de renda apoiada e reabilitação (incluindo um regime jurídico excecional para zonas históricas) (IHRU, 2007, p. 30).

Entre 1976 e 1980 foram concedidos pelos bancos 86 milhões de contos, distribuídos por cerca de 140 000 empréstimos bancários com vista à aquisição da casa própria. Pereira questionou esta política como resolução dos problemas habitacionais existentes em Portugal na altura (1983, p. 737). A aquisição de casa tomou-se um benefício demasiadamente caro, apenas possível para um extrato da população com rendimentos acima da média, a faixa etária que conseguia comprar casa era maioritariamente acima dos 30 anos, com empregos fixos, concentrava-se nas grandes cidades e raramente abrangia as populações agrícolas (p. 738).

De 1986 a 1993 verificou-se uma alteração das condições socioeconómicas da população, resultantes da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) que levou a uma maior entrada de imigrantes no país. O Estado acentuou o número de licenças

concedidas para a habitação, tendo-se verificado essa tendência até ao final dos anos 90. Presenciou-se então uma descida das taxas de juros, dinamizou-se a iniciativa privada e cooperativa e foi promovida a habitação a custos controlados, o arrendamento e a poupança, nomeadamente através das contas poupança-habitação (Borges, 2011, p. 32).

A partir de 1993 surge uma maior preocupação por parte das autoridades competentes sobre as populações residentes em situações precárias, bairros clandestinos, construções ilegais que cresceram muito nesta altura não só em virtude da crise financeira, como também devido ao afluxo de imigrantes na sequência da independência das ex-colónias africanas (Cachado, 2013, p. 139).

Surgiu assim, a 7 de maio de 1993, o Programa Especial de Realojamento (PER), com vista ao realojamento massivo das populações e erradicação das *barracas* nas periferias das grandes cidades:

“A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção.”<sup>7</sup>

Este diploma traduzia um aumento significativo dos esforços financeiros do Estado na área da habitação. Pretendia a erradicação das barracas sobretudo nas áreas de Lisboa e do Porto, disponibilizando, através do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e o Instituto Nacional de Habitação (INH), financiamento para os custos de construção destinadas à reabilitação, aquisição de terrenos e a possibilidade de transferência gratuita do património habitacional do IGAPHE para os municípios (DL n.º 163/93).

A cidade de Évora foi uma das que viu nascer algumas edificações no âmbito do PER. A Câmara Municipal de Évora (CME), ao abrigo de um acordo de colaboração celebrado com o INH, agora Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), construiu 136 habitações destinadas a realojamento de agregados altamente carenciados, que residiam em

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio DR, I Série – a, n.º 106 de 07-05-1993, p. 2381

barracas ou casas abarracadas.<sup>8</sup> Estas habitações situam-se no Bairro Horta das Figueiras, Bairro das Corunheiras e Bairro da Sra. da Saúde em Évora<sup>9</sup>.

Sobre a implementação do PER foram muitos os avisos e as críticas lançadas pela comunidade científica. Cachado (2013) apresenta o PER através de uma análise conjuntural e defende que é um dos planos mais ambiciosos de sempre. Por um lado, eram grandes as expectativas dos técnicos que trabalhavam no terreno e viram no PER uma oportunidade única de financiamento para as populações a viverem em condições degradantes, por outro lado, os receios da comunidade científica sobre os impactos da forma de realojamento. A implementação deste programa, os seus antecedentes e consequências são temas controversos, nomeadamente no que respeita à forma de distribuição e integração das populações e grupos minoritários ao longo do território. Pese embora a importância que este Programa teve na melhoria das condições habitacionais de muitas famílias, alguns dos realojamentos efetuados no âmbito do PER fomentaram a marginalização de espaços residenciais e dos seus habitantes.

Guerra (1994) critica os governantes portugueses de encararem os “*problemas de carência de alojamentos tal como as autoestradas, ou seja, um problema de financiamento e betão*” e contrapõe a atuação das políticas públicas portuguesas com as de outros países europeus que promovem programas de reabilitação social e urbana com vista ao desenvolvimento e bem-estar das populações (p. 12). A autora propõe a reabilitação urbana através de uma ação integrada que pressupõe uma abordagem centrada entre o Estado, as autarquias e os diferentes parceiros locais (como associações de representantes dos utentes e habitantes e serviços locais). As novas formas de ação urbana deverão assentar numa metodologia mais aprofundada e na interpretação dos resultados de novas experiências inovadoras. Avança com três aspetos a renovar: a integração das ações que partem de um entendimento sistémico da realidade; uma intervenção que integre o urbano, o económico e o social; a defesa de novas formas de intervenção que defendam a parceria (Guerra, 1994, p. 13).

Também Ferreira (1994) aponta alguns erros ao PER como a construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais e serviço de administração burocratizados (Ferreira, 1994, citado por

---

<sup>8</sup> <http://www.habevora.pt/programa-especial-de-realojamento.html>

<sup>9</sup> <http://www.habevora.pt/assets/patrimonio.pdf>

Cachado, 2013, p. 143). No entanto, e apesar de todos os alertas dados, o Programa avançou e assim surgiram novos bairros sociais e edificações ao longo do território português, sobretudo nas grandes cidades.

Outra política de habitação foi lançada em 2004, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)<sup>10</sup> com vista ao melhoramento das condições de habitabilidade das famílias através da reabilitação de edifícios existentes, em detrimento de construções e aquisições novas. Sob esta tutela foi possível a alguns municípios reabilitarem parte do seu parque habitacional. Entre estes, encontra-se o município de Évora que aproveitou a oportunidade promovida pelo PROHABITA, para aquisição de 45 fogos de construção a custos controlados e pôr em marcha um projeto de requalificação de todo o Bairro Cruz da Picada, construído em 1977, que decorreu entre 2009 e 2012.<sup>11</sup>

A inexistência ou inadequação de políticas públicas de habitação, a falta de recursos por parte das entidades públicas e a complexidade da implementação de medidas tem sido um obstáculo à realização do direito a uma habitação a uma parte da população cujos recursos são escassos para o fazerem de forma autónoma ou se encontram em processo de exclusão social (European Roma Rights Centre [ERRC]/ Númena, 2007, pp. 57-59). Em Portugal, apesar da existência de várias políticas habitacionais desenvolvidas para o realojamento das populações mais carenciadas, elas não têm sido capazes de solucionar totalmente o problema da habitação, talvez pelo facto de Portugal ter iniciado tarde a resolução dos problemas habitacionais que afetam a sua população. Embora tenha tentado seguir os princípios do Estado-providência, tal como havia sido concebido no pós-guerra, sobretudo a partir dos anos 60, a verdade é que estava ainda muito centrado na criação de políticas de bem-estar, tendo-se mantido o problema da falta de habitação. Pode dizer-se mesmo que, esse problema se agravou no pós-25 de Abril, com a entrada de população vinda das ex-colónias portuguesas e com os fluxos imigratórios a partir dos anos 80 até aos nossos dias (IHRU, 2007, p. 7).

---

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 135/2004, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março. O PROHABITA estabelece o regime de acesso por parte dos Municípios, Regiões Autónomas, Associações de Municípios ou das entidades beneficiárias a financiamentos destinados ao realojamento de populações que vivam em situação de carência habitacional.

<sup>11</sup> <http://www.habevora.pt/requalifica%20a7%20a3o-do-bairro-da-cruz-da-picada.html>

Ainda assim, verificou-se um acentuado crescimento do número de alojamentos nas últimas décadas (mais de 20%), acompanhando as tendências de outros países ocidentais. Nos anos 90 apresentou mesmo maiores aumentos que outros países europeus que começavam já a abrandar, possivelmente por ter iniciado mais tarde (IHRU, 2007, p. 9).

#### **1.4. Diferenciação e estigmatização dos espaços**

Tal como acontece em relação à Europa, em que se verifica uma reorientação de políticas de habitação (Guerra, 2008, p.58), no que se refere a Portugal, essas políticas têm vindo a ser questionadas, na medida em que, a construção dos chamados bairros sociais coloca em causa a eficiência e eficácia destas políticas de habitação e programas no que respeita à melhoria das condições de vida das pessoas suas beneficiárias e ao contributo destas políticas para a integração social das populações. As políticas, demasiadamente centralizadas e burocratizadas, revelam-se na falta de cuidados na conceção destes espaços, no desconhecimento das especificidades das populações que neles se têm realojado e reflete-se na crescente incapacidade de gerir as suas relações internas. Desta forma, a concentração de fogos para habitação social pode apresentar-se, em alguns casos, como um constrangimento à integração e à inserção urbana de grupos socialmente excluídos (Augusto, 2000, p. 2).

O realojamento em massa ou com deficientes condições, tendo por base critérios estereotipados de homogeneização em relação às características da população, trata todos como se fossem um conjunto indistinto (Cachado, 2013). Ora, o que acontece muito frequentemente, é a existência de graves conflitos entre algumas famílias de origens culturais diferentes ou a existência nestes mesmos territórios de outras famílias também fragilizadas social e economicamente (Mendes, 2007 referido por Mendes, Magano e Candeias, 2014, p. 88).

A promoção de habitação social não tem como única função criar o alojamento, é essencial que a mesma promova o exercício de cidadania e ajude a criar laços sociais fortes capazes de inserir o indivíduo e levá-lo a interagir com o meio, de forma aliada ao seu desenvolvimento. Não obstante os benefícios que se podem associar ao acesso a uma habitação condigna, outros aspetos da vida são igualmente importantes para o

desenvolvimento pleno de todas as capacidades e igualdade de oportunidades dos indivíduos. No entanto, paradoxalmente nem sempre assim acontece e os resultados não fazem jus às preocupações públicas com estas famílias, ou pelo menos não tem o impacto na condição de vida das pessoas que o investimento (financeiro) merece. Por vezes, a intenção de inserção dos mais desfavorecidos através do acesso a uma habitação (atribuindo fogos e oferecendo condições habitacionais melhoradas) potencia a sua situação de exclusão (Augusto, 2000, p. 1).

Por outro lado, os residentes e alguns profissionais que trabalham com estas populações queixam-se que as próprias construções públicas destinadas a habitação social são quase sempre de baixa qualidade, degradam-se rapidamente e a manutenção nem sempre é atempada e suficiente para manter a qualidade do realojamento. Estas construções de pouca qualidade e matérias-primas baratas não vieram trazer condições de habitabilidade excecionais aos residentes e acentuam a imagem negativa que estes bairros apresentam (Mendes, Magano e Candeias, 2014, pp. 88-89).

Num estudo realizado por Augusto (2000, p. 2) sobre o Bairro da Estação, na Covilhã, são apontados alguns fatores que limitam a criação e manutenção de um triângulo de influência entre as identidades, as sociabilidades e a participação dos residentes. Considera-se a identidade um *construto* que se relaciona com o entendimento que cada indivíduo tem sobre si próprio e sobre aquilo que entende ser o melhor para si, de entre as opções que têm ao seu dispor (Giddens, 2004, p. 29). O modo como o indivíduo constrói a sua identidade está diretamente ligado à forma como se relaciona com o espaço.

Um outro estudo realizado por Rebelo, Pereira e Silva (2013) sobre a integração de imigrantes e de grupos minoritários em Portugal revela que a promoção habitacional pública, tal como se processou, não auxiliou o surgimento de uma identidade de aproximação ao grupo maioritário ou de acolhimento, mantendo um processo de dissociação relativamente a este, ou seja, da promoção habitacional não resultou, para estes casos, um ajustamento social, a partir da matriz identitária (p. 263)

Augusto (2000, p. 3) aponta algumas características dos bairros sociais que os torna iguais entre si promovendo a distinção dos mesmos relativamente aos outros espaços da cidade. A sua homogeneidade arquitetónica e condições socioeconómicas dos seus moradores rapidamente se tornam alavancagem de situações de segregação urbana. A periferização e

segregação destes bairros conduziram a uma espacialização da pobreza no espaço urbano, desenvolvendo-se de forma diferenciada e paralela à dinâmica interna dos centros urbanos.

Parece haver uma relação estreita entre alguns locais de concentração de habitação social e os problemas sociais ligados à pobreza, promiscuidade, abandono e deterioração das relações sociais, enfim, ligados à exclusão social em todas as suas dimensões. Fernandes e Ramos (2010), num estudo desenvolvido em dois bairros sociais da cidade do Porto, constataam que parece haver um poder de atração entre os problemas sociais e as mais *mediáticas zonas* de exclusão social. Os autores observam o quotidiano destes bairros, as interações entre os seus atores e a forma como estes locais adotam quase de forma natural situações de desvantagem como o consumo de drogas, o desemprego, o abandono escolar e outras formas de exclusão (p. 25). Um dos bairros foi demolido e a sua população foi transferida para outro local, numa tentativa de exterminar a disseminação do problema. No que se refere ao consumo de drogas foram sendo transferidas as dinâmicas do consumo, dando continuidade ao problema, sendo que esta mudança *espacial* não trouxe impacto positivo, muito pelo contrário, comprometeu a eficácia da intervenção que se havia iniciado no antigo bairro junto dos toxicodependentes, pelas equipas de rua já conhecedoras das trajetórias dos deambulantes do bairro (p. 26).

Num estudo desenvolvido por Wacquant (2006) sobre bairros relegados na América e em França, o autor aponta as consequências devastadoras da marginalização destes bairros, não apenas para a comunidade marginal como também para os moradores que tentam sobreviver apartados do quotidiano miserável a que assistem entre portas.

“Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são bastas para engendrar consequências socialmente nocivas”. (Wacquant, 2006, p. 29)

O facto é que, de acordo com Guerra (1994) a degradação dos bairros afeta a vida de todos os intervenientes, com especial impacto também nos moradores que, fazendo um esforço para se demarcarem do estigma sobre o espaço residencial, ele está impregnado nas suas próprias vidas. A residência nestes bairros “*é arriscar a imagem de se ser marginal, delinquente, indesejável*” (Guerra, 1994, p. 11). Estudos desenvolvidos em Portugal, sobre

bairros de habitação social, demonstram bem o desprezo e vergonha que por vezes os seus moradores sentem por viverem nesses espaços. As condições socioculturais são mais responsáveis pelo desinteresse dos seus moradores do que propriamente as condições habitacionais, a degradação dos fogos e dos espaços públicos ou a falta de equipamentos (p. 12). Isto significa que, aos constrangimentos físicos e concretos dos espaços, junta-se ainda uma dimensão simbólica, percecionada, capaz de se tornar um maior fator de limitação das perspetivas do que a própria condição de pobreza. Muitas vezes o que acontece e que foi realçado por Pinto (1994) no que se refere ao “*gosto pela casa e desgosto pelo bairro*”.

A “má fama” de que sofrem alguns bairros sociais é amplificada pela espetacularização e mediatismo com que são tratados acontecimentos negativos nestes espaços. Fernandes L. (1995) apelidou este fenómeno de “*Efeito Casal Ventoso*” (p. 29) num estudo que desenvolveu em torno de bairros “*ditos das drogas*” e a propósito do efeito do rumor social difundido pelos meios de comunicação. Sobre o tema, o autor refere que a insistência nestes temas inspira ao sentimento de insegurança e ramifica a desconfiança sobre os vários aspetos e populações destes lugares.

Em conclusão, é legítima a consideração de que o estigma que envolve os moradores de alguns bairros sociais é um mal a juntar a outros de que provavelmente já padeciam e que vieram a agravar-se com o processo de realojamento.

### **1.5. Novas tendências das políticas habitacionais**

Emergindo a urgência de mudanças nas políticas habitacionais, Guerra (2008) aponta algumas tendências de mudança que se têm verificado ao nível internacional, nos últimos tempos: a) A intervenção do Estado mais ao nível de regulação do que de provisão, ou seja, a combinação entre setor público e privado no investimento e cofinanciamento da habitação. Isto requer a procura de parceiros locais e de proximidade e uma maior diversidade de políticas, descentralização das questões habitacionais e maior atenção à sua gestão. b) A integração das políticas habitacionais nas políticas urbanas e da cidade e a aposta na reabilitação é também uma tendência da nova geração de políticas da habitação, a desaceleração da construção massiva, longe dos centros da cidade e desintegrada das

funcionalidades urbanas. c) Pelo contrário aposta-se na reabilitação do parque habitacional existente como resposta às necessidades habitacionais e integração no tecido urbano de agregados familiares mais desfavorecidos de uma forma dispersa, evitando a estigmatização dos espaços e proporcionando aos seus habitantes uma convivência favorável (Guerra, 2008, p. 51).

À semelhança do que ocorreu na Europa, nas últimas décadas, também em Portugal se verificaram alterações sociais que estiveram na base da procura de novas soluções e respostas por parte do Estado: a) As alterações demográficas que seguiram as mesmas tendências que se verificam noutros países (envelhecimento da população, diminuição da taxa de natalidade e aumento de agregados constituídos por um só elemento). b) Alterações culturais, à estrutura familiar (divórcios, monoparentalidade), bem como exigências de localização. c) A presença de imigrantes económicos com características próprias na apropriação dos alojamentos. d) Por fim e de extrema importância, a instabilidade dos mercados que afeta os rendimentos das famílias (IHRU, 2007, p. 7)

Reconhecendo-se a existência de famílias que continuam a não ter acesso a uma habitação condigna começam a verificar-se mudanças no paradigma da habitação pública também em Portugal, acompanhando as tendências que se verificam na maioria dos restantes países europeus.

Nesse sentido, fundamentando-se no diagnóstico das necessidades previamente realizado e nas discussões envolvendo os principais atores de produção, gestão e apropriação das políticas públicas, o Plano Estratégico 2007-2013 propõe uma reorientação das políticas públicas sobre a habitação. Este plano surge no âmbito de um esforço de planeamento público, por parte do estado, no que respeita ao ordenamento do território. Para tal propõe uma revisão da definição de competências nesta área, sobretudo no que diz respeito à melhoria da articulação dos níveis centrais, regionais e locais. Evidencia uma proposta de aproximação às polícias da cidade e regeneração urbana: a) Mostrando um interesse maior pelas estratégias de longo prazo, que possam também ter a capacidade de antecipar necessidades de habitação, mas também de emprego e infraestruturas, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura. b) Propõe a partilha de responsabilidades entre o setor público e privado no que se refere aos financiamentos para habitação. c) Propõe ainda um

crescimento urbano que não despenda demasiados recursos e não provoque um impacto negativo no contexto em que se irá inserir (IHRU, 2007, pp. 28-29).

Em 2015 foi aprovada em Conselho de Ministros a Estratégia Nacional para a Habitação, cujo teor assenta em três pilares: arrendamento habitacional, a reabilitação urbana e a qualificação dos alojamentos (Decreto do Presidente da República n.º 62/2015).

Em junho de 2017 foi criada a Secretaria de Estado da Habitação que logo de seguida apresentou um documento estratégico com o título: “*Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação*” aprovado em Resolução do Conselho de Ministros em 4 de outubro de 2017 para submissão e consulta pública. Esta nova geração de políticas pretende garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e criar condições para que tanto a reabilitação do edificado, como urbana “*passem de exceção a regra*”. Estas políticas centram-se sobretudo na criação de medidas que possam garantir às populações o acesso não só a uma habitação, como também a uma habitação com condições de conforto e dimensões adequadas aos agregados que nelas habitam. As grandes inovações destas políticas revelam-se na criação das condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano: durante as últimas décadas a tendência foi a construção nova, no entanto, estas novas políticas pretendem uma mudança nas tendências, dando maior ênfase à reabilitação dos edifícios para que deixe de ser praticada em regimes excecionais como vinha acontecendo nos últimos tempos (Secretaria de Estado da Habitação, 2017, p. 20). Outra grande inovação, proposta neste documento, está na inclusão social e territorial e nas oportunidades de escolha habitacionais, este objetivo contraria as tendências de concentração de uma população com fracos recursos económicos, evitando a homogeneização social, estigmatização dos bairros e agravamento da exclusão social (p. 23).

Em resultado destas políticas e enquadrado no âmbito da concretização do primeiro objetivo estipulado no documento “*Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação*”, foi realizado o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (IHRU, 2018), um diagnóstico das carências habitacionais graves existentes no país (já referenciado no ponto 1.2. deste trabalho), o primeiro a incidir sobre todo o território nacional, com vista a servir de base e à preparação e implementação do 1º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação (IHRU, 2018, p. 1).

O 1º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais que visa garantir o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para fazer face a essa necessidade (DL 37/2018). Para a sua viabilização e implementação realça-se o papel imprescindível dos municípios que, para além de efetuarem o diagnóstico das situações de carência habitacional no território, ficam ainda sujeitos à elaboração de uma estratégia local com enquadramento de todos os apoios financeiros a conceder nos seus territórios no âmbito deste programa (Portaria 230/2018).

As particularidades de implementação deste programa remetem para a descentralização de competências na área da habitação, não apenas ao nível da administração (central, regional e local), como também ao nível setorial (público, privado e cooperativo), como aliás, já vinha a ser proposto desde o Plano Estratégico de 2007-2013, no sentido de dar uma resposta direta às pessoas e paralelamente criar uma dinâmica promocional orientada para a reabilitação do parque habitacional existente, para o arrendamento e para as abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial (DL 37/2018).

O que importa realmente destacar nestas políticas de habitação é a sua abordagem como parte integrante do sistema urbano onde se inserem, isto significa que, a resposta habitacional não passa apenas pela existência de uma habitação, mas também pela melhoria das condições gerais de vida das pessoas, no que respeita ao acesso a transportes, educação, emprego, ação social, saúde, entre outras, consideradas políticas urbanas.

Esta abordagem remete para o conceito de “*direito à cidade*” como descrito por Henri Lefebvre “*como lugar de encontro*” e “*prioridade do valor de uso*” em que a cidade não pode ser entendida como um simples lugar de visita, usada essencialmente pelos turistas e preservada como cidade tradicional, mas sim para uso racional, prático e quotidiano das pessoas que nela habitam, assente numa estratégia urbana renovada, com sentido *reformista*, baseada na ciência da cidade com um suporte social e forças políticas para que se possa tornar atuante (Lefebvre, 2008, pp.105-119).

## **Capítulo 2 - Os ciganos em Portugal**

### **2.1. Os ciganos, alguns dados históricos e culturais**

Não é consensual o número estimado de indivíduos ciganos a residirem atualmente em Portugal. Esta situação prende-se com diversos fatores, quer estejam relacionados com o não reconhecimento deste grupo como minoria étnica ou mesmo o desinteresse que o Estado e população em geral demonstram pelos mesmos e também o impedimento constitucional de fazer o registo da origem étnica. Pese embora nas últimas décadas tenham sido levados a cabo vários trabalhos de caráter científico sobre ciganos, estes são sobretudo qualitativos. Ainda assim, alguns estudos têm avançado estimativas sobre a dimensão da população cigana portuguesa, contudo, os números estão longe de serem consensuais. Não se pretendendo enfatizar muito esta problemática, recordam-se aqui apenas a conclusão dos últimos números avançados por estudos mais recentes:

Castro (2004) através de 2 inquéritos aplicados a mediadores institucionais, tais como as Câmaras Municipais e a Guarda Nacional Republicana, combinados com alguns resultados do estudo do SOS Racismo sugere um efetivo entre os 34 000 e 40 568 em 2012 e a Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos em Portugal (ACIDI, 2013) avança com um limiar entre os 40 000 e os 60 000.

O Estudo Nacional para as Comunidades Ciganas através de inquérito aplicado aos municípios portugueses apurou uma estimativa de 24.210 indivíduos, sendo que houve uma taxa de resposta de 54% mas cujos valores devem ser lidos com reserva atendendo a que há a tendência para indicar as pessoas ciganas que vivem em habitação social ou em situação de sem habitação. De salientar que dos 149 municípios que responderam ao inquérito, 36 municípios indicaram a não existência de pessoas ciganas nos seus territórios (Mendes, Magano e Candeias, 2014, p. 141).

Para que se possa compreender a situação social e económica da população portuguesa de origem cigana é necessário fazer um reconhecimento do seu passado e da sua história. É consensual na teoria que os ciganos provêm de tribos que se viram obrigadas a abandonar o seu território, a Índia, e iniciaram grandes vagas migratórias para Oeste, motivadas por

invasões islâmicas à Índia, por volta do séc. IX. (União Romani Internacional, 1998, consultado em Magano, 2010, p. 112)

Durante um período inicial de tolerância, que se prolongou até ao séc. XV, os ciganos foram ajudados com vista à sua integração católica, sendo considerados “peregrinos católicos” que se dirigiam a Santiago de Compostela, rompendo com a conversão forçada ao Islão. Após este período e tendo perdido esta identidade, seguiram-se três séculos de perseguição com vista à sua extinção de duas formas: a expulsão nacional propriamente dita, ou a assimilação cultural forçada (Bastos, 2012, p. 7).

O aparecimento súbito destes grupos, de hábitos tão diferentes e estranhos para os autóctones dos outros países, provocou uma reação de medo e rejeição que impediu a sua fixação. Ao longo dos tempos, após a sua saída da Índia, estes grupos vaguearam entre os países sem se fixarem. Há cerca de 500 anos os ciganos chegaram à Europa e dispersaram-se pelos vários países. Algumas destas tribos fizeram a sua passagem para a Europa pelo Estreito de Gibraltar com destino à Península Ibérica, sendo estes os antepassados dos atuais ciganos portugueses e espanhóis (Nunes, 1996).

Logo após a sua chegada a Portugal, já os ciganos eram conotados com a imagem negativa que lhes foi criada que haveria de perdurar até aos nossos dias e que haveria de justificar os sentimentos de rejeição e repulsa:

“Desde a sua chegada, os “ciganos” são vistos como invasores, parasitas, delinquentes ou ateus. Por parte dos indivíduos instalados, há recusa em aceitar pessoas de que não se sabe muito bem a proveniência, que vestem de forma estranha e falam uma língua diferente. São conotados com uma faceta misteriosa, como um grupo que vive nas margens sociais, associados à criminalidade, são estrangeiros e nómadas”.

(Mayall, 2004, referido por Magano, 2010, p. 113)

Esta imagem de povo errante está bem presente na literatura da época. Gil Vicente dedicou-lhes uma peça de teatro intitulada “A Farsa das Ciganas” representada em Évora especialmente para o Rei D. João III, no ano de 1525 (Sales, 2005). Este ato teatral, interpretado de forma hilariante, ilustrava bem a forma como os ciganos eram vistos, as suas práticas e atividades: comércio ilícito, cartomancia e quiromancia, etc.

Os primeiros testemunhos da sua presença em Portugal revelam assim, a rejeição que sofreram, tendo sido alvo de perseguições, interdições e massacres, com vista à erradicação total ou parcial dos ciganos nómadas (Bastos, 2007, p. 3). Situação que justifica o enquadramento atual desta população nas chamadas ‘minorias étnicas’<sup>12</sup>, já que desde sempre apresentaram e mantiveram particularidades distintas das que apresentava a população maioritária do país (Castro, 1995, p. 97).

Estas perseguições foram sendo sustentadas pela legislação criada especificamente para este grupo. O primeiro registo legal de exclusão aos indivíduos de origem cigana foi o Alvará de 1526, que proíbe a sua entrada no reino e determina a expulsão dos que já lá se encontram. Estas condições mantiveram-se durante séculos, até à Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826 que pôs fim à discriminação em função da raça. Desta forma, deixaram os ciganos de ser perseguidos e expulsos, ainda assim, não passaram a cidadãos de plenos direitos e liberdade, uma vez que a sua integração assentou em fortes tendências para a *assimilação* deste povo pela sociedade dominante (Costa, 1995, consultado em Magano, 2010, p. 116).

Do ponto de vista sociológico todas as identidades são construções enraizadas entre os indivíduos e a sua história, o seu tempo, o seu espaço e a memória que se cristaliza sobre estes fatores. Tendo em conta o percurso histórico do povo cigano é facilmente enquadrável no conceito de *identidade de resistência*, avançado por Castells, fruto da opressão de uma sociedade dominante que coloca os indivíduos numa posição inferior e estigmatizada. Os registos históricos (e recentes) de episódios de perseguição, discriminação e estigma fizeram com que adotassem posturas e comportamentos de proteção e sobrevivência (Castells, 1999, p. 24).

A cultura cigana trata-se de uma cultura que não foi assimilada pelo grupo maioritário, uma vez que conseguiu manter características próprias e distintas das da cultura dominante, alguns dos seus costumes resistiram à cultura dos países de acolhimento como

---

<sup>12</sup> O termo “minorias étnicas” pode estar relacionado com o facto de este grupo ser menor no que respeita à sua dimensão e ao poder que exerce na sociedade, relativamente ao grupo maioritário. Nesse sentido, referem-se ainda minorias, para caracterizar todos os agrupamentos que não participam, em pleno, da vida social, cultural e política da sociedade em que se inserem. O termo tem vindo a ser substituído por ‘grupos étnicos’, isto significa que ao facto de se tratar de um grupo minoritário junta-se o fator da diferença, os grupos étnicos são assim denominados por apresentarem traços distintos relativamente à maioria, sobretudo algumas características socioculturais particulares que o diferenciam da população ‘maioritária’. Traços fisionómicos, cultura própria, religião, hábitos, etc. são alguns dos fatores determinantes da ‘etnia’ (Fernandes, 1995, pp.24-25).

a língua, a dança e os cantos. O grupo cigano construiu uma identidade exclusiva que se reflete em todas as dimensões da organização social e familiar. No entanto, apesar da coesão em vários aspetos da sua existência, as pessoas ciganas apresentam variadas formas e fases de integração e exclusão social (Magano e Silva, 2002, p. 3).

A cultura cigana é heterogénea sendo diferente de país para país e entre as diversas regiões, este facto deve-se a adaptações diferenciadas aos países que os acolheram e à diversidade dos processos migratórios. Isto significa que os aspetos associados à cultura cigana que serão aqui referidos podem observar-se com maior ou menor intensidade de acordo com as circunstâncias em que o grupo ou família se encontra.

Magano (2010), fazendo uma súpula dos valores centrais da cultura cigana identificados por San Román (1994) e Nunes (1996) refere que consistem essencialmente nos seguintes:

- a) A memória coletiva desta população, em que todos se identificam com um passado comum.
- b) A língua, que perdurou até aos nossos dias, muito embora não seja comumente utilizada, é ainda uma marca entre os elementos da cultura cigana.
- c) A valorização da idade, concebe aos mais velhos um *status* superior na hierarquia social pela sua experiência e longevidade.
- d) O culto prestado aos seus mortos, que os faz presentes na vida dos seus familiares de forma a alterar os seus hábitos e comportamentos em função do seu desaparecimento.
- e) A palavra dada, que na ausência de documentos escritos e tratando-se de um povo pouco alfabetizado, conservou o seu valor.
- f) A ideia do presente e a importância do mesmo tomou um lugar principal, face à ausência de perspetivas de futuro. A todos estes valores centrais da cultura cigana, junta-se a valorização da criança, colocando-a no centro da família e a solidariedade entre os elementos do grupo, como forma de sobrevivência e coesão do mesmo (Nunes, 1996).

Em todas estes aspetos da vida e cultura cigana, destaca-se o papel central da mulher, no sentido em que é esta que, no seio da família ou do grupo, tem maiores responsabilidades na preservação dos valores ciganos, por essa razão, merecem uma referência específica.

As mulheres ciganas, em geral, assumem uma posição submissa relativamente aos homens ciganos e ao grupo, pese embora esta situação se verifica também entre as mulheres não ciganas na generalidade das sociedades, nomeadamente a sociedade portuguesa. Estas têm a seu cargo os cuidados com os filhos, as tarefas domésticas e a ajuda ao marido na angariação do sustento da família. A par disto, é-lhes exigida uma postura de “mulher

séria” com “virtudes”, o casamento pelo cerimonial da boda, fidelidade ao marido até ao fim dos seus próprios dias mesmo que este venha a falecer, o que as impede de vir a ter outro relacionamento amoroso ou conjugal. Esta posição coloca-as num enorme grau de condicionamento à sua vida privada, sobretudo no que se refere à educação. As meninas são retiradas da escola mais cedo do que os rapazes, tendo em vista um percurso de vida virado para a família e para as “funções” que futuramente lhes serão impostas, desta forma requerem outro tipo de aprendizagens junto das mães e outras mulheres ciganas pertencentes à família alargada ou ao grupo (Magano e Mendes, 2014). No entanto, também se constata que algumas mulheres ciganas já conseguiram traçar percursos distintos e individuais, quebrando os laços de submissão, embora, isto pressuponha muitas vezes, uma rutura com as tradições ciganas (Magano, 2010).

De acordo com Magano (2010) em estudo realizado sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa verificou-se que os indivíduos não são todos excluídos socialmente, existem grandes distinções nos seus percursos e estado de integração. Ainda assim, os ‘olhares’ dos não ciganos, carregados de uma historicidade negativa, são quase sempre estigmatizantes e homogéneos sobre os ciganos (Magano, 2010).

A relação histórica determinou o tipo de relações que a minoria estabeleceu com a sociedade envolvente por temer a expulsão ou a imposição de modos de vida que os impeçam de manter traços identitários e culturais. Este modo de vida não permitiu que desenvolvessem o exercício de atividades profissionais duradoiras, obrigando-os a procurar outras formas de rendimento, muitas vezes com caráter ilícito, que contribuíram para a perpetuação da ideia de “perigosidade social” sobre os ciganos e exclusão social que a ela se associa (Magano, 2010, p. 118).

Assim, no caso dos ciganos, uma das causas apontadas para a fraca integração na sociedade, pode ter a ver com fatores referentes ao mercado de trabalho (Magano e Silva, 2002, p. 2). Esta situação não se compatibiliza com as regras da sociedade dominante para a qual o trabalho é considerado a base de todo o sistema social, familiar e de vida. Segundo a bibliografia nacional, trata-se do grupo sobre a qual recaem mais estereótipos negativos frequentemente alvo de segregação social e cultural e discriminação social, passando por processos de profunda exclusão social que se traduzem em fracas condições habitacionais,

sanitárias e de salubridade, ténues taxas de alfabetização, marginalização relativamente ao mercado de trabalho e incidência de certo tipo de doenças crónicas (Mendes, Magano e Candeias, 2014).

## **2.2. Ciganos e questões de habitação**

Apesar dos esforços nacionais para a integração, muitos ciganos e ciganas continuam a enfrentar situações de grande pobreza, exclusão social e deficientes condições de habitação, ou não tiveram ainda acesso a uma habitação condigna (ACIDI, 2013).

As razões que levam à prevalência desta situação ou à demora na resolução deste problema prendem-se com aspetos de vária ordem: em primeiro lugar, aponta-se a falta de instrumentos de regulação e financiamento; encontram-se incluídos neste parâmetro a insuficiência de habitação social, a inflexibilidade das linhas de apoio para projetos de realojamento, desadequação dos projetos e programas face às características da população e por fim a incompatibilidade entre as evidências científicas e as decisões políticas, bem como entre o planeamento estratégico de habitação social e os ciclos políticos.

Por outro lado, apontam-se razões de ordem da gestão e modelos de habitação; verificando-se a construção concentrada de habitação social com uma gestão indiferenciada no que respeita à distribuição das famílias pelos fogos existentes e a escassa participação em rede por parte das instituições sociais.

Por último, apontam-se os estereótipos e rejeições que recaem sobre as pessoas ciganas: a rejeição de proximidade geográfica e coabitação e a criação de dificuldades aos indivíduos ciganos de acesso ao mercado livre de habitação, por parte da população em geral e as representações negativas produzidas pelos atores institucionais e pelos políticos que impedem a produção de projetos dirigidos aos ciganos (Castro, 2012, p.112). Esta última dimensão traduz-se em situações de racismo institucional, que não se resume apenas a comportamentos individuais, manifestando-se nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, que passam a atuar, ainda que de forma indireta, criando desvantagens e privilégios em função da raça (Almeida, 2018). Isto reflete-se em práticas e atividades,

ainda que não intencionais, que levam à exclusão e submissão de forma reiterada sobre um determinado grupo (Miles e Brown, consultado em Mendes, 2012, p. 31)

Algumas entidades como a Pastoral dos Ciganos e o SOS Racismo têm alertado para o completo abandono destas “comunidades” por parte das entidades públicas, quer dos dirigentes governamentais, quer autárquicos, que promovem a proliferação de “guetos” ao colocarem as populações ciganas (juntamente com imigrantes e outros portugueses pobres) nas periferias das cidades ou afastadas das mesmas. A negligência sobre estas populações verifica-se com a utilização de materiais pouco apropriados na construção das habitações (Quinta do Mocho, Quinta da Fonte, etc.), a falta de higiene destes espaços e a insuficiência de contentores de lixo (Bela Vista, Setúbal), bairros isolados em terrenos inóspitos (Rio Maior, Beja), sem acessos condigno (Castelo Branco) e a falta de transportes que facilitem a mobilidade destas populações. Para além dos que residem nestes bairros com fracas condições de habitabilidade e bem-estar, juntam-se ainda os que residem em barracas de acampamentos, sem água potável, eletricidade e saneamento básico (Falcão, 2013, p. 141)

De acordo com um estudo efetuado pelo IHRU (Ferreira *et al.*, 2015), entre 2013 e 2014, designado *Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal*, em que foram aplicados questionários às 308 autarquias portuguesas, registaram-se 2500 famílias ciganas a residir em alojamentos não clássicos: barracas, acampamentos ou alojamentos móveis. Importa referir que nem todos os municípios participaram no questionário, o que significa que o número de famílias a residir nestas condições poderá ser mais elevado, estimando-se que existam quase 3012<sup>13</sup> famílias a residir em alojamentos não clássicos por todo o território nacional. Das 308 autarquias existentes em Portugal e excluindo as 5 que não apresentaram dados, verificou-se que as famílias ciganas residem em 190 municípios, sendo que 113 destes municípios apresentam residências não clássicas (Ferreira *et al.*, 2015, p. 7).

A tabela 1, representada abaixo, mostra a distribuição dos alojamentos não clássicos das famílias ciganas pelos municípios que apresentam maior concentração (desde 25 alojamentos) (Ferreira *et al.*, 2015, p. 14). Para além destes, registaram-se 41 municípios

---

<sup>13</sup> Os distritos de Almada, Cascais, Loures, Porto, Setúbal não apresentaram dados quantitativos.

com alojamentos não clássicos entre 1 a 10 famílias e 37 municípios que apresentam entre 11 a 25 famílias a residir em alojamentos não clássicos.

Tabela 1 - Nº de alojamentos não clássicos por distrito

Municípios	Nº de famílias em alojamentos não clássicos	Municípios	Nº de famílias em alojamentos não clássicos
Bragança	105	Aveiro	42
Faro	98	Barcelos	42
Moura	84	Albufeira	38
Coruche	82	Oliveira do Bairro	36
Ovar	77	Peniche	35
Portimão	76	Avis	32
Ílhavo	76	Vila Nova de Gaia	32
Loulé	71	Águeda	31
Estremoz	63	Olhão	31
Estarreja	59	Monforte	30
Tomar	52	Viseu	30
Campo Maior	50	Santarém	30
Beja	48	Macedo De Cavaleiros	29
Mourão	45	Santa Maria Da Feira	29
Albergaria-A-Velha	44	Nelas	28
Vila Verde	44	Vila Viçosa	26
Seia	44	Moimenta da Beira	25
Viana do Castelo	43		

Fonte: IHRU

Pode verificar-se que Bragança é o município com maior número de famílias a residir em alojamentos não clássicos (105), seguido de Faro (98), Moura (84), Coruche (82), Ovar (77), Portimão (76) e Ílhavo (76). Os restantes municípios representados na tabela, apesar de uma menor frequência, apresentam igualmente números preocupantes no que respeita às necessidades habitacionais entre a população cigana. Todos os municípios não representados na tabela 1 (à exceção dos que não responderam ao inquérito) apresentam números abaixo de 25 alojamentos não clássicos nos seus territórios, é o caso do distrito de Évora, que apresenta entre 11 a 25 famílias a residir neste tipo de alojamentos.

Constata-se ainda a existência de pessoas ciganas em Portugal que para além de não terem uma habitação, estão sujeitos a situações de nomadismo forçado, vivem em acampamentos não tendo conseguido a fixação em um determinado território, sendo por isso considerados

genericamente como “nómadas” e sendo obrigados a desocupar os locais em que se encontram estabelecidos por imposição, quer dos poderes locais, quer pela pressão que sofrem por parte da população maioritária também residente perto dos mesmos locais (Bastos, 2007; Correia, 2012; Medinas, 2018).

Correia (2012) num estudo desenvolvido no Alentejo dá conta da existência de várias famílias que para além de não terem uma habitação, vêem-se privadas da fixação ao território por via da destruição das barracas e da vigilância apertada das forças de segurança locais. Este grupo de ciganos passou então a uma nova situação de nomadismo forçado.

“A entidade gestora do parque habitacional social de Évora procedeu à categorização das famílias ciganas, de um modo típico que produz, em nome da distinção entre ‘locais’ e ‘não locais’, a exclusão social de uma proporção relevante de famílias administrativamente anuladas da integração local”.

(Correia, 2012, p. 253)

Em outros locais em que estas famílias tentaram fixar-se tiveram o mesmo tratamento, em que deixaram permanecer os que foram considerados residentes e ordenaram que saíssem os que não tinham essa categoria, contudo, esse processo de diferenciação não era claro, levando em conta as declarações proferidas por uma técnica da segurança social entrevistada a esse respeito: “*Temos os residentes e os nómadas aqui: os nómadas aqui são os filhos dos residentes, por incrível que pareça*” (Correia, 2012, p. 259). O facto destas famílias ciganas serem desalojadas repetidamente não lhes sendo permitido que se sedentarizem num determinado local, tem um impacto direto e gravoso em todos os níveis das suas vidas, nomeadamente a degradação cultural e situação de pobreza extrema, sem oportunidades de escolarização ou de emprego, oportunidades que estão ao alcance dos restantes portugueses. Este processo prejudica gravemente o exercício da sua cidadania (p. 239).

No que se refere às condições do alojamento e apropriação dos espaços, no Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas pode ler-se:

“Sobretudo por não disporem de outros espaços de habitação mas também por questões culturais de tradição cigana, os casais jovens acabam por ficar e permanecer durante mais

tempo do que o desejado pelos próprios na casa dos pais do rapaz (a rapariga deve ficar junto da sogra para aprender os “modos” da família do homem), acabando, desta forma, por se constituírem famílias alargadas, coexistindo na mesma habitação várias gerações, sendo difícil conseguir nova habitação para os núcleos familiares entretanto constituídos. Entre as famílias ciganas ainda são raros os casos de famílias monoparentais”

(Mendes, Magano e Candeias, 2014, p.p. 83-84).

De acordo com o estudo referido, a maioria dos ciganos reside em bairros de habitação social com uma certa dimensão, sendo ainda comuns as situações em que há significativas concentrações de população cigana em edifícios, ruas ou conjuntos habitacionais construídos pelo Estado e que se prende com as políticas públicas de habitação social nas últimas décadas, e mais recentemente com a habitação social construída no âmbito do PER (Pereira e Rebelo, 2013).

Os realojamentos são, por vezes questionados, pelo facto de famílias ciganas terem sido realojadas perto umas das outras, territorialmente concentrados, o que transformou os bairros em autênticos “guetos”, com concentrações de populações carenciadas de diferentes origens com problemas sociais e económicos de várias ordens (Guerra, 1994; Pereira e Rebelo, 2013), de um modo geral, desconectados do tecido urbano: longe do centro, sem acessibilidades, sem transportes, entre outros serviços, enfim, excluídos social e territorialmente.

De um modo geral, e tendo em consideração as pessoas ciganas que ainda residem em alojamentos abarracados (por exemplo em Paredes, Maia, Campo Maior, Évora, Aveiro, Reguengos de Monsaraz, etc.), poderá concluir-se, tal como fez o Comité Europeu dos Direitos Sociais, que há violação da Carta Social Europeia (Henriques, 2016) por parte do Estado Português, nomeadamente no que se refere à não discriminação dos ciganos no acesso a uma habitação adequada, no cumprimento do direito da família e à proteção social, jurídica e económica, além do direito à proteção contra a pobreza e exclusão social. Importaria quantificar quantas pessoas ciganas se encontram alojadas em condições precárias e sem salubridade e que permita desenvolver um plano de intervenção ao nível da habitação.

Mendes, Magano e Candeias (2014), através de um inquérito realizado a 1599 pessoas ciganas em Portugal continental apuraram que os inquiridos indicam viver em alojamentos do tipo clássico, isto é em apartamentos e moradias (66,6%), subsistindo uma percentagem

significativa que declara residir em barracas, casas rudimentares ou de madeira (27,5%). Em proporções mais residuais encontram-se as situações de pessoas a residir em partes de casa (2,1%) ou em caravanas (1,5%). Trata-se de uma percentagem muito elevada de pessoas que declaram experimentar situações habitacionais marcadas pela precariedade e insalubridade. Analisando os principais tipos de alojamento de acordo com a região, constata-se que as condições são diferenciadas: em Lisboa e Vale do Tejo, 94% das habitações são clássicas, na região Norte descem para 71%, no Centro 57,4%, no Alentejo, representam pouco mais de metade das habitações dos inquiridos (52%). A situação no Algarve contrasta com a descrita, uma vez que a maioria dos inquiridos (68%) reside em barracas ou casas rudimentares.

Os inquiridos do estudo quando questionados sobre as infraestruturas ou problemas que as suas habitações apresentam, mais de 90% revela ter habitações com acesso a água e eletricidade da rede pública, casa de banho e janelas; perto de 80% indicam ter luz natural em dia de sol; e cerca de 75% têm espaços de estacionamento. Os principais problemas elencados prendem-se com o ruído e o frio sentidos no interior da habitação, com os tetos que deixam passar água e com a humidade nas paredes. De assinalar também a ausência, para a maioria, de quintal ou espaço exterior, relegados assim a uma habitação de dimensões mínimas. De entre os que dizem sentir frio no interior da habitação, 24% são arrendatários ou subarrendatários de uma habitação social. Por outro lado, dentro dos que indicam ter algum teto a deixar passar água ou alguma parede com humidade, bem com sentir ruído no interior da habitação, a maioria é também arrendatário ou subarrendatário com renda social (26,8% e 32%, respetivamente). Estes problemas da habitação de que são locatários revelam que nem sempre o ter uma habitação social significa ter acesso a uma habitação com o mínimo de qualidade e conforto.

De acordo com o referido estudo, de entre aqueles 351 inquiridos que não têm a sua habitação servida pela rede pública de eletricidade, grande parte faz puxadas (49,3%). No que respeita à água, a estratégia mais frequente para os 386 sujeitos sem água é a utilização de poços e fontanários (51,8%). Quando algumas das características das habitações são analisadas tendo em conta a região geográfica constam-se diferenças relevantes. Enquanto na zona de Lisboa e Vale do Tejo a quase totalidade dos inquiridos dispõe de eletricidade, água, casa de banho, luz natural e janelas, a situação não se torna tão otimista em regiões como o Algarve onde existem carências, especialmente ao nível de eletricidade, casa de

banho, luz natural e janelas. Não tão grave mas também com algumas carências é a situação das pessoas que residem na região do Alentejo.

Ainda no que se refere à situação habitacional, a esmagadora maioria dos inquiridos indica ser arrendatário ou subarrendatário num sistema de renda social (53%), seguidos dos proprietários (24,7%), dos que estão em casa de familiares (5%), dos restantes arrendatários ou subarrendatários no sistema de mercado não social (5,8%), daqueles cuja habitação lhes foi cedida gratuitamente ou a título de salário (8,0%). Existe também uma pequena minoria que ocupa casas ou ruínas abandonadas, ou terrenos privados, desconhecendo o proprietário (0,1%).

Resumindo, apesar dos muitos realojamentos realizados em habitações condignas, desde 1993, com o PER e outros programas habitacionais, estes resultados permitem verificar que muitas famílias ciganas continuam a viver em situações muito precárias em Portugal, ainda existem pessoas ciganas que não tiveram acesso a uma habitação condigna, vivendo em acampamentos ou habitações sem condições de salubridade e sem acesso aos serviços públicos mais básicos em vários pontos do país (Mendes, Magano e Candeias, 2014), situação que também se verifica na cidade de Évora.

### **2.3. Entre a itinerância (forçada) e a sedentarização**

Num estudo realizado por Duarte *et al.* (2001) constatou-se que os traços negativos associados aos ciganos “nómadas” tendem a ser mais marcantes. As pessoas não ciganas que responderam a entrevistas<sup>14</sup> para este estudo reconhecem os ciganos sedentarizados como mais “evoluídos” e “sociáveis”. Em contrapartida apontam características como a falta de cuidado com os espaços que ocupam e a falta de higiene pessoal aos ciganos “nómadas”. No entanto, no mesmo estudo, as pessoas entrevistadas identificaram a itinerância como um traço cultural subjacente a toda a comunidade cigana, independentemente do grau de fixação ao território (Duarte *et al.*, 2001, p.p. 81-83).

Castro (2004) através de inquérito enviado às câmaras municipais optou de forma intencional pela não explicação do que se entendia por “itinerância” por se pretender

---

<sup>14</sup> Foram entrevistadas para este estudo, pessoas não ciganas em espaços de copresença (espaços residencial, profissional e ocasional) com comunidades ciganas.

justamente captar as representações subjacentes a esta noção. Pelos resultados obtidos constatou-se que os entendimentos divergem muito de município para município (Castro, 2004, pp. 58-59). Ainda segundo esta autora, na prática, os termos que se utilizam para definir a relação com o território correm sérios riscos de não traduzirem a realidade efetiva quanto ao estilo de vida das famílias ciganas. Isto acontece por que a dinâmica familiar e particular de cada grupo pode oscilar entre a itinerância e o sedentarismo. A relação entre estes dois conceitos não implica (entre as famílias ciganas) que se dê uma transição evolutiva do primeiro para o segundo sem hipóteses de retorno. Isto significa que um grupo familiar pode oscilar entre períodos de deslocações frequentes e períodos de fixação mais ou menos prolongados, sendo que as razões para tal são também diversificadas, repartindo-se entre fatores endógenos e exógenos do seu quotidiano ou contexto familiar, como veremos a seguir (Castro, 2006, p. 6). A questão que se levanta aos conceitos de “itinerante” e “sedentarizado”, no que respeita aos ciganos enquanto objeto de estudo, é exatamente a diversidade de posicionamentos no que respeita ao seu conceito e significado. Por um lado existe uma tendência generalizada para a colocação de cada um destes conceitos em polos opostos, distintos e distantes, fazendo uma separação entre os ciganos que se encontram fixos a um território e os que revelam uma condição de vida nómada. Por outro lado, os dois conceitos apresentam-se de forma confusa e subjetiva, cujas fronteiras se cruzam e transcendem (Castro, 2006, p. 2).

A análise das questões da habitação das pessoas ciganas implica considerar as formas de mobilidade espacial e a relação com os territórios por onde circulam. Acontece frequentemente haver uma representação generalizada (também nas entidades públicas), de que as pessoas ciganas “escolhem” um tipo de vida itinerante, e de que não terão raízes em parte certa, optando por viajar entre territórios. Afirmações como “*a itinerância é o elemento fundamental de organização cigana*”, “*a coesão familiar é possível graças à itinerância*”, “*a viagem é fundamental para o sentido identitário cigano*” legitima uma certa desresponsabilização das entidades locais na procura de soluções para o problema dos ciganos desalojados imputando uma certa “naturalização” às situações detetadas. Sob esta linha de pensamento a itinerância é vista como uma forma de rejeição à sedentarização, colocando-se a tónica do lado dos próprios visados e não das questões estruturais que impedem o acesso a direitos fundamentais entre os quais se encontra a habitação (Castro, 2006, p. 3)

Pese embora o conhecimento por parte do poder local que o acesso a uma habitação condigna (que implica a fixação das pessoas a um território) é um fator essencial para a sua integração<sup>15</sup>, grande parte das entidades assumem uma postura implícita que revela padecerem da síndrome de NIMBY (Not In My Back Yard). Isto significa que, embora sejam criadas estratégias e assumidos compromissos que visam o realojamento dos ciganos, implicitamente prevalece a vontade que tal situação se cumpra longe das vistas e dos domínios que se consideram seus (Castro, 2006, p. 3).

Assente na ideia generalizada e enraizada no passado, de que os ciganos itinerantes não podem permanecer mais do que 24/48 horas num mesmo território considerado público, tomam-se medidas, por parte das entidades locais, preventivas à sua fixação e põem-se em prática habitualmente pelos municípios e pela Guarda Nacional Republicana (GNR). É exercida uma vigilância mais ou menos discreta sobre estas famílias a fim de perceberem a finalidade da visita e monitorizarem os seus movimentos. Estes procedimentos desajustados e sem enquadramento legal são aplicados com naturalidade e frequência. Neste mesmo estudo, onde foram contactadas 66 câmaras municipais, metade destas admitiram tomar medidas repressivas à entrada de ciganos, ou em articulação com a GNR, ou através dos seus próprios serviços de fiscalização. 15% das autarquias refere que a curta permanência dos ciganos não necessita de grande intervenção, isto implica desde logo que a permanências destas pessoas será curta. 20% das câmaras inquiridas refere não tomar medidas quanto à entrada e permanência de ciganos, salvo se os mesmos criarem situações conflituosas entre si ou com os residentes locais, pressupondo-se já uma responsabilização dos mesmo em situações como as descritas. Esta postura por parte das entidades públicas torna claro o repúdio pela itinerância dos ciganos. É, portanto, compreensível que na realização de estudos, as respostas obtidas apresentem uma forte tendência para subestimar a sua existência (Castro, 2006, p. 4).

Castro identifica três leituras subjacentes a este comportamento por parte das autarquias. Por um lado, a interpretação das estratégias de fixação dos ciganos a um determinado espaço como uma ocupação ilegal, que carece de medidas preventivas e de eliminação do

---

<sup>15</sup> O conceito de integração é entendido como uma pluralidade de estilos de vida, que se podem ir adaptando de acordo com as escolhas, preferências e opções individuais, todos eles partilhando a cidadania. Nesse sentido, a integração não se pode pensar como um conceito homogéneo ou estático, dependente de autodefinições grupais ou de representações sociais, valores e comportamentos que uma determinada sociedade avalia como positivos (Almeida, 1993, p. 830).

problema. Por outro lado, admitindo a necessidade de melhoramento das condições de habitabilidade dos ciganos, são criadas estruturas próprias para acolhimento desta parte da população, são exemplo disso os chamados Parques Nómadas<sup>16</sup>, que para além de se tornarem uma solução economicamente vantajosa resolvem ainda o problema da coabitação entre os ciganos e a restante população, uma vez que estes espaços são criados em locais mais ou menos afastados ou isolados. Por último, assume-se uma postura de efetiva inexistência de ciganos itinerantes, tendo por base o facto de que os mesmos não se encontram recenseados, logo não existem de facto (Castro, 2006, p.5).

Ora, de acordo com a autora, os pressupostos aqui apresentados deixam dúvidas quanto a uma itinerância espontânea e voluntária por parte dos ciganos. A conjuntura que envolve a realidade destas pessoas obriga a uma diversidade de estratégias e relações com o território na procura de melhores condições de vida, ainda que possa existir uma predisposição de génese histórica para as deslocações. Isto significa que as viagens, embora usadas de forma frequente e em geral por grande parte de indivíduos ou famílias ciganas, não acontecem por acaso, têm sempre uma função. A autora identifica algumas razões que justificam as deslocações frequentes dos ciganos, entre elas, a função económica, que permite a alguns ciganos que se dedicam ao comércio, procurar a sua clientela. Identifica também a função social, no sentido de se estreitarem laços familiares e manter o relacionamento, tão importante como rede de apoio em situações de dificuldades. Pelo contrário, a itinerância pode também ocorrer como forma de afastamento entre famílias para evitar situações de conflito, é comum e faz parte da cultura cigana a estratégia de não coabitação nos mesmos espaços, de duas ou mais famílias entre as quais tenham ocorrido desentendimentos ou conflitos, este afastamento evita o confronto direto e por conseguinte o apaziguamento da crise (Castro, 2006, p. 8).

## **2.4. Políticas para a integração dos ciganos**

De acordo com as informações recolhidas por Magano e Mendes (2014) sobre a dimensão da população cigana em Portugal, percebeu-se que os dados recolhidos por diversas entidades revestiam-se de grandes discrepâncias entre eles, (como já foi referido

---

<sup>16</sup> Tema abordado mais à frente neste trabalho.

anteriormente), o que denota o grande desconhecimento sobre esta parte da população. Este desconhecimento generalizado sobre os ciganos é prolífico de imagens estereotipadas e quase sempre negativas. Esta situação, como explicam as autoras, acontecia (e continua a acontecer) com recorrência, não só no senso comum como também nas instituições oficiais, para quem os ciganos eram classificados como ‘nómadas’ e acusados de não se quererem integrar, acusados de desperdiçarem as supostas ‘oportunidades’ oferecidas pela sociedade dominante. Apesar de a revolução de 1974 e a implementação da democracia ter trazido maior facilidade às pessoas ciganas quanto ao reconhecimento enquanto cidadãos de direitos, a verdade é que nos últimos 40 anos a evolução da situação não é satisfatória, uma vez que não foram criadas condições para se fazerem cumprir esses direitos (Magano e Mendes, 2014).

Ao longo destas últimas décadas, relativamente aos ciganos portugueses pouco ou nada foi feito em terreno nacional, tendo os ciganos sido apenas abrangidos por políticas públicas genéricas, direcionadas para grupos sociais desfavorecidos e em exclusão social. Contudo estas políticas não se têm revelado eficazes no que respeita à posição de discriminação, desigualdades e xenofobia enfrentada pela grande maioria das pessoas ciganas em Portugal (Magano e Mendes, 2014).

No que respeita à habitação, não tendo sido criadas políticas ou medidas específicas para o realojamento de famílias ciganas, foi a partir de 1993, ao abrigo do PER, (conforme já foi explanado no capítulo 1) e também através de outros programas/projetos habitacionais em vários pontos do país, que as pessoas ciganas começaram a ser realojadas em habitação social. Graças a estes programas, algumas destas famílias, que residiam em barracas ou estruturas desapropriadas, conseguiram obter uma habitação, alterando assim, a sua condição de desalojados. Este foi um grande passo a esse respeito, uma vez que contribuiu para a redução dos níveis de segregação dos grupos imigrantes e étnicos. No entanto, subsiste um número significativo de pessoas ciganas que ainda não dispõe de uma habitação condigna.

Outra grande medida implementada pelo Governo Português que veio a beneficiar muitos ciganos foi o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1997, implementado através da Segurança Social, que deu mais tarde lugar ao Rendimento Social de Inserção (RSI). Esta medida trata-se de uma prestação em dinheiro combinada com um programa de inserção

que implica a realização de um contrato de inserção. A legislação de suporte a esta medida, nomeadamente a partir de 2012, regula o posicionamento dos seus beneficiários face à medida através de um contrato, estabelece um conjunto de direitos e deveres a serem cumpridos para a continuação da prestação. Isto implicou um maior envolvimento dos beneficiários imputando-lhes uma postura de pro-atividade no que se refere ao emprego e formação profissional (Magano e Mendes, 2014).

Em 2013, por força do Parlamento Europeu, através da Estratégia Europeia para a Integração dos Ciganos, é elaborada pelo Governo Português a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), com a intenção de assumir a responsabilidade de responder, não apenas às orientações da EU, como também às necessidades efetivas da população cigana em Portugal. Na estratégia portuguesa são eleitos cinco eixos de intervenção setoriais, nos quais devem assentar as políticas públicas: saúde, emprego e formação, educação e habitação transversal. Note-se, contudo que isso não implicou a criação de medidas específicas para a população cigana, mas sim a intenção de conseguir um maior impacto sobre as pessoas ciganas. No eixo transversal são abordados algumas dimensões a desenvolver junto da população cigana, que se tornam transversais a todos os outros que se seguem, considerados de extrema importância ao seu desenvolvimento e inclusão e são eles: a discriminação, a educação para a cidadania, a sua história e cultura, a igualdade de género, a justiça e segurança, a mediação e a segurança social. Em todas estas dimensões são priorizadas medidas a desenvolver e aplicar para melhorar a estratégia no que respeita aos eixos da saúde, emprego e formação, educação e habitação (ACIDI, 2013).

No que se refere à habitação em especial, no âmbito da ENICC, foram tomadas como prioritárias um conjunto de medidas a implementar que previam o cumprimento de metas no melhoramento das condições habitacionais dos ciganos. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta de forma genérica o que foram as medidas propostas e respetivas metas a alcançar até 2020.

Tabela 2 – Propostas da ENICC para a habitação

ENICC	
Propostas para a habitação até 2020	
Medidas	Metas
* Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas	* Realização de, pelo menos, um estudo sobre as condições de acesso e situação habitacional das comunidades ciganas
* Reforçar, no quadro das políticas de habitação, as práticas promotoras da integração das comunidades ciganas.	* Sensibilização de 90% dos municípios que têm população cigana para as especificidades da sua cultura para o seu realojamento
	* Divulgação, em 100% dos municípios, do referencial técnico dos Programas Locais de Habitação, incentivando a integração de respostas específicas
	* Adoção da mediação intercultural como estratégia facilitadora da integração das comunidades ciganas em 60% dos bairros de habitação social
* Adequar as respostas habitacionais e qualificar os espaços de realojamento.	* Preparação de um Programa específico de qualificação dos alojamentos da comunidade cigana, de acordo com as disponibilidades orçamentais, a regulamentar no âmbito do FEDER
	* Promoção das condições mínimas de higiene e bem-estar em 80% dos acampamentos até ao realojamento das famílias
* Promover o acesso ao mercado de arrendamento/propriedade privada.	* Promoção de projetos-piloto para a criação de sete estruturas de acompanhamento dos contratos de arrendamento, através do estabelecimento de parcerias entre os municípios e organizações da sociedade civil

Fonte - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas; ACIDI, 2013.

Conforme se pode verificar, pelo número considerável de metas a alcançar até 2020, parece existir alguma urgência na resolução ou melhorias nas condições de vida, e neste caso específico, nas condições de habitabilidade para os ciganos em Portugal.

No que diz respeito à habitação, as respostas previstas passam essencialmente pela integração em habitação social, tornam-se igualmente estigmatizantes deste grupo populacional, revelando-se uma certa ausência de mecanismos reguladores das ações discriminatórias no que diz respeito ao arrendamento ou compra de habitação por parte das pessoas ciganas (Falcão, 2013).

Apesar das críticas, algumas alterações fruto da ENICC vão surgindo, no que respeita às efetivas condições de habitação das pessoas ciganas, das quais se realçam as intervenções realizadas em 2014 e dirigidas às comunidades ciganas de territórios de quatro municípios, três no norte do país (2 no Distrito do Porto e 1 no Distrito de Vila Real) e uma no sul (Distrito de Portalegre). Estas intervenções tinham como objetivo melhorar as condições habitacionais de 89 famílias e resultam de respostas diferenciadas nomeadamente, o

alojamento de famílias residentes em habitações precárias em habitação social ou pelo desenho/implementação de processos de realojamento alargados (ACM, 2014). Posteriormente, já em 2016 foi concluída a intervenção de grande reabilitação em fogos do IHRU, localizados no Município do Porto, Freguesia de Paranhos. Esta operação beneficiou 160 fogos, nos quais residem 20 famílias ciganas. Foram ainda realizadas diversas intervenções no património do IHRU, a partir do qual resultaram alguns casos de atribuição de fogos a famílias ciganas, de acordo com a dimensão e necessidades de agregados familiares (ACM, 2016).

Em 2018 é aprovada a revisão da ENICC e alargada a sua vigência até 2022. O processo de revisão da ENICC pretende reforçar a importância da integração das pessoas ciganas, o papel central das políticas locais nesse processo e introdução de medidas ajustadas à nova ambição, nomeadamente através de um maior conhecimento sobre as pessoas ciganas. Para esse efeito a ENCC alinha-se com outras estratégias nacionais como a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 «Portugal+Igual», com o objetivo de combate à discriminação e reconhecimento das especificidades das pessoas ciganas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018).

No que respeita às questões de habitação, a nova Estratégia prevê melhorar as condições de habitação de pessoas e famílias ciganas e eliminar a segregação espacial, promovendo a sua integração através de estratégias integradas decorrentes da implementação do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação, que permitirá a qualificação das habitações e das infraestruturas dos bairros de habitação social e a realização de ações de sensibilização dirigidas a senhorios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018).

## **2.5. Projetos desenvolvidos no âmbito da integração dos ciganos**

Ao longo deste capítulo tem-se colocado em evidência a situação de desigualdade, exclusão e marginalização em que se encontra grande parte da população cigana em Portugal. Nesse sentido, fez-se referência às principais políticas que, nas últimas décadas, têm vindo a influenciar a integração dos ciganos no tecido populacional português.

Assistiu-se a um empenhamento maior por parte do Estado Português no sentido da criação de legislação, programas e projetos, ainda que, muitas das alterações nas abordagens a esta problemática se tenham desenvolvido na sequência de imposições europeias com vista a combater o racismo e a discriminação (Magano, 2010, p. 118).

Por outro lado, os ciganos que se revelavam encobertos sobre uma aura de misticismo viram crescer a curiosidade sobre si próprios nas últimas décadas e isso levou a uma maior preocupação em estudar e compreender esta comunidade, o que deu origem a uma quantidade significativa de produções científicas sobre os seus modos de vida, suas particularidades e constrangimentos (ACIDI, 2013, p. 13).

Desta forma, parece estar dado o mote para uma nova abordagem no que respeita aos problemas das pessoas ciganas, capaz de romper com os padrões anteriormente criados que se têm perpetuado ao longo da sua existência em Portugal. A publicação *“Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural”* fruto da compilação dos contributos de oradores das duas sessões do Seminário Internacional, Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição, organizada por Olga Magano e Manuela Mendes (2013) dá conta de processos emergentes e dinâmicos no interior dos ciganos portugueses decorrentes da implementação de programas de política social. Sobre este tema, destacam-se programas como o Rendimento Social de Inserção (já abordado na secção anterior), o Programa Novas Oportunidades, o Programa Escolhas, os Programas PIEF e TEIP e o Programa Mediadores Municipais (p. 3).

Para além destes programas, existem outros de âmbito geral que abrangem pessoas ciganas. Procurando não alongar muito estes temas por transcenderem o âmbito deste trabalho, que procura fazer uma abordagem mais centrada nas questões da habitação, fazemos apenas uma breve referência ao Programa Mediadores Municipais por se consubstanciar numa estratégia transversal a todas as dimensões sociais do quotidiano dos ciganos, embora privilegiando áreas como a saúde e a educação. A mediação enquanto processo para melhorar a comunicação intercultural, em contexto de diversidade cultural, visa sobretudo a coesão social, o desenvolvimento e a vivência plena da cidadania. Esta medida estratégica, lançada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) dá enfoque à comunicação, coesão, autonomia e inclusão em contexto intercultural, tendo como fim

último a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e uma convivência cidadã intercultural nos vários contextos da sociedade portuguesa (Calado, 2016, p. 6). Nesse sentido, tal como previsto na medida 15 do Plano Estratégico para as Migrações (2015), o projeto de Mediadores Municipais e Interculturais foi reestruturado e reforçou-se o financiamento para a contratação de equipas de mediadores a operar em municípios das regiões Norte, Centro e Alentejo. As autarquias locais assumem-se, nesta área, como líderes de Parceria, sobretudo no que respeita à operacionalização dos projetos.

Sobre os projetos desenvolvidos na área da habitação para realojamento e melhoria das condições de habitabilidade dos ciganos, existe alguma controvérsia no que respeita à sua conceção, aplicação e sucesso. Ao nível local, mas também com financiamentos públicos, referem-se algumas iniciativas dirigidas especificamente à população cigana, é o caso do Centro de Estágio Habitacional de Coimbra (“Parque Nómada”) e o realojamento em Santo Tirso onde foi criado um projeto-piloto para as famílias ciganas, de acordo com as tradições – “realojamentos étnicos”, tendo sido considerados “boa prática” (Dias, Farinha & Silva, 2009 referido por Mendes, Magano e Candeias, 2014, p. 49).

O Centro de Estágio Habitacional de Coimbra construído em 2004, designado por “Parque Nómada” embora criado longe dos tecidos urbanos e sociais, pretendia ser um espaço de transição, entre o “nomadismo” e a “sedentarização” em habitações do tipo clássico em locais dispersos na rede urbana. É composto por 12 habitações de tipologia T2 e T3 e um Centro de Apoio Social para desenvolvimento de um plano de atividades multidisciplinar, levado a cabo por uma equipa pluridisciplinar. Este realojamento tinha em vista a capacitação dos indivíduos para a vida social não apenas nas questões da habitação como também noutras como as questões ligadas ao mercado de trabalho (Santos, 2013, p. 62).

Para além dos exemplos referidos, em algumas partes do país foram surgindo outros projetos de realojamento só para ciganos, como “construções étnicas”, é o caso da cidade de Beja, que viu nascer o Bairro das Pedreiras, apelidado pela comunicação social de “Cemitério dos vivos” (Abecasis e Marte, 2016).

“o apelidado ‘ciganódromo’ de Beja afasta-os da cidade, num conjunto habitacional “ad-hoc”, ao lado da estrada e em meio “descampado”, circundado por um muro,”[...] (Magano, 2010, p. 134)

O Bairro das Pedreiras em Beja trata-se de um empreendimento com cerca de 50 casas de piso térreo com dois quartos, cada uma. Este bairro nasceu num terreno anteriormente ocupado por barracas e outras infraestruturas provisórias que serviam de alojamento para um grupo de ciganos desalojados e residentes em Beja. O bairro nasceu em 2006 e a seu lado foi também construído um muro em betão que tapava a vista da cidade e escondia o bairro. Ao longo dos últimos dez anos as condições de vida das pessoas lá residentes não melhoraram, pelo contrário, de acordo com as opiniões de ambos os lados, Câmara Municipal de Beja e os residentes locais, as condições de marginalização e segregação agravaram-se. Este bairro já foi referido no Capítulo 1 deste trabalho, que refere a diferenciação e estigmatização dos espaços habitacionais.

As pessoas que residem nestes chamados “parques nómadas” manifestam uma certa insatisfação face às soluções habitacionais encontradas (Castro, 2006, p. 17). Este tipo de realojamento afastado das zonas urbanas e centros das cidades, cujos habitantes se veem privados da proximidade física da cidade, não tem o mesmo aproveitamento que os cidadãos comuns, não se sentem parte dela. Estes realojamentos contribuem para a continuação da segregação que já existia e a desigualdade de oportunidades pela localização geográfica. Sendo a habitação considerada como um dos fatores mais potencializador de integração e inclusão social torna-se necessário um maior cuidado nas construções e realização de alojamentos, devendo haver uma articulação entre os intervenientes por forma a evitar novos guetos urbanos (Magano, 2010, p. 136).

## Capítulo 3 - Os ciganos de Évora

### 3.1. Caracterização da população cigana de Évora

No que se refere a Évora, até 2014, não se conheciam dados oficiais recolhidos pelas entidades locais sobre a população cigana. Assim, grosso modo, as entidades públicas locais desconheciam o número de ciganos residentes em Évora e as suas características. No sentido de se conhecer melhor a dimensão e o contexto dos ciganos residentes em Évora, no âmbito deste estudo, procedeu-se a uma recolha de informação através da bibliografia já existente.

Assim, num estudo realizado em 1993, de caracterização demográfica, social e cultural das populações ciganas residentes na região, surge referenciado que em Évora (concelhos do distrito) residiam cerca de 796 indivíduos ciganos (ACIME<sup>17</sup>, 1997 referido por Mendes, Magano e Candeias, 2014, p. 24).

Castro (2004) avança o número de 688 indivíduos de etnia cigana para o distrito de Évora, de acordo com os dados obtidos num inquérito aos municípios. Contudo, nesse mesmo estudo verifica-se a ausência de dados de algumas capitais de distrito, entre os quais Évora, nesse sentido, a autora adverte que este facto poderia condicionar os resultados do estudo (Castro, 2004, p. 57).

Através do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (2014) foram identificadas 590 pessoas a residirem no distrito de Évora, distribuídas por 6 núcleos residenciais (Mendes, Magano e Candeias, 2014, pp. 143-145).

Em 2014, a pedido do IHRU e no âmbito da ENICC, foi efetuado um levantamento de dados sobre a comunidade cigana, pela CME em parceria com a empresa gestora de habitação social do município, onde se identificaram 87 agregados familiares de etnia cigana a residirem na cidade de Évora com o total de 298 elementos. Estes agregados familiares encontravam-se dispersos pela cidade de Évora e imediações periféricas e residiam em situações habitacionais diversas. Dos 87 agregados, 49 encontravam-se a residir em habitação social, 14 são proprietários ou arrendatários em mercado livre e 24

---

<sup>17</sup> ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, designação anterior do Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

estavam desalojados residindo em acampamentos<sup>18</sup>. De salientar, no entanto, que os dados para recenseamento dos ciganos foram recolhidos tendo por base os registos efetuados pela Habévora, Entidade Municipal de Gestão Habitacional, Unipessoal Limitada, E.M. (Habévora E.M.) no decurso das suas práticas quotidianas de realojamento em habitação social. Tratando-se de uma empresa que faz a gestão do parque habitacional público, propriedade da CME e a gestão das inscrições para habitação social, corre-se o risco de os números apresentados subestimarem uma parte da população cigana: os que são proprietários de uma habitação ou os que, tendo a possibilidade de arrendamento livre não procuram realojar-se em habitação social. Razão pela qual, eventualmente, o número de ciganos proprietários ou arrendatários em mercado livre seja tão pouco representativo.

Ainda assim, os números apresentados indicam a diversidade no que respeita ao tipo de alojamento dos ciganos residentes em Évora, situação que indicia diferenciações entre o modo de vida e situações socioeconómicas diversas entre os indivíduos ciganos de Évora, conforme Magano (2010) havia já constatado também noutros pontos do país.

No que respeita às famílias a residir em habitações própria ou em regime de arrendamento livre não foi possível identificar a sua localização, conforme foi referido, sobre estas famílias pouco se sabe, contudo, é de conhecimento geral e facilmente observável pelos que frequentam habitualmente a cidade de Évora, a existência de algumas famílias ciganas (poucas) a residirem no Centro Histórico.

Sobre a localização dos acampamentos, em 2014, os mesmos encontravam-se distribuídos por espaços públicos na Quinta do Gentil localizada no Bairro da Horta das Figueiras, Rossio de São Braz, perto do Centro Histórico e Bairro da Malagueira (Rua do Rochedo e outras e na periferia do bairro junto às Piscinas Municipais)<sup>19</sup>.

No que respeita aos dados demográficos sobre os ciganos realojados em habitação social, a empresa gestora de habitação social não autorizou a recolha de dados, pelo que não foi possível apresenta-los no âmbito deste trabalho.

Apesar da escassez de registos demográficos oficiais sobre a população cigana na cidade de Évora, alguns trabalhos de cariz científicos foram desenvolvidos junto desta parte da

---

<sup>18</sup> Dados recolhidos junto da CME.

<sup>19</sup> Dados recolhidos junto da CME

população, destacam-se as autoras Alexandra Castro que efetuaram as suas pesquisas entre 1992-1994 e Sara Sama Acedo entre 2000-2002.

Castro (1995) apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as formas de apropriação do espaço e das estratégias identitárias desenvolvidas pelos ciganos realojados no Bairro da Malagueira em Évora. Nesta pesquisa a autora põe em evidência a relação entre as ações de realojamento e a reestruturação dos seus modos de vida. Este trabalho voltará a ser abordado no próximo ponto, uma vez que os seus resultados se enquadram na relação entre os habitantes e o realojamento em habitação social.

Sara Sama (2010), no seu trabalho “Espacios Vividos, Espacios Creados: Los ‘Ciganos’ de Évora” apresenta uma estimativa de cerca de 200 indivíduos ciganos a residirem em Évora à data da recolha dos dados para a sua pesquisa (Sama, 2010, p. 1).

Neste trabalho a autora aborda a relação dinâmica entre os ciganos e a cidade de Évora, constrói uma perspetiva histórica dos ciganos em Évora a partir dos espaços ocupados e dos espaços criados, as suas trajetórias de vida, atividades, aspetos culturais e a sua evolução face à evolução da cidade. Este trabalho etnográfico foi elaborado a partir da observação do quotidiano dos ciganos residentes em Évora à data da recolha de dados entre 2000 e 2002 e através de relatos dos próprios, que permitiu a autora penetrar na história dos seus antepassados, até onde a memória dos seus entrevistados os levava.

A obra de Sama ilustra a presença dos ciganos em Évora desde o início do século passado, a forma como estes compartilharam as suas vidas com os residentes não ciganos e se veem como parte integrante da história da cidade. O percurso histórico mostra que as vivências dos ciganos já conheceram outros contornos, sempre relacionados com a evolução da cidade e dos tempos. Ao longo do século passado, sobretudo até aos anos 60, na vigência do antigo regime político ditatorial, os ciganos embora sempre envolvidos numa condição de miséria e exclusão, afirmavam a sua presença criando estratégias que lhes permitiam sobreviverem um pouco à margem do resto da sociedade, mas fazendo parte dela com uma função que lhe era atribuída ou que conseguiram conquistar. A condição de viajantes e a organização das suas rotas entre zonas dispersa no Alentejo profundo dos anos 40-50 do século passado atenuava o seu isolamento, dando aos seus residentes a possibilidade e acesso a novidades de outros locais para onde nunca ou raramente se descolavam (Sama, 2010).

A criação e comércio de gado equino foi desde cedo a atividade que lhes garantiu o seu sustento e das suas famílias, deslocando-se por áreas que transpunham as fronteiras da cidade, criavam rotas comerciais entre os concelhos vizinhos permitindo-lhes chegar a uma clientela mais numerosa. Mantinham relacionamento com grandes *senhores* da sociedade da época que negociavam com eles, aos quais asseguravam que não lhes faltava gado para trabalhar a terra e outros serviços próprios de uma sociedade agrícola. Mais tarde, durante o processo de mecanização dos campos e a substituição dos animais pelos meios de transporte motorizados, o negócio do gado foi perdendo a sua expressão mostrando-se já ineficaz como meio de subsistência para os ciganos, nessa altura, grande parte passou a dedicar-se ao comércio de outros produtos, nomeadamente os tecidos, tapetes, sapatos e roupa. Esta alteração não rompeu com o ciclo de viagens e movimentações a que estavam sujeitos por conta do negócio. A dinâmica dos ciganos em Évora cumpria-se nestes moldes, uns tinham já a sua residência fixa na cidade, os mais abastados apropriavam-se de casas para habitação, enquanto uma outra parcela, com menos recursos económicos viviam alojados em barracas no tempo que lá permaneciam, voltando sempre às viagens, condição de recurso a que estavam obrigados. De lembrar que, nos anos que antecederam a viragem do regime político, em Portugal, sobretudo no Alentejo, verificou-se o êxodo das populações dos campos para as cidades e para o estrangeiro, movimento que afetou também a população cigana. Alguns dos que se encontravam em piores condições económicas emigraram e outros foram-se aglomerando em barracas ao redor das grandes cidades. Em Évora por essa altura já se verificava grande concentração de ciganos nas periferias da cidade (Sama, 2010).

O 25 de abril de 1974 e a viragem para um regime democrático trouxe mudanças também para os ciganos da cidade de Évora, as novas políticas sociais, de racionalização do espaço urbano e do processo de enobrecimento urbano da cidade no seu conjunto e principalmente do Centro Histórico vieram alterar os locais ocupados pelos ciganos. Em pouco tempo os ciganos desocuparam o Centro Histórico e outros locais de maior visibilidade e aglomeraram-se em locais na vizinhança dos bairros da Malagueira, Cruz da Picada e General Humberto Delgado (Horta das Figueiras) em acampamentos, sem casas, em alojamento temporário para ciganos “nómadas”. Estes locais albergavam os ciganos de Évora que já haviam residido em casas na cidade e se encontravam agora desalojados, bem

como outros que vinham chegando de outras localidades e aí se instalaram e serviam ainda de albergue para os que se encontravam de passagem (Sama, 2010).

### **3.2. O caso da população cigana de Évora e a relação com a habitação social**

O realojamento dos primeiros ciganos em habitação social teve o seu início no final da década de 70, no âmbito das políticas de habitação, com o objetivo de por cobro à falta de habitação na cidade devido ao êxodo de populações rurais e outras, oriundas das antigas colónias portuguesas, como aliás, acontecia em outras cidades do país. Estas políticas apareceram na esfera da construção de um Estado-providência, à imagem do que vinha sucedendo noutros países europeus. A partir de 1961, com a assinatura da Carta Social Europeia criada pelo Conselho da Europa, as preocupações sociais ganharam maior relevo. Com a assinatura desta Carta e a sua entrada em vigor em 1965, os direitos sociais foram consagrados e os países membros comprometeram-se a respeitar e garantir um conjunto de direitos nos quais se contavam a reabilitação e realojamento (Pereirinha, 2008).

Em Évora, foram criadas infraestruturas próprias para acolhimento destas populações, nomeadamente: o Bairro da Cruz da Picada concluído em 1977, com 479 fogos e entregues na sua totalidade ao FFH (Simplício, 2009) e o Bairro da Malagueira projetado pelo conhecido arquiteto Álvaro Siza Vieira. Este último após a construção em 1982 foi processando de forma mais ou menos faseada o realojando e ocupação dos fogos. O projeto foi entregue a duas cooperativas locais que se encarregaram da construção a custos controlados, uma pequena parte dos lotes foi entregue a particulares e 400 fogos foram destinados para fins de habitação social. Numa primeira fase de realojamento, foram ocupados os fogos entregues ao FFH, dando lugar mais tarde ao IGAPHE, entidades gestoras da habitação social em Évora na altura (CME, 2012, nº 11, p. 4).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Para enquadramento da situação das famílias ciganas realojadas em habitação social, foi solicitada autorização para consulta e análise aos registos e arquivos da Habévora E.M., no entanto, essa possibilidade não foi autorizada pela direção da empresa.

De entre os que beneficiaram de arrendamento em habitação social contavam-se algumas famílias ciganas (Correia, 2013, p. 243), que se encontravam já fixadas na cidade, a residir em tendas e construções abarracadas, ocupando espaços públicos em vários locais da cidade. Não se pode precisar o número de famílias ciganas realojadas nestes dois bairros, nem as datas do seu realojamento, contudo, sabe-se que o seu realojamento surgiu logo desde os primeiros momentos. Ainda assim, nos anos seguintes e até à construção de outras habitações, ao abrigo do PER já em 2004, nunca deixaram de existir pessoas ciganas albergadas em barracas nas imediações da cidade, nomeadamente no Bairro da Casinha, na zona sul da cidade (Sama, 2010; Correia, 2013).

Atualmente sabe-se que apenas 8% dos fogos disponíveis para habitação social estão ocupados por famílias ciganas<sup>21</sup> (de um total de cerca de 960 fogos propriedade da Câmara Municipal de Évora).

No que se refere à satisfação com a habitação, Castro (1994) conduziu uma pesquisa sobre os ciganos realojados no Bairro da Malagueira e constata que os moradores se mostravam bastante satisfeitos com o realojamento, evidenciavam os aspetos positivos da mudança alcançadas nas suas vidas com realojamento naquele bairro. Nas conclusões deste trabalho a autora refere existem

“sinais de pertença ao bairro - manifestada pela afetividade que mantêm com o espaço do bairro e pelo sentimento que demonstram pela especificidade nas suas formas de apropriação e no relacionamento com os outros.”

(Castro, 1994, p.104).

Não obstante os indícios positivos destas presenças no bairro, recorde-se que este estudo foi efetuado muitos anos volvidos após os realojamentos e que o tempo já havia produzido novas formas adaptativas de apropriação dos espaços. Ainda assim, a autora refere alguns fatores de constrangimento à adaptação, como a itinerância, que surge ao longo dos percursos identificados ainda que para preencher as funções económicas e sociais. Refere ainda alguns comportamentos entendidos como desajustados ao meio, relacionados com a autonomia e liberdade de movimentos que se manifestava ao nível da organização do tempo e dos espaços. São exemplo disso a inexistência de horários rígidos, a rua como

---

<sup>21</sup> Declaração de Intenções da URIDI – Documento Interno da URIDI/CME.

prolongamento do alojamento, a utilização do fogo, os usos feitos dos espaços exteriores, tal como procedia num modo de vida itinerante mesmo após os realojamentos. Talvez por estas razões a autora refira que as forças de produção e apropriação dos espaços parecem ter ficado aquém das previstas ou desejadas pelas ações de realojamento. Não admira portanto, que a opinião da entidade gestora da habitação social sobre o realojamento de pessoas ciganas neste bairro seja curiosamente contrária à dos próprios. Na revista periódica *Évora Mosaico*, produzida pela Camara Municipal de Évora (2012), as famílias ciganas são responsabilizadas pela degradação acelerada das habitações e ainda pelos conflitos que surgiram na sequência do seu realojamento nesse bairro:

“Por outro lado, a primitiva inadaptação da etnia cigana a tal tipo de habitação provocou a inadequação do seu uso e o aparecimento de conflitos vários com a restante população.” (CME, 2012, nº 11, p. 5).

A expressividade demonstrada e difundida pelos canais de comunicação da CME, à data, sobre o impacto destes realojamentos é representativa da opinião negativa que se generalizou ao longo dos anos sobre o realojamento de pessoas ciganas, baseada em pressupostos de inadaptabilidade ao espaço e conflitualidade com a população maioritária.

No ano de 2018 foram realojadas quatro famílias ciganas em habitação social, provenientes de acampamentos. Estes realojamentos têm sido encarados com forte contestação por parte da população residente, inclusivamente por parte dos outros ciganos já radicados nos bairros há mais tempo. Conforme tenho podido observar o sentimento de ameaça é sentido por ambas as partes. No que respeita à população local, tem sido demonstrado um desconforto pela presença destes novos moradores, as queixas revestem-se de enorme cariz discriminatório e em grande parte das vezes revelam-se infundadas. Numa reunião solicitada pelos moradores de um dos bairros onde foram realojadas famílias ciganas proveniente de acampamentos, que contou com a presença do Presidente da Junta de Freguesia e a Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação e Intervenção Social da CME, realizada já no início de 2019, os moradores davam conta dos prejuízos para o bairro que advieram do realojamento destas famílias. Nessa reunião foi elencado um conjunto de comportamentos “*antissociais*” atribuídos a estas famílias onde se destacava “*a falta de educação*”, a “*falta de higiene*”, a “*destruição de equipamentos urbanos*”, a “*utilização de armas*”, entre outros.

Por parte das famílias recentemente realojadas cresce o medo da reação das pessoas às suas ações e denota-se já uma certa aversão ao bairro. Este fenómeno é encarado pelos residentes locais como a justificativa que necessitam para acusar a empresa gestora da habitação social de fazer realojamentos desajustados e reconhecerem nos próprios ciganos uma preferência pela itinerância como modo de vida. Ao longo dos últimos meses tem-se presenciado um clima de tensão e incómodo que ecoa por toda a cidade, não apenas entre os populares como também entre os profissionais de instituições com responsabilidade social.

Tal como acontece em alguns concelhos, cuja seleção de terrenos para a futura localização de novos empreendimentos de habitação social parece ficar condicionada pelo “alarme social” gerado em torno de uma eventual vizinhança com ciganos, gerando rumores e produzindo o efeito de contágio sobretudo em lugares de dimensão reduzida (Castro, 2012, p.110; Medinas, 2018, p. 100).

O não acesso a habitação destas pessoas pode estar muito relacionado com um conjunto de factos circunstanciais e elementos transcendentais aos mesmos, que os desprotegem, contribuindo para o agravamento da vulnerabilidade e exclusão social, aumentando as desigualdades sociais e dificultando o exercício dos seus direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2010, Mendes, 2007; referidos por Mendes, Magano & Candeias, 2014).

### **3.3. A Unidade de Rede para a Inclusão e Dialogo Intercultural**

Embora o conhecimento e registo da passagem e permanência de pessoas ciganas pelo concelho sejam já de longa data, como se verificou no ponto anterior, o acompanhamento e intervenção com estas famílias por parte do município são processos recentes, razão pela qual não existe ainda um diagnóstico social sobre esta comunidade. Contudo o município reconhece a necessidade de criar política e programas adequados às especificidades desta parte da população, de forma participada e sustentada pela opinião das pessoas ciganas residentes no território, para uma melhor intervenção e convivência social entre todos.

Neste sentido, no final de 2017 foi criada a Unidade de Rede para a Inclusão e Dialogo Intercultural (URIDI). Esta unidade de rede trata-se de um grupo de trabalho temático que

resultou de uma necessidade percebida pela CME e pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) de intervenção com o grupo de famílias ciganas que se estabeleceu ou que passa pelo concelho de Évora. A CME e o CLAS identificaram como uma necessidade prioritária a concretização de uma intervenção com esta parte da população, centrada na qualificação de respostas, na construção de percursos de inclusão e no diálogo intercultural como preditores de boa convivência entre todos. Esta unidade de rede encontra-se em funcionamento desde dezembro de 2017 e tem como missão:

“Fomentar a inclusão e a interculturalidade entre os grupos culturalmente distintos presentes no território, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações/respostas que contribuam para a efetiva mitigação da exclusão social. Nos primeiros dois anos de vigência, esta unidade de rede centrará a sua intervenção no conhecimento da realidade das comunidades ciganas presentes no território, bem como no desenvolvimento de um conjunto de ações/respostas que promovam a inclusão e igualdade de oportunidades destas comunidades.”<sup>22</sup>

Seguindo os princípios do trabalho colaborativo e interinstitucional que se pretende dinamizar através do CLAS de Évora e levando em conta as recomendações da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), foram chamados a integrar este grupo de trabalho, representantes dos vários eixos de intervenção com as comunidades ciganas, tais como:

- A Câmara Municipal de Évora;
- Centro Distrital de Segurança Social de Évora;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Administração Regional de Saúde;
- Habévora, E.M.;
- Polícia de Segurança Pública;
- Guarda Nacional Republicana;
- União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras;
- Associação para o Desenvolvimento e Bem-estar da Cruz da Picada (ADBES);
- Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa.

---

<sup>22</sup> Declaração de Intenções da URIDI – Documento Interno da URIDI/CME.

A URIDI, ao longo deste primeiro ano de vida, estruturou um plano de ação, com objetivos e metas definidas, tendo como principais dimensões de intervenção: a capacitação, o conhecimento, a mediação e o associativismo e representatividade. Ao longo deste percurso foram desenvolvidas algumas ações que vão de encontro às dimensões de intervenção, das quais se dá destaque à intenção de adesão ao Projeto-piloto “Programa Local de Integração das Comunidades Ciganas” lançado pelo ACM e à candidatura apresentada pelo Município de Évora à linha de financiamento 3.09 do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) “projetos para Mediadores Municipais Interculturais”, como fruto do trabalho concertado entre os integrantes do grupo que identificaram a mediação como processo de alavancagem à intervenção com as comunidades ciganas.

Embora se reconheça a existência de pessoas ciganas a residir no concelho em condições habitacionais distintas: proprietários de habitação, arrendatários no mercado livre e realojados em habitação social, numa primeira fase a URIDI estabeleceu como prioridade a intervenção com as famílias que se estabeleceram no concelho e não possuem uma habitação e as famílias que não estando estabelecidas no concelho, passam e permanecem durante algum tempo.

Nesse sentido, foi proposto o acompanhamento pelas várias instituições membros desta unidade de rede de nove famílias que são reconhecidas pelo município como mantendo uma trajetória vinculativa à cidade de Évora, tendo-se fixado permanente neste território. Para isso, foi efetuado um registo do número de acampamentos, respetiva localização e número de agregados/elementos estabelecidos. Posteriormente foram constituídas equipas “gestores de caso” para intervenção e acompanhamento social junto de cada família.

No que respeita às famílias ciganas que não são residentes e solicitam autorização para acampamento ocasional, foi avançada a hipótese de se identificar um local onde se pudesse garantir o acesso a água potável, saneamento e depósito de resíduos, no entanto, esta ideia não foi bem acolhida por todos os membros da URIDI, sob o pretexto de que este tipo de alojamento não garante condições de habitabilidade condignas e, à semelhança do que se tem assistido noutros locais do país, estas condições têm tendência a perpetuar-se, agravando as situações de exclusão social e estigmatização. Por enquanto, os pedidos de acampamento ocasional são analisados caso a caso, tendo por base critérios de análise de

risco e perigo para alguns dos elementos do agregado familiar, ficando este procedimento a cargo da CME.

Os membros da URIDI, tal como já havia sido preconizado por Correia (2012), reconhecem que o problema dos ciganos “nómadas” que não conseguiram ainda a fixação a um determinado território é um problema grave, que compromete seriamente a integração social destas pessoas e o exercício da cidadania plena. Reconhecem ainda que, a solução para este problema requer um compromisso intermunicipal, uma vez que estas famílias apresentam um histórico de permanência ou trajetória que atravessa as fronteiras do município. Nesse sentido, o grupo de trabalho assume o compromisso de promover o diálogo com vista à construção de uma estratégia de intervenção concertada entre os municípios.

A constituição deste grupo de trabalho, para além de contribuir para o conhecimento sobre a situação em que vivem as pessoas ciganas, parece ter trazido para a agenda política do município o debate e interesse pelas questões que as envolvem, permitindo um salto qualitativo no que respeita à posição marginalizada que, na grande maioria das vezes ocupam.

## **PARTE II – Metodologia de Investigação**

# Capítulo 1 - Pontos de partida

## 1.1. Potencialidades e constrangimentos ao estudo

Antes de se avançar neste trabalho será útil fazer uma pequena reflexão sobre as potencialidades e os constrangimentos com que nos deparámos para a realização e qualidade deste estudo.

Um dos motivos que me levou à realização deste projeto prende-se acima de tudo com o desejo de enriquecimento intelectual e realização pessoal que o mesmo possa conferir. Paralelamente, uma vontade de saber mais para melhor realizar a minha atividade profissional que se encontra diretamente relacionada com o tema escolhido.

Um dos critérios de escolha do tema específico da investigação deve resultar de uma forte motivação pessoal assente na afetividade e sobre o qual se tenha particular interesse (Carmo e Ferreira, 1998, p 46; Hill e Hill, 2012, p. 23). A população cigana e sua especificidade cultural é um tema que me é caro e desde cedo me suscitou grande interesse e inquietação. Associado a isto, desenvolvo a minha atividade profissional na área da habitação social, circunstância que tem contribuído para exacerbar as minhas dúvidas e angústias relativamente à questão cigana. Deparo-me quotidianamente com dificuldades na criação de respostas adequadas à problemática que envolve os ciganos, nomeadamente os problemas relacionados com a habitação.

Nestas circunstâncias, tentei juntar alguns fatores que pudessem vir a potenciar o resultado final: por um lado, a curiosidade e preferência pelo tema “ciganos” que enche o meu espírito de sentimentos e empatia. Por outro lado, colocam-se as questões do acesso a habitação, que constituem o meu contexto profissional e um dos grandes fatores de exclusão dos ciganos, assim, melhorando a minha compreensão, conhecendo o passado e trabalhando o presente, talvez possa contribuir para a perspetiva de um futuro melhor.

As opções metodológicas implicam o contacto direto com a população estudada. Sobre este assunto importa referir que devido à minha atividade profissional já existia uma relação entre mim e esta população e um conhecimento mútuo entre nós. Como técnica dos Serviços de Ação Social da empresa gestora da habitação social em Évora tenho realizado contactos e visitas frequentes aos locais onde costumam acampar os ciganos desalojados.

Este facto aproxima-me dos seus sistemas de representações sociais: a minha profissão desencadeia perceções associadas às suas condições de habitabilidade. “*As doutoras das casas*”, como somos apelidadas frequentemente é bastante demonstrativo das perceções desencadeadas. “*A atribuição de papéis aos investigadores encontra expressão nas metáforas usadas para os descrever*”, este facto pode vir a refletir-se nas respostas dos participantes, sendo que a informação a que se terá acesso e aquela que será ocultada depende essencialmente da adoção de um papel ou posição social adequados (Flick, 2013, p. 56).

Nestas circunstâncias, torna-se necessário tomar especial cuidado na “negociação” desenvolvida com a população-alvo e é recomendável a assunção de um papel que seja simultaneamente claro para a população estudada e para o investigador (Carmo e Ferreira, 1998, p. 109). Nesse sentido, tive o cuidado de distinguir os papéis: de técnica e de investigadora. Durante o tempo em que decorreu o trabalho de campo e a recolha de dados, fui explicando com algum detalhe o âmbito desta investigação, os seus objetivos e o seu propósito. Quando solicitei a colaboração de alguns ciganos para entrevistas e preenchimento de questionários nunca deixei de referir que a mesma não era obrigatória e não interferiria de forma alguma com o seu posicionamento na empresa gestora de habitação social em que trabalho. Por outro lado, tentei introduzir fatores distintivos dos dois papéis, quando efetuava visitas aos acampamentos para efetuar trabalho de campo, deslocava-me sozinha, situação que nunca acontece em contexto profissional, outras vezes fiz-me acompanhar da minha irmã ou dos meus filhos de 13 e 9 anos, que eram apresentados aos intervenientes como tal. O processo foi satisfatoriamente entendido e em algumas circunstâncias, mediante a minha presença nos acampamentos fui questionada: “*Então, hoje vem a trabalho?*”

Por outro lado, a minha experiência profissional e o meu conhecimento sobre esta população poderão induzir-me em erro no que respeita à interpretação dos factos. Existe uma grande eventualidade de construção de resultados assentes em pressupostos cristalizados e fruto de anteriores experiências. Ainda assim, Uwe Flick (2013) encara a interação do investigador com o campo e seus membros como parte explícita da produção do saber. Para o autor a subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados faz parte do processo de investigação (p. 6). Referir ainda que, torna-se vantajoso que o trabalho a desenvolver se enraíze na experiência do investigador (Carmo e Ferreira, 1998, p. 45).

Assim, o conhecimento adquirido em contexto profissional pode ajudar a interpretar os factos e a relaciona-los com fenómenos implícitos e não observáveis no decurso da investigação.

Outro dos constrangimentos que senti numa primeira fase do trabalho de campo esteve relacionado com o tema escolhido. A palavra “Ciganos”, por si só, causa desconforto e rejeição que não incide unicamente sobre os próprios, como também sobre aqueles que deles se aproximam. Esta situação levou a que a minha abordagem, nomeadamente a instituições e a pessoas não ciganas, por vezes, fosse mal acolhida, olhada com suspeição e até mesmo descredibilizada. Se por um lado, estas circunstâncias ‘fecharam portas’, não deixaram de ser veículo de informação, pois podem, eventualmente, levar a interpretações interessantes como o preconceito, a suspeita, a rejeição e acima de tudo o desinteresse pelo tema. Como refere Wiewiorka (2002) há “*marcas que marcam*”, que se impregnam na pele de quem vivencia essa experiência no quotidiano e rotulam perante os outros de acordo com pertenças culturais.

## **1.2. Objeto de estudo**

Para uma pesquisa bem-sucedida é importante delinear o objeto de estudo, que evitará a perda de tempo e energias na recolha de dados cega, sem um fio condutor. A delimitação do objeto de estudo deverá estar presente em qualquer projeto de investigação logo desde o seu início, na fase do planeamento (Carmo e Ferreira, 1998, p. 44).

Na fase inicial da investigação é importante adequar a pesquisa teórica ao objeto de estudo, de forma a evitar o excesso de informação que poderá perturbar a objetividade, ou por outro lado, ignorar a produção teórica já existente que poderá ajudar a alcançar os pressupostos a alcançar (Quivy, 1992 referido por Carmo e Ferreira, 1998, p. 45).

Este estudo não pretende espelhar a realidade de todos os ciganos residentes em Évora, mas somente a pequena parte dos que não possuem uma habitação, vivem em acampamento e apresentam circunstâncias muito distintas dos que adquiriram casa própria, que são arrendatários de habitações sociais ou no mercado privado. Também não se pretende estudar pessoas ciganas residentes em outros locais do país que estejam em situação de acampamento, uma vez que as características próprias de cada região e as

políticas seguidas, bem como os projetos que vão sendo criados por cada município reescrevem a todo o momento as trajetórias e percurso de vida de cada cidadão cigano.

Delimitou-se o objeto de estudo à população cigana residente em Évora que não têm uma habitação e se encontra a residir em acampamentos. Contudo, é possível observar que nem todas as famílias ciganas com acampamento em Évora são residentes nesta localidade. Existem famílias que acampam ocasionalmente na cidade por variadas razões, apontam-se nesse sentido as idas a consultas e realização de exames médicos no hospital ou clínicas médicas especializadas, apresentações nos tribunais, visitas a familiares, épocas festivas, feiras, etc. Por outro lado, é possível observar que Évora é ponto de passagem de famílias ciganas, que para além de não terem habitação, estão sujeitos a situações de nomadismo forçado, como já foi referido, não tendo conseguido a fixação a um determinado território, deambulando de lado para lado, ora por serem empurrados pelas autoridades locais, ou pela pressão que sofrem por parte da restante população não cigana.

O objeto de estudo são as famílias e indivíduos isolados ciganos que se fixaram em Évora e aí se encontrem a residir em acampamentos permanentes. Em grande parte dos casos acampam em espaços públicos como terrenos rústicos de domínio público ou nas ruas, em proximidade com familiares que residem em habitações sociais. Estas permanências, por vezes, vão alternando de acordo com as imposições das autoridades públicas ou das suas necessidades relativamente os recursos disponíveis nos locais. Neste estudo pretende-se realizar uma caracterização demográfica e socioeconómica destes agregados familiares, em que importa captar algumas especificidades nos seus modos de vida, a relação com a sociedade envolvente, com o município e as suas perspetivas relativamente à habitação. Serão retratados os locais onde costumam fixar-se, a relação com as entidades locais, as suas necessidades e dificuldades, bem como os apoios de que dispõem.

### **1.3. Objetivos do estudo**

Considerando-se o direito à habitação como alicerce da dignidade humana e sabendo-se que o acesso a uma habitação é um problema que afeta gravemente a população cigana em Portugal (Castro, 2004, Guerra, 2007, ACIDI, 2013, Mendes, Magano e Candeias, 2014), o objetivo deste estudo é aprofundar os conhecimentos sobre as famílias ciganas de Évora

que estão privados desse direito, os prejuízos e constrangimentos causados pela falta de uma habitação. Este trabalho propõe sistematizar o estudo do conjunto de factos, circunstâncias e elementos que caracterizam a população cigana desalojada em Évora e que têm contribuído para o agravamento da vulnerabilidade e exclusão social, aumentando as desigualdades sociais e dificultando o exercício dos seus direitos de cidadania.

O caso de Évora não é muito diferente do que se passa em outros locais do país. Em Portugal não existia um conhecimento aprofundado e sustentado sobre a causalidade dos processos que conduzem às situações de pobreza e exclusão social e às desigualdades sociais entre a população cigana. A falta de uma base sólida de conhecimento é paralela à ausência de políticas públicas destinadas especificamente para esta população (Castro 2010), pese embora, nos últimos anos ter ocorrido maior interesse sobre esta parte da população e terem sido produzidos alguns estudos importantes no que respeita a esta parte da população portuguesa.

É objetivo deste trabalho entender as várias dimensões do problema social e sociológico, sob o ponto de vista social, económico e cultural. Para tal, foram traçados alguns objetivos gerais: em primeiro lugar e como questão principal, a abordagem sobre a ausência de habitação para estas famílias. Tentar conhecer as circunstâncias de causalidade que possam ajudar a compreender o fenómeno. Assim, propõe-se realizar um levantamento dos percursos e trajetórias destes ciganos, conhecer os locais onde costumam fixar-se, a relação que mantêm com as entidades locais, as suas necessidades e dificuldades, bem como os apoios de que dispõem.

Em segundo lugar, conhecer a população desalojada e as suas especificidades, não apenas circunscrevendo o problema à falta de habitação, mas incidindo sobre outros aspetos como os fracos recursos económicos, o desemprego, a exclusão social, discriminação, bem como uma pressuposta itinerância desta população como causalidade da situação de desalojamento.

## 1.4. Questões de partida

A formulação das questões da investigação é um passo essencial que determina o sucesso de uma investigação qualitativa e tem o objetivo de delinear o que se procura no trabalho de campo. As questões devem estar presentes em todas as fases da investigação, quer na fase inicial de planeamento, ou no decurso do trabalho no terreno, na escolha dos métodos de recolha de dados e na preparação das questões de entrevistas (Flick, 2013, p. 47). Contudo, sob o ponto de vista do “princípio da abertura” uma investigação não deve colocar hipóteses *a priori* (Hoffmann-Riem, 1980 referido por Flick, 2013).

No período que antecedeu a conceção deste trabalho, algumas questões de fundo revelaram-se inquietantes, estas estiveram na origem da formulação dos objetivos e objeto de estudo desta pesquisa.

No fundo, o maior e mais ousado fim que se pode esperar deste trabalho é o conhecimento dos contornos do fenómeno, permitindo contribuir para a resolução do problema social que afeta um determinado número de pessoas estudadas. Assim, colocamos algumas questões de partida:

- Será que os ciganos desalojados e residentes em Évora são itinerantes ou são residentes fixos na área do concelho de Évora?
- A ausência de habitação é uma circunstância voluntária ou condicionada pelo contexto social envolvente?
- A população maioritária e as autoridades públicas têm contribuído para a resolução do problema? Que fatores têm contribuído para a persistência da carência habitacional? Que ações promocionais são desenvolvidas pelas entidades públicas e os atores sociais no sentido do realojamento e inserção social destas famílias?

## **Capítulo 2 - Opções metodológicas**

### **2.1. Tipo de investigação e técnicas e métodos usados**

O trabalho aqui apresentado faz uma abordagem empírica, investigando o fenómeno atual no seu contexto real, neste caso concreto, desenvolve-se um estudo de caso sobre os ciganos sem habitação residentes no concelho de Évora. Este estudo tem um carácter exploratório, cujo objetivo é proceder ao (re)conhecimento de uma realidade pouco ou deficientemente estudada (ao nível local) e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade (Selltiz et al., 1967, referido por Carmo & Ferreira, 1989 p. 47).

A investigação em Ciências Sociais pode assumir um carácter qualitativo, quantitativo e misto. Cada um destes tipos de investigação assume um paradigma diferente e a distinção entre os paradigmas diz respeito à produção do conhecimento e ao processo de investigação (Carmo e Ferreira, 1989, p. 175).

De acordo com o objeto de estudo e objetivos estabelecidos é desenvolvido um estudo de cariz essencialmente qualitativo. Embora muitos investigadores sigam um ou outro dos paradigmas (qualitativo ou quantitativo) e os métodos respetivos, outros combinam os dois métodos em que o investigador pode escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles (Carmo e Ferreira, 1989, p. 176).

De acordo com Flick (2013) a triangulação pode significar a combinação de vários métodos qualitativos, mas pode também significar a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos. Na combinação de metodologias há uma complementação de forma a clarificar alguns pontos em que uma das metodologias só por si não pode esclarecer o que se pretende saber (Flick, 2013, p. 270), assim, a opção tomada neste caso foi a triangulação da investigação. Sendo este estudo de carácter sobretudo qualitativo, combina técnica de recolha e tratamento de dados quantitativos, nomeadamente para os dados demográficos e a situação económico-social das famílias ciganas desalojadas em Évora mas também métodos qualitativos ajustados para o aprofundamento da compreensão da realidade e os fatores subjacentes à persistência de uma situação de desalojamento do universo estudado.

A investigação qualitativa engloba diferentes perspetivas de investigação no modo de entender o seu objeto de estudo e na perspetiva metodológica. De uma forma genérica,

estas abordagens estão relacionadas com três campos distintos da investigação, o interacionismo simbólico que diz respeito aos significados subjetivos e as atribuições individuais de sentido; a etnometodologia que se interessa pelas rotinas do dia-a-dia e na sua criação; as posições estruturalistas ou psicanalíticas que exploram os processos do inconsciente psicológico ou social (Flick, 2013, p. 17). Segundo Flick a triangulação assume um papel importante na compreensão mais ampla do fenómeno, pela reconstituição do ponto de vista dos participantes e pela análise posterior da interação (p.p. 25-26).

No que se refere à investigação sobre os ciganos que se encontram desalojados é pertinente analisar o ponto de vista da população estudada, o modo como produzem a sua realidade social, através do estudo do seu quotidiano e posteriormente interrelacioná-la com o ponto de vista de profissionais (não ciganos) com os quais os mesmos interagem. Esta triangulação parece ser a mais adequada à abordagem do fenómeno da falta de habitação e outros problemas sociais envolvidos, na medida em que, pode produzir uma visão mais alargada sobre o assunto.

Em termos de técnicas e métodos usados, seguimos a perspetiva de Grawitz (1993) que define “métodos” como um conjunto de operações que se usam de forma articulada para atingir um ou mais objetivos, um conjunto de normas ou princípios que permitem selecionar as técnicas adequadas à finalidade de um determinado trabalho. No que respeita às “técnicas”. A autora refere tratar-se de procedimentos operatórios rígidos, bem definidos e objetivos, suscetíveis de serem aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em causa (Grawitz, 1993 referido por Carmo & Ferreira, 1989 p. 175).

Assim, ao nível metodológico recorre-se a um conjunto misto de métodos e técnicas por se entender serem mais adequadas os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, foi efetuada uma pesquisa documental de revisão à teoria existente e posteriormente, para a recolha dos dados empíricos, foram utilizadas as técnicas de observação, inquéritos por questionário e entrevista.

De acordo com Flick (2013) deve-se partir do conhecimento da literatura ou teoria já existente, daí se devem construir as hipóteses que se pretendem testar face a novas realidades empíricas (Flick, 2013, p. 42). Nessa perspetiva a pesquisa documental assume um papel fundamental e deve cumprir a função de recolha do *testemunho* de todo um

trabalho anterior, introduzir-lhe algum valor acrescentado e passar esse *testemunho* à comunidade científica (Carmo e Ferreira, 1998, p. 59).

Na fase inicial deste trabalho desenvolveu-se pesquisa documental, através de revisão à teoria e investigação científica já existente e considerada pertinente para o enquadramento desta investigação: são aprofundados por um lado, os temas da habitação em Portugal, as políticas públicas que estiveram na origem e desenvolvimento da habitação social e o impacto que as mesmas tiveram no aparecimento de espaços diferenciados e estigmatizados e por outro lado, efetua-se uma abordagem à história dos ciganos, a sua cultura e particularidades, onde são analisadas as questões de habitação, políticas, trajetórias e projetos de vida.

## **2.2 O trabalho de campo: observação, inquérito por questionário e entrevistas em profundidade**

Em termos de trabalho empírico recorreu-se a técnicas de observação e inquéritos por questionário e entrevista. Com o recurso a técnicas de observação recolheu-se grande parte dos dados e informação importante para a realização deste trabalho. A observação teve especial destaque como metodologia na recolha de dados na investigação qualitativa, nos primeiros momentos do seu surgimento nos Estados Unidos, posteriormente na área da língua alemã tomaram algum destaque sob a forma de entrevistas abertas e mais recentemente nos países anglo-saxónicos (Flick, 2013, p. 77).

“Observar é selecionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão.”

(Carmo e Ferreira, 1998, p. 97)

De acordo com Kohli (1978) os intervenientes de um estudo expressam com maior facilidade os seus pontos de vista em situação de entrevista aberta do que através de entrevista estruturada ou num questionário (Kohli, 1978 referido por Flick, 2013, p. 77). Nesse sentido, através das conversas que se proporcionaram no terreno da pesquisa, bem

como as que se foram proporcionando com os elementos da URIDI - os técnicos das instituições que acompanham e intervêm junto das famílias ciganas em Évora, foi possível recolher informação complementar que ajudou a enriquecer o conhecimento nos aspetos em que a utilização de outras técnicas, como os questionários e as entrevistas se mostraram insuficientes para reunir a informação desejada. As conversas informais que foram ocorrendo com estes elementos, “informadores privilegiados” forneceram informação relevante que mereceu registo. Ao longo do tempo em que decorreu o trabalho de campo, foram sendo tomadas notas sobre o que ia sendo observado a fim de se poder utilizar mais tarde na construção do texto. Por outro lado, a observação diretamente no terreno permitiu identificar e caracterizar os locais onde se encontram acampados os ciganos, registar as características dos alojamentos, as dinâmicas familiares e entre as famílias, as práticas quotidianas, entre outros aspetos importantes para esta pesquisa. Esta abordagem implica a maior aproximação do investigador ao papel de participante no campo, para conseguir um conhecimento maior sobre ele a partir do seu interior, a observação permite ao investigador a perceção de como as coisas de facto acontecem (Flick, 2013, p. 137).

Ao longo do tempo que decorreu este trabalho foi assumido perante as pessoas ciganas estudadas, bem como perante os elementos que compõem a URIDI, a minha condição de estudante que pretende obter dados para uma pesquisa, contudo, a posição ocupada enquanto técnica “abriu portas” junto da população cigana, bem como dos colegas de outras instituições com os quais já mantinha uma relação anterior. Esta postura assemelhou-se àquela que é assumida pelo investigador na prática de observação participante, em que habitualmente combina o seu papel de investigador perante a população estudada com outros papéis sociais que lhe permitem um bom posto de observação (Carmo e Ferreira, 1998, p. 107).

Outra técnica usada para recolha de dados sociodemográficos da população cigana desalojada de Évora foi através de inquérito por questionário. De acordo com Carmo e Ferreira (1998, p. 12) a aplicação de um inquérito é um processo de recolha de dados sistematizada e permite uma análise quantitativa de um determinado problema. Nesse sentido, considerou-se importante aplicar dois tipos de inquérito à população cigana de Évora residente em acampamento: um inquérito por questionário e inquérito por entrevista, sendo que o questionário é um método privilegiado da perspetiva quantitativa que obtém

dados descritivos através de um método estatístico, esta análise é mais objetiva, fiel e exata visto que a observação é mais controlada (Bardin, 1979, p. 115).

Os questionários (ver anexo III) foram aplicados entre o dia 2 e 15 de novembro de 2018. Tem-se em vista a recolha sistematizada de dados sociodemográficos que se apresenta no corpo deste trabalho e pretende-se com este processo fazer o retrato demográfico da população, englobando questões como: idade, naturalidade, estado civil, situação de escolaridade, situação perante o emprego, moradas e receção de correio, situação e proteção na saúde e vacinação, apoios institucionais e informais e prática de culto religioso.

A aplicação de questionários pode não implicar a interação entre os inquiridos e o investigador (por exemplo, nos casos em que o inquérito é respondido via Internet) e os canais de comunicação entre eles podem ser vários, dependendo das características dos inquiridos e da natureza das questões efetuadas (Carmo e Ferreira, 1998, p. 138). Neste caso específico, dado que se trata de um universo pequeno e tendo em conta que os inquiridos são pessoas que não sabem ler e escrever ou com baixa escolaridade, optou-se pela aplicação dos questionários presencialmente para que se pudesse explicar o teor das questões e ter-se a certeza que os inquiridos as compreendiam integralmente. A aplicação dos questionários ocorreu mediante o consentimento dos participantes, formalizado pela assinatura de um documento previamente elaborado e apresentado na secção dos anexos deste trabalho (anexo IV), em que os inquiridos concederam autorização para registo das suas respostas.

Inicialmente na fase de planeamento a intenção era a aplicação de um questionário por grupo/agregado familiar, perfazendo um total de 9 questionários, abrangendo a totalidade do universo estudado. No entanto, tal não foi possível, foram aplicados 5 questionários, tendo ficado por aplicar o questionário a 4 agregados pelos seguintes motivos: 1) Um agregado familiar manifestou o seu desinteresse em participar; 2) Dois agregados, constituídos por um só elemento cada, encontravam-se temporariamente fora de Évora durante o período em que decorreu o trabalho de campo. 3) Um agregado familiar é constituído por um único elemento portador de deficiência que impossibilitou a compreensão e respostas do inquirido.

Para além do inquérito foram realizadas entrevistas a pessoas ciganas desalojadas de Évora e a técnicos de instituições que atuam junto desta população. A entrevista é um método privilegiado no que respeita à produção da investigação qualitativa. A abordagem qualitativa é um processo mais intuitivo (relativamente à abordagem quantitativa), mas também mais maleável e adaptável a índices não previstos ou à evolução da hipótese (Bardin, 1979, p.115), por essas razões e tratando-se de um estudo dessa natureza foi uma das opções metodológicas mais importantes, através do qual se conseguiu grande parte dos dados para elaboração deste trabalho.

No que respeita às entrevistas, foram realizadas entre os dias 2 de novembro de 2018 e 2 de janeiro de 2019 e gravadas em áudio, posteriormente foram transcritas integralmente para tratamento dos dados. Em todos os casos foi solicitado consentimento aos participantes para a gravação da respetiva conversa e explicados os fins a que se destinava a participação dos intervenientes. Este procedimento foi formalizado com a assinatura de um documento previamente elaborado e apresentado na secção dos anexos (anexo IV).

As entrevistas têm como objetivo complementar o estudo da realidade observada com um conjunto de ideias relativas ao conhecimento social do objeto. Esta ideia tem as suas raízes numa abordagem estruturalista, cada vez mais utilizada nos estudos qualitativos sobre a construção social dos fenómenos (Flick, 2013, p. 24). Tratando-se do estudo sobre o circunstancialismo de vida de um grupo populacional, importa analisar para além dos factos expostos, observando também através do conhecimento social implícito, presente no quadro das representações sociais<sup>23</sup> sobre o objeto. Significa isto que, se pretendem obter dados através do conhecimento e sistema de representações de um conjunto populacional que interage e se relaciona diretamente com o objeto de estudo.

Nesse sentido, foram efetuados dois conjuntos distintos de entrevistas: seis entrevistas a pessoas ciganas, cujo guião é apresentado na secção dos anexos (anexo II) com a finalidade de captar os seus pontos de vista e a sua interpretação da realidade; e dez entrevistas a pessoas não ciganas (anexo I), profissionais de várias entidades públicas que se relacionam diretamente com a população estudada em contexto profissional. Atendendo

---

<sup>23</sup> Define-se representações sociais como um sistema de valores, ideias e prática com uma função dupla: primeira, estabelecer uma ordem que capacite os indivíduos para se orientarem no seu mundo material e social e o dominarem; segunda, permitir a existência de comunicação entre os membros de uma comunidade, dotando-os de um código para as trocas sociais e para a denominação e classificação inequívocas dos vários aspetos do seu mundo e da sua história individual e grupal (Moscovici, 1973 referido por Flick, 2013, p. 24).

a que as entrevistas se dirigem a dois tipos de população alvo, também as variáveis e dimensões de análise são diferentes. Tanto no caso de entrevistas a ciganos e não ciganos optou-se pelo tipo de entrevista semiestruturada, em que se colocaram no guião perguntas mais ou menos abertas. Este método parte do princípio que, o facto de se dar maior liberdade ao entrevistado através de perguntas abertas ajuda a uma maior expressividade, deixando mais clara a sua perspetiva quanto ao tema (Flick, 2013, p. 94).

No caso das entrevistas aos profissionais/pessoas não ciganas, estas tomaram a forma de entrevistas a especialistas, ou seja, em causa estava um tema do conhecimento dos entrevistados, sendo que cada um expôs o seu ponto de vista relativamente ao tema. Neste tipo de entrevista, a figura central relaciona-se com o tema da entrevista e menos com as experiências do entrevistado (Flick, 2013, p. 92). Foi feito um primeiro contacto com os participantes em que os mesmos eram convidados a dar os seus contributos e marcado previamente um dia e hora para a realização da entrevista, que na sua totalidade se realizou em local escolhido pelos entrevistados.

Já no caso das pessoas ciganas, as entrevistas tomaram a forma de entrevistas etnográficas, uma vez que pretendiam recolher de forma sistematizada as experiências das pessoas relativamente ao tema da investigação (Flick, 2013, p. 93). Neste último caso, houve uma menor preocupação na escolha do momento para realização das entrevistas, estas ocorreram no decurso do trabalho de campo sem marcação prévia da data e hora, no momento em que pareceu mais oportuno, pese embora, lhes tenha sido rigorosamente explicado, no momento, o método e finalidades do procedimento.

No que respeita à análise de conteúdo das entrevistas procedeu-se a uma categorização do material bruto recolhido. A categorização não é um processo obrigatório na análise de conteúdo, no entanto, é frequentemente usada para organização no procedimento de análise (Bardin, 1979, p. 117). Se o investigador decide codificar o material bruto recolhido, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como objetivo fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (p. 119).

No que respeita às entrevistas a pessoas ciganas, as questões foram previamente organizadas por temas, os temas são afirmações acerca de um assunto, sob a apresentação de frase simples ou composta, sob a influência da qual pode ser afetado um conjunto de formulações singulares (Bardin, 1979, p. 105). Estes temas deram origem às categorias

itinerância/fixação ao território, condições no local de acampamento, acessibilidades, rede de apoios, condição de habitabilidade, saúde e maternidade e perceções sobre a discriminação.

Sobre as entrevistas a profissionais dos serviços que contactam diretamente com a população cigana, a entrevista foi planeada em volta do conhecimento dos entrevistados relativamente às pessoas ciganas de Évora procurando encaminhar as respostas para os temas/categorias relacionados com os problemas que enfrentam, as responsabilidades sobre o problema social da exclusão, os apoios de que dispõem e discriminação e preconceito de que sofrem.

Entre os entrevistados não ciganos há técnicos de intervenção social e outros que não o são. Esta diferenciação de critérios foi previamente planeada para que o leque de opiniões fosse mais diversificado e representativo da opinião dos não ciganos. Entre estes profissionais encontra-se um psicólogo, um animador sociocultural, três assistentes sociais, uma ajudante de ação direta, um professor, uma enfermeira e duas assistentes técnicas/administrativas. Estes profissionais trabalham em locais como centros de saúde, hospitais e outras instituições sociais que atendem pessoas ciganas nos seus serviços. Por razões de proteção e confidencialidade de dados, os profissionais serão sempre referidos no corpo do trabalho apenas por técnico ou técnico superior e identificados sempre com o género masculino.

## **PARTE III - Apresentação e Discussão de Resultados**

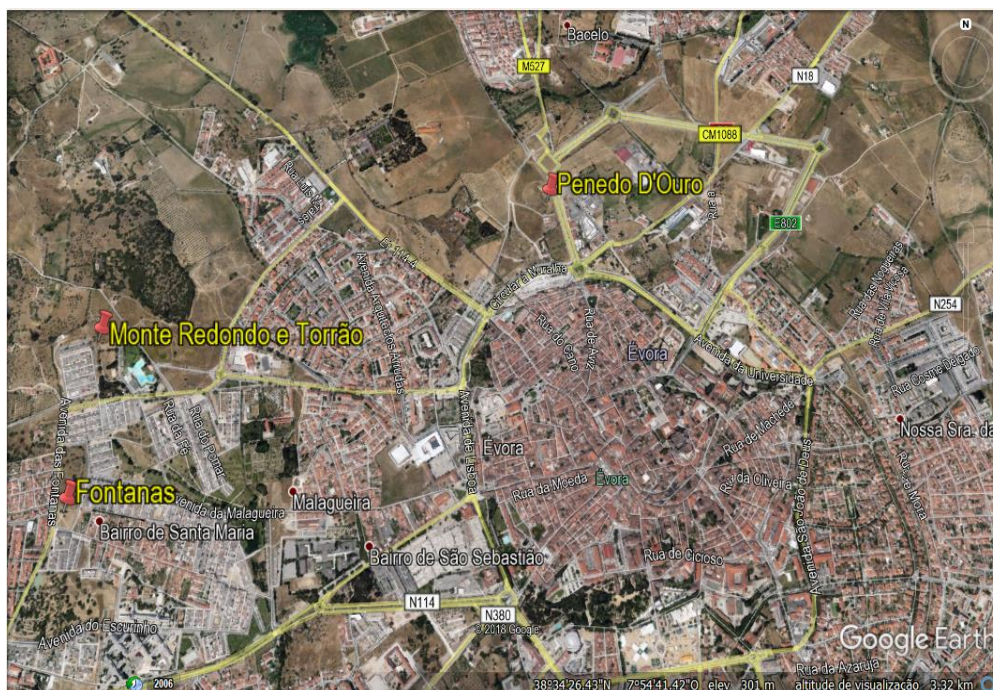
# Capítulo 1 – Os ciganos residentes em acampamentos em Évora: contributos para o seu conhecimento

## 1.1. Locais de residência e mobilidade espacial

Para a redação deste subcapítulo, para além dos resultados obtidos pelas entrevistas e inquéritos, também a informação resultante de observação direta e de diálogos informais quer com pessoas ciganas residentes nos locais de investigação, quer com elementos da Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural, vieram enriquecer e complementar o conhecimento sobre a população em estudo.

Atualmente identificam-se três locais com instalação de acampamentos de famílias ciganas: o Penedo d' Ouro, as Fontanas e o Monte Redondo e Torão, assinalados no mapa parcial da cidade de Évora, que se apresenta em baixo:

Fotografia 1 - Mapa parcial da cidade de Évora



Fonte: Google Earth

Identificaram-se dois motivos distintos para a localização destes acampamentos: de forma espontânea ou por indicação das autoridades locais. 1) Surgimento de forma espontânea – é o caso dos que se fixaram há mais tempo no Parque das Fontanas. O local foi escolhido pelas famílias pelo facto de terem residido anteriormente ou por terem familiares a residir em habitações no Bairro da Malagueira, área em que se situa o Parque das Fontanas. Inicialmente não existia autorização do município para que se estabelecessem nesse local, no entanto, após a insistência de alguns dos agregados familiares, a autorização foi concedida. A referência a essa autorização é narrada por uma das residentes, instalada há 8 anos neste local:

“P-Tem autorização para acampar neste local?

R-Tenho, sim senhora! [...] Nunca me passaram papelinho nenhum. Foi mesmo lá na Câmara, elas conhecem-me lá na Câmara, a Dra. [nome de uma técnica] e outro senhor chamado [nome de um assessor].

P- Qual é a sua relação com a PSP? Costumam dirigir-se a si, neste local? R- Não, a nós não, já nos conhecem há muito tempo, ao meu marido chamam-no mesmo pelo nome dele, ele é [nome] e chamam-lhe [nome], como chamavam ao pai. [...]...a gente também não incomoda ninguém!”

(Mulher cigana, 63 anos)

2) No entanto, há situações de barracas, muito recentes, que surgiram noutros espaços por instruções das autoridades locais. Trata-se das famílias que foram desmobilizadas da Quinta do Gentil, no Bairro da Horta das Figueiras, onde estiveram estabelecidas anteriormente. Após a interdição deste espaço, estas famílias foram encaminhadas para estes locais e aí construíram as suas barracas. Estamos a falar de famílias que se encontram atualmente no terreno do Penedo d’ Ouro e Monte Redondo e Torrão. Estes agregados exteriorizaram bem o seu desconforto e insatisfação com esta mudança, não se sentem acolhidos e não se identificam com estes locais, mas não tiveram alternativa ou possibilidade de escolha.

Para uma aproximação ao território, de seguida apresentam-se os locais em que se encontram os acampamentos e faz-se uma breve descrição do número e tipo de construções ou barracas.

## Penedo d' Ouro

O Penedo d'Ouro consiste numa propriedade rústica de domínio público situada a norte da cidade de Évora, pertence à União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde e inclui-se no perímetro urbano da cidade, a poucos metros do Centro Histórico pela entrada da Porta de Avis<sup>24</sup>. Este local não tem infraestruturas ou casas para habitação, não tem água potável ou casas de banho para utilização pública, verifica-se unicamente uma construção que alberga o Jardim de Infância com o mesmo nome, pertencente ao 4º Agrupamento de Escolas de Évora. O piso do local é de terra, apresenta alguns declives e a sua vegetação é rasteira, não existindo árvores que possam produzir sombra ou abrigar do frio.

Fotografia 2 - Penedo d'Ouro



Fonte: Google Earth

Nesta propriedade existem dois acampamentos constituídos por três barracas. A questão de se considerarem dois acampamentos, tratando-se do mesmo local, diz respeito a várias diferenças que se podem observar entre eles. Estes dois acampamentos distinguem-se um do outro pelo tempo de permanência no território, distância física que os separa, o tipo de construção, bem como o relacionamento entre os seus elementos.

---

<sup>24</sup> Uma das Portas das Muralhas de Évora, considerada nos monumentos da cidade de Évora.

O primeiro acampamento que surgiu no local constitui-se apenas por uma barraca, albergando uma única família nuclear. Foi montado em finais de 2017 e trata-se de uma construção sem divisões, feita com paus de madeira grosseira, arame, chapas de zinco e plásticos. A família que se alberga nesta barraca tentou estabelecer-se anteriormente em vários pontos da cidade, como o Bairro da Casinha junto à Variante de Évora, na zona industrial e no Penedo d' Ouro, no entanto, ao fim de algum tempo de permanência nesses locais, estas pessoas eram abordadas pelas forças de segurança ou pelos serviços de fiscalização da CME e informados de que não estavam autorizados a montar o acampamento. A alternativa avançada pelas autoridades municipais era a Quinta do Gentil, local concedido pela CME, com autorização para acampamento e onde já se haviam estabelecido outras famílias de etnia cigana.

Foram várias as tentativas que este agregado fez para se estabelecer na Quinta do Gentil, contudo, o modo de vida relacionado com o negócio de animais e a utilização dos mesmos como meio de transporte, implicava que se fizessem acompanhar dos animais para os locais onde se estabeleciam. Estas circunstâncias de vida não eram toleradas pelos outros ocupantes do local, nomeadamente as famílias que já não se reviam no negócio da venda dos animais e utilizavam já veículos automóveis para seu próprio transporte. Queixavam-se que a permanência dos animais no local provocava sujidade, mau cheiro e mau ambiente, por essa razão, não desejavam dividir o espaço ou coabita-lo. Este assunto foi muitas vezes o centro dos conflitos que existiram entre esta família e outras que aí permaneciam. Esta família compreendia que o espaço era apertado para as pessoas e para os animais, não se sentia acolhida e para evitar conflitos saía do local, voltando a fazer o circuito por outros pontos da cidade, de onde voltava a ser mandado embora e encaminhado para a Quinta do Gentil. Após várias tentativas de explicação dos factos e solicitações de autorização para acampamento noutra parte da cidade, as autoridades municipais consentiram o acampamento no Penedo d' Ouro e há cerca de um ano que esta família se fixou neste local.

“R.O Presidente mandou um e-mail para a esquadra da Polícia a dizer que temos autorização.

P. Então eles não vêm aqui chatear?

R. Nada mesmo.”

(Homem cigano, 33anos).

O segundo acampamento que se observa neste local foi montado em setembro de 2018, é constituído por duas barracas e situa-se um pouco mais afastado do primeiro (aproximadamente a 300 m), é constituído por duas barracas semelhantes, em forma triangular, tipo tenda, construídas em plásticos e com estrutura central simples feita de paus. Estas estruturas têm apenas uma divisão comum, com a entrada a descoberto e apresentam um aspeto extremamente frágil. A fragilidade das barracas está relacionada com o curto tempo de permanência, com o facto de se ter tratado de uma mudança inesperada e involuntária para este local. Estas circunstâncias não permitiram ainda a estas famílias a construção de um abrigo mais sólido e resistente.

Nestas barracas residem duas famílias nucleares com laços de parentesco entre si. Antes da mudança para este espaço, em setembro de 2018, estas famílias encontravam-se estabelecidas numa outra propriedade de domínio público, a Quinta do Gentil era o local onde, até agosto de 2018, as famílias ciganas podiam permanecer com autorização para acampamento, em Évora. A mulher mais velha desta família alargada referiu que tanto ela como o marido já nasceram em Évora. Quando era solteira viveu em acampamentos com os pais e mais tarde já casada residiu numa habitação situada no Bairro da Malagueira, que lhe foi atribuída pelo IGAPHE, onde nasceram os filhos. Contudo passado algum tempo foi despejada, há mais de 15 anos, situação que a levou a estabelecer-se na Quinta do Gentil até há três meses atrás.

“Olhe, já tive casa noutro tempo, mas fui obrigada a deixar a casa porque eu tinha dois filhos e eles eram drogados e roubavam-me o dinheiro da venda naquele tempo. [...]

P. Foi despejada?

R. Não, não, abalei e logo quando cheguei tinha a porta lacrada.”

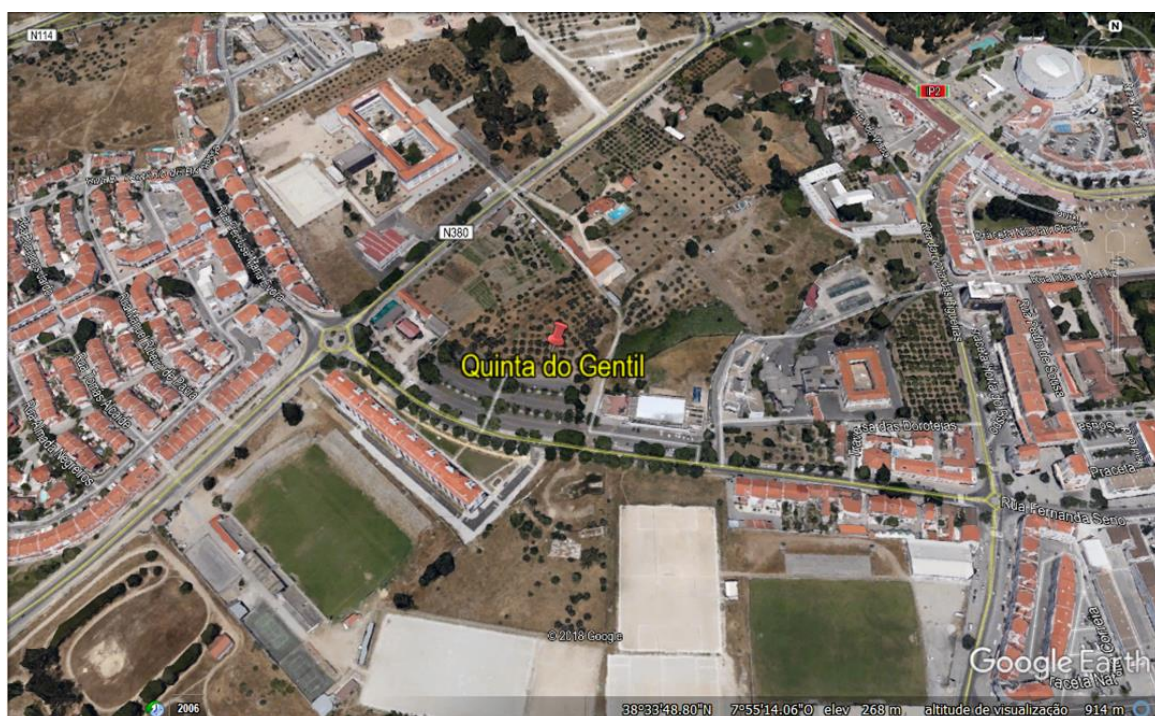
(Mulher cigana, 57 anos).

### **Quinta do Gentil**

A Quinta do Gentil é uma propriedade Rústica, de domínio público, situada na Av. Sanches de Miranda, no Bairro da Horta das Figueiras, junto ao Aminata - Évora Clube de Natação, na parte sul da cidade. Trata-se de um espaço arborizado com oliveiras que produzem boas sombras. Atualmente este local já não alberga famílias ciganas, foi

desocupado em agosto de 2018, contudo, por se tratar de um local utilizado para acampamentos de várias famílias ciganas durante longo período de tempo, merece referência neste trabalho como território integrante nas trajetórias e interação das famílias estudadas.

Fotografia 3 - Quinta do Gentil



Fonte: Google Earth

Não foi possível apurar a data em que se fixaram as primeiras famílias ciganas neste local, no entanto, de acordo com as declarações de algumas pessoas entrevistadas, o acampamento da Quinta do Gentil tinha cerca de 8 anos ou mais, à data do seu “desmantelamento”. Albergou ao longo destes anos várias famílias ciganas, algumas delas com consentimento das autoridades locais, outras, por aí passavam e permaneciam durante alguns dias até serem mandados embora.

Foi neste acampamento que esta família alargada, que se encontra no segundo acampamento do Penedo d’Ouro se estabeleceu nos últimos 8 anos que antecederam a sua mudança.

A saída destas famílias da Quinta do Gentil coincidiu com a construção, no mesmo local, de uma área de serviço para caravanas que se iniciou durante o primeiro semestre de 2018. A existência de conflitos entre algumas pessoas ciganas estabelecidos no local e os proprietários de algumas caravanas que utilizavam esta área de serviço ditou a sua saída, ordenada pelas autoridades municipais que até ao momento tinham consentido a permanência das barracas e a fixação das famílias no local.

Após a desocupação do terreno pelas famílias que aí se haviam estabelecido, o perímetro do espaço foi vedado e impedida a passagem ou permanência de pessoas. Na fotografia 4, recolhida no *site* do Clube Autocaravanista Saloio e tirada no início do segundo semestre de 2018, pode observar-se ainda, a existência de barracas como pano de fundo à área de serviço.

Fotografia 4 - Parque para caravanas construído na Quinta do Gentil



Fonte: Site do Clube Autocaravanista Saloio

Na Quinta do Gentil estes dois agregados tinham já erguido uma construção abarracada construída com paus, chapas de zinco, arames, madeiras e plásticos e outros materiais que a tornavam bastante robusta e sólida. A barraca em que vivem atualmente no Penedo d' Ouro é mais frágil e as suas condições pioraram substancialmente com esta mudança de

espaço, o piso é muito lamacento e o local é muito ventoso e desabrigado, conforme referiram.

“Tinha uma barraca aconchegada, tinha ali o meu ninho e puseram-me aqui, que aqui é só água e lama!” [...] “Um dia destes a barraca abalou-me, molhei tudo, colchões, mantas até a roupa de vestir eu molhei, pus tudo a enxugar quando veio aí a Dra. [nome], ela viu-me aí a roupa. Tudo, tudo aí estendido!”  
(Mulher cigana, 57 anos).

Nos percursos dos três agregados que atualmente se encontram sedentarizados no Penedo d' Ouro, reconhece-se um vínculo identitário com a Quinta do Gentil e o espaço envolvente, a zona sul da cidade de Évora. Dois dos agregados familiares saíram desse local por orientações expressas das autoridades locais, a outra família saía frequentemente desse local, por falta de condições para manter os animais e evitar conflitos com outros residentes, mas procurava sempre locais alternativos nas imediações deste espaço. Em nenhum destes casos se verificou mobilidade voluntária.

### **Parque das Fontanas**

Este acampamento fica numa propriedade rústica de domínio público na zona oeste da cidade, no Bairro da Malagueira, junto à Avenida das Fontanas e pertence à União de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras. O local não tem infraestruturas ou casas para habitação, não tem água ou casa de banho para utilização pública. O piso é de terra com vegetação rasteira e algumas árvores.

Fotografia 5 – Parque das Fontanas



Fonte: Google Earth

Neste local existem 5 barracas, 2 delas pertencentes ao mesmo agregado familiar e as restantes albergam mais 3 agregados familiares, embora dois deles constituídos por um só elemento cada. São independentes umas das outras, guardando alguma distância entre si (cerca de 200m a 300m). À exceção de uma delas, estas construções são muito semelhantes umas às outras, com estrutura em paus de madeira grosseira, arame e revestimento em chapas de zinco, plásticos e algumas placas de madeira.

Não foi possível apurar a data em que foram construídas, no entanto, a família mais antiga no local refere que se fixou ali, há cerca de 8 anos. Este agregado familiar é de tipologia nuclear e ocupa duas das barracas do acampamento das Fontanas, uma delas é utilizada para preparação e toma de refeições e a outra é utilizada para pernoitar. Estes espaços estão razoavelmente equipados com os objetos e utensílios próprios de quarto e cozinha. Antes da ocupação deste local, este agregado familiar residia numa habitação social no Bairro da Malagueira, atribuída pelo IGAPHE. Por incumprimento no pagamento das rendas, de acordo com as informações dos próprios, este casal foi despejado dessa habitação, passando a residir com os filhos nesta barraca no Parque das Fontanas. Referem que se

fixaram neste local, porque sempre ali viveram e para ficarem próximos das residências da mãe e de um irmão, também estes realojados em habitação social no Bairro da Malagueira. No entanto, foi necessário alguma perseverança no que respeita ao local escolhido e só há cerca de cinco anos tiveram autorização para acampamento e permanência neste local.

“...na primeira vez que a gente pôs aquela barraca, oh! Não nos deixavam, a gente andávamos a penar! Tínhamos uma carrinha, vinha a Polícia à primeira vez, tínhamos que andar com os pratos na mão, por amor de Deus! Não queriam uma mesa no chão, não queriam uma cadeira no chão, a gente tínhamos que comer com os pratos em cima das mãos, isso já foi há uns quatro ou cinco anos atrás. Isto ficou assim quando veio o presidente de Montemor, que deixaram fazer isto à gente. Que eles não deixavam fazer aqui nada à gente. Andávamos sempre de um lado para o outro, escondíamos as mesas e as cadeiras dentro das silvas para comermos. Quando eles vinham, andávamos com os pratos nas mãos, agora não!”

(Mulher cigana, 63 anos)

Um pouco mais afastadas destas duas barracas existem outras duas, de estruturas semelhante às primeiras, e albergam dois agregados familiares distintos. Apesar de se encontrarem montadas extremamente próximo uma da outra, estas barracas são independentes, não existe nenhum grau de parentesco entre os elementos que lá residem, nem os percursos de vida se identificam.

Uma delas é ocupada por uma família nuclear, com um filho maior, sabe-se que sempre residiram em Évora, um dos elementos residiu em habitação social com os pais também no Bairro da Malagueira. Não foi possível contactar diretamente com este agregado, uma vez que se encontravam ausentes deste local, enquanto decorreu o trabalho de campo. Conforme as informações veiculadas pelos elementos da URIDI, este agregado mantém uma residência intermitente neste local. Em janeiro de 2018 registou-se um facto que poderá estar na origem da sua ausência deste local neste momento. Tratou-se de um conflito entre o elemento masculino do casal e um outro indivíduo também residente no Parque das Fontanas. Ora, uma vez que se verifica grande proximidade entre os dois acampamentos, este agregado saiu do espaço para evitar outros conflitos que eventualmente viessem a ocorrer se ali permanecesse. De acordo com as declarações prestadas às autoridades policiais e que constam no seu processo de queixa à PSP, foi atingido por golpes de arma branca num momento em que tentou apaziguar uma briga entre um sobrinho e o elemento da outra família.

Na barraca que se situa próximo desta, reside um elemento isolado, já teve vários locais como residência, intercalando entre acampamentos ou em casa de familiares também em Évora, alguns deles também no Bairro da Malagueira.

Por fim, observa-se uma última estrutura abarracada, trata-se de uma carrinha furgão, antiga, que se encontra agora imobilizada neste local devido ao seu mau estado de conservação. Junto à carrinha, foi colocado uma espécie de avançado para produção de sombra e abrigo. Ao redor deste veículo amontoa-se uma quantidade considerável de objetos de ferro velho para venda, atividade que este homem tenta praticar. Neste espaço reside um único indivíduo, tem familiares a residir no Bairro da Malagueira, onde ele próprio também já residiu em habitação social atribuída à mãe. Após o falecimento desta última, por volta do ano de 2004, este homem foi despejado por incumprimento no pagamento da renda e degradação do imóvel. Passou desde então a residir nesta carrinha, deslocando-se por vários locais na cidade, há cerca de dois anos, fixou-se neste território e não voltou a mudar-se, possivelmente pelo facto de este veículo já não ter condições de mobilidade.

Como se pode concluir, todas as pessoas que se sedentarizaram no Parque das Fontanas, têm ligações ao Bairro da Malagueira, que vão desde a residência em habitação social, aos laços de parentesco com outras pessoas que aí habitam. Desta forma, não se verificou uma grande mobilidade geográfica destas famílias. Pelo contrário, insistiram em permanência naquele local, mesmo contrariando as orientações das autoridades locais.

### **Monte Redondo e Torrão**

Este acampamento situa-se a menos de 500 m do Parque das Fontanas, no outro lado da Avenida das Fontanas, na Rua Prof. Francisco Albuquerque. Trata-se também de uma propriedade rústica de domínio público nas traseiras das Piscinas Municipais. Tal como todos os outros acampamentos de Évora este local não tem infraestruturas nem saneamento básico, o piso é de terra, com vegetação rasteira e algumas árvores.

Este acampamento é recente, também construído em setembro de 2018, foi um local escolhido pelas autoridades municipais em alternativa à Quinta do Gentil após o seu encerramento, local onde estas famílias se encontravam acampadas.

Neste local encontram-se duas barracas semelhantes, em forma triangular, construídas com plásticos e estrutura central simples em paus. Estas estruturas apresentam apenas uma divisão comum, com a entrada a descoberto e aspeto bastante frágil.

Fotografia 6 - Monte Redondo e Torrão



Fonte: Google Earth

Aqui residem duas famílias distintas sem percursos de vida semelhantes, nem laços de parentesco entre si, embora tenham parentes em comum. Trata-se de dois agregados familiares, um casal e uma família nuclear com filhos menores que, tal como outros agregados tinham ligações à Quinta do Gentil e ao território envolvente. Após o encerramento desse espaço, ainda tentaram fixar-se no Penedo d' Ouro, mas foram encaminhados para o Monte Redondo e Torrão pelas autoridades locais.

A mudança para este local não foi uma opção, mas no caso de um dos agregados familiares, aceitaram-na pacificamente, porque o local fica relativamente perto da casa dos pais e de um dos irmãos, realojados em habitação social em agosto de 2018. Este casal

nunca teve uma habitação, residiram sempre em acampamentos, na Quinta do Gentil e outros locais, praticamente todos na zona sul da cidade.

No caso da outra família a mudança não foi bem aceite, sentiram-se “empurrados” para um local com o qual não se identificam e onde não se sentem pertença. Para além disso, este agregado pretendia acampar junto dos parentes diretos (pais e irmãos) que foram encaminhados para o Penedo d’ Ouro. No caso desta família, o homem veio para Évora por via do casamento, a mulher é natural de Évora e já residiu na infância em habitação social com os pais. Após o despejo dos mesmos, passou a residir em acampamentos ainda com os pais e depois de casada com o marido. Para além de outros locais onde tentaram fixar-se, passavam largos períodos na Quinta do Gentil, onde estiveram nos últimos anos.

Este casal não se mostrou interessado em participar no inquérito ou nas entrevistas, esta postura esteve relacionada com o facto de se sentirem contrariados no que refere à escolha pelas autoridades municipais, do local a ocupar após o encerramento da Quinta do Gentil onde já residiam há cerca de 5 anos. Nesse sentido, cumprindo o que lhes foi proposto, este agregado montou acampamento no Monte Redondo e Torrão, contudo, ao longo do dia estão quase sempre ausentes desse local, conforme pôde ser observado durante o tempo em que decorreu a pesquisa de campo, nas várias visitas ao local. Esta família costuma passar parte do dia no acampamento dos familiares (progenitora da mulher que se encontra no Penedo d’ Ouro) ou em casa de uma prima residente também em Évora, no Bairro dos Canaviais<sup>25</sup>.

Apesar de se tratar de dois acampamentos recentes neste local, a mobilidade territorial decorreu de uma decisão das autoridades locais após a “desmobilização” da Quinta do Gentil. Pelo que não se pode considerar que estas famílias pratiquem uma itinerância voluntária.

## **1.2. Distribuição territorial e tempo de permanência**

À data da realização do trabalho de campo viviam 9 agregados familiares em acampamento que estão distribuídos pelo território: verificam-se 3 famílias de tipologia

---

<sup>25</sup> Freguesia do Concelho de Évora localizada a norte, aproximadamente a 6 Km do Centro Histórico.

nuclear no acampamento do Penedo d' Ouro. Salienta-se que 2 destes agregados residem juntos por se tratar de familiares diretos, no entanto, não foi considerado uma família alargada pelo facto de não terem economia comum.

No acampamento das Fontanas residem 4 famílias em que, 2 são de tipologia nuclear e 2 são constituídas por um único indivíduo.

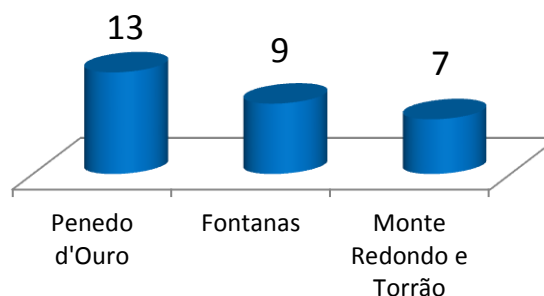
No acampamento do Monte Redondo e Torrão encontram-se acampadas 2 famílias, uma delas, constituída por um casal jovem que ainda não teve filhos e outra família de tipologia nuclear.

Tabela 3 - Distribuição do total dos agregados familiares pelo território e respetivas tipologias familiares

Territórios	Tipologia Familiar			Total
	Nuclear	Indivíduo Isolado	Casal s/ Filhos	
Penedo d' Ouro	3			3
Fontanas	2	2		4
Monte Redondo e Torrão	1		1	2

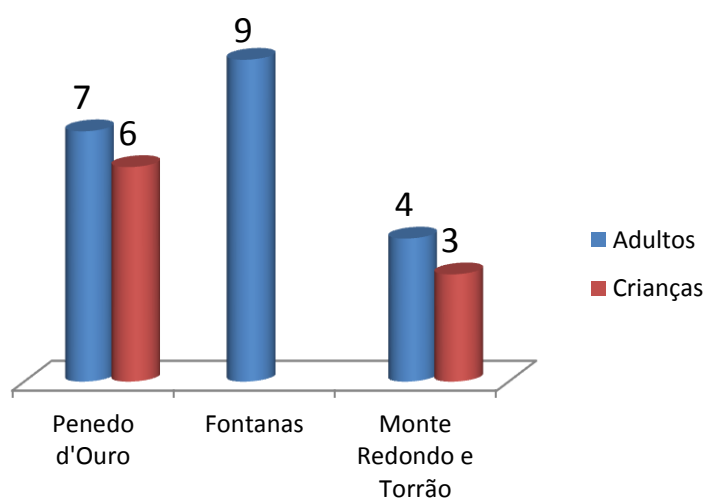
O gráfico abaixo representado mostra o número total das pessoas ciganas que compõem os 9 agregados familiares distribuídos por acampamento, sendo que de um total de 29 pessoas, 13 residem no Penedo d' Ouro, no Parque das Fontanas residem 9 pessoas e o acampamento do Monte Redondo e Torrão residem 7 pessoas.

Gráfico 1 - Distribuição do número de indivíduos por acampamento



No que respeita à distribuição entre adultos e crianças pelos vários locais, como demonstra o gráfico exposto em baixo, verifica-se que no Penedo d'Ouro, das 13 pessoas, 6 são menores de idade. No acampamento das Fontanas, apesar de se verificarem 2 famílias com tipologia nuclear, constituídas por pais e filhos, todas as pessoas são adultas, não se verificando crianças neste local. No Monte Redondo e Torrão, com 2 famílias jovens, verificam-se 3 crianças, todas elas constituintes do mesmo agregado familiar.

Gráfico 2 - Distribuição de adultos e crianças por território



Apesar de algumas destas famílias se encontrarem estabelecidas há pouco tempo nestes locais, a situação deve-se ao facto de, os acampamentos do Penedo d' Ouro e Monte Redondo e Torrão terem sido territórios alternativos à Quinta do Gentil, local onde alguns destes agregados (os mais recentes nos territórios) se encontravam estabelecidos anteriormente, como se viu no ponto anterior. A tabela 4 demonstra o tempo de permanência de cada agregado familiar<sup>26</sup> nos territórios em que se encontram acampados atualmente.

<sup>26</sup> Com vista à proteção das identidades das pessoas estudadas, na tabela os agregados familiares estão representados por letras, esta é a forma utilizada, ao longo de todo o trabalho, sempre que seja necessário a apresentação dos agregados familiares individualmente.

Tabela 4 - Distribuição dos agregados por território e por tempo de permanência

	Territórios								
	Penedo d'Ouro			Fontanas				Monte Redondo e Torrão	
Agregados familiares	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Tempo de residência	1 Ano	3 Meses	3 Meses	9 Anos	Desconhecido	2 Anos	2 Anos	2 Meses	2 Meses

Apesar da mobilidade entre espaços territoriais em Évora, estas pessoas têm um vínculo com a cidade, havendo contudo, histórias de vida diferenciadas. Pese embora se verifiquem fixações recentes em alguns locais, a totalidade destas famílias já tinham estado a residir em outros pontos de Évora, não vieram de fora.

Observe-se então a tabela que se apresenta abaixo, para melhor compreensão da mobilidade destas famílias:

Tabela 5 - Locais de acampamento ou residência anterior dos agregados familiares

Locais de Évora	Agregados familiares								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Bairro Cruz da Picada						x			
Bairro da Casinha	x							x	
Fontanas					x		x		
Parque industrial	x				x			x	
Penedo d' Ouro	x							x	
Quinta do Gentil	x	x	x		x		x	x	x
Bairro da Malagueira				x		x			
Variante de Évora	x								
Bairro da Horta das Figueiras	x					x	x	x	

Esta tabela apresenta aproximadamente os locais frequentados pelas famílias durante os últimos 5 anos que antecederam a suas fixações ao território que ocupam atualmente. Quer isto dizer, que antes de se fixarem aos territórios atualmente ocupados, estas famílias passaram ou estabeleceram-se por outros pontos da cidade. A primeira coluna da tabela indica todos os locais referidos pelas famílias, as restantes colunas, indicam a passagem ou

permanência dos vários agregados familiares por esses locais. Pode verificar-se que, em alguns casos, nomeadamente, os agregados A e H tentaram fixar-se em muitos locais da cidade antes de se estabelecerem onde atualmente se encontram. Esta informação vem reforçar o que anteriormente foi dito, sobre a existência de um vínculo entre estas famílias e a cidade de Évora, estas pessoas apresentam uma fixação ao território/cidade de Évora muito mais representativa que a demonstrada pelo tempo de residência nos locais atualmente ocupados.

A Quinta do Gentil foi referida pelo maior número de famílias como local de passagem ou acampamento permanente, este facto pode estar ligado à questão de se tratar de um local onde algumas famílias ciganas tiveram autorização para acampamento, por parte das autoridades municipais, até meados do ano de 2018, altura em que este local acolheu a estação de serviço para caravanas e deixou de ser permitida a permanência e acampamento de famílias ciganas. Como se verifica na tabela, três agregados referiram esse local como o único que ocuparam anteriormente à atual localização. Estes agregados, com relações familiares entre si fixaram-se juntos em outro local (Penedo d' Ouro), no entanto, as autoridades municipais entenderam que esse local já concentrava grande número de barracas e por esse motivo transferiu um destes agregados para outro local (Monte Redondo e Torrão), locais que ocupam à data desta pesquisa.

Os restantes seis agregados estudados e representados na tabela apresentam um período de itinerância por vários locais, ou seja, antes de se fixarem onde se encontram atualmente, intercalaram os pontos de passagem ou acampamento, mas sempre dentro do perímetro da cidade de Évora.

Alguns destes agregados também se deslocam para fora de Évora, embora tenham referido tratarem-se de viagens circunstanciais para visitas a familiares, quer por doença, festividades, mortes, etc., mas sempre com retorno a Évora.

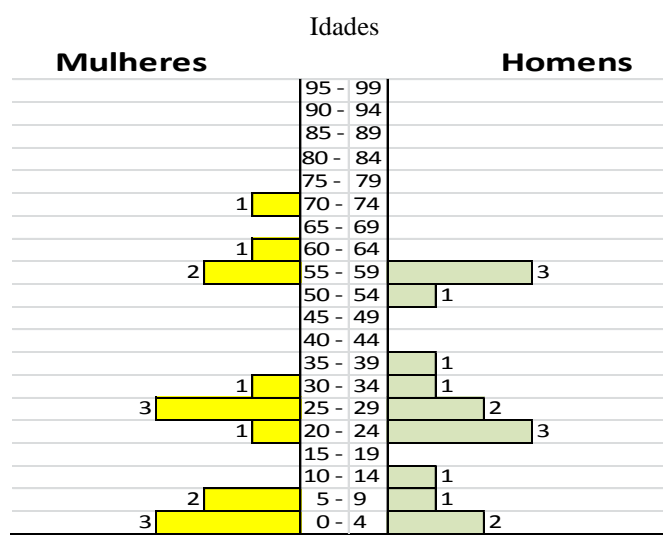
### **1.3. Caracterização sociodemográfica**

Neste subcapítulo pretende-se sistematizar as informações sociodemográficas das 29 pessoas ciganas estabelecidas em Évora e que não têm habitação. São apresentadas algumas variáveis sociodemográficas e a frequência com que as mesmas ocorrem. Para tal,

recorreu-se sobretudo à informação recolhida nos inquéritos aplicados aos agregados familiares. Em alguns casos para complementar a informação, foram recolhidos dados junto dos parceiros da URIDI.

No que se refere à estrutura etária da população, no gráfico 3 representa-se a pirâmide etária da totalidade dos indivíduos, por intervalos. Assim, pode verificar-se que existe um total de 9 crianças, 5 meninas e 4 rapazes e a restante população é adulta com maior prevalência dos adultos jovens, com idades entre os 30 e os 35 anos. Verifica-se também que, à exceção de uma mulher idosa, a restante população adulta encontra-se em idade ativa ou seja, com menos de 65 anos. Esta pirâmide apresenta maior densidade na base e no centro, encontrando-se vazia no topo, isto significa que se trata de uma população jovem, com significativo índice de natalidade e fecundidade. Por outro lado pode observar-se a quase inexistência de população idosa, o indivíduo mais antigo tem entre 70 e 74 anos, isto significa que se trata de uma população cigana jovem. Os resultados obtidos neste estudo reforçam a tendência já confirmada em anteriores estudos, Para uma população cigana jovem em Portugal. No Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, os resultados apontavam já para pessoas ciganas jovens (Mendes, Magano & Candeias, 2014, p. 169), como de resto havia já sido referido por vários autores anteriormente (Mendes, 2005 e 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007).

Gráfico 3 - Pirâmide etária do total da população



No que se refere à distribuição por género dos 29 indivíduos que se encontram desalojados em Évora, verificam-se 15 homens e 14 mulheres representando as percentagens de 51,70% e 48,30% respetivamente.

No que respeita à origem sociocultural destas pessoas residentes nos acampamentos, importa referir que nem todos os elementos são ciganos. Registam-se 2 pessoas não ciganas, integrando cada uma delas um agregado familiar diferente. Estas duas situações assinalam uma certa exogamia dentro do grupo. Trata-se de 2 situações de casamento entre pessoas ciganas e não ciganas. Estas pessoas não ciganas, um homem e uma mulher, constituíram família com os respetivos cônjuges e passaram a partilhar alguns aspetos próprios da sua cultura.

Tabela 6 – Origem sociocultural da população estudada

Grupo socio-cultural	População Total		
	Feminino	Masculino	Total
<b>Cigano</b>	11	12	23
<b>N/ cigano</b>	1	1	2
<b>Um dos pais n/ cigano</b>	1	3	4
<b>Total</b>	13	16	29

Das uniões mistas nasceram 4 filhos, uma mulher e 3 homens. Há que referir, que duas destas pessoas encontram-se solteiras e outras duas casaram com pessoas ciganas, pelo que as crianças fruto destas uniões foram consideradas ciganas. Estas situações acontecem com os descendentes do agregado familiar B, que por sua vez constituíram os agregados familiar C e I, em ambas as situações, os filhos desta união mista (agregado familiar B) casaram com pessoas ciganas.

No que respeita à nacionalidade dos indivíduos que compõem a população estudada, todos eles são cidadãos portugueses, não se tendo registado outras nacionalidades entre o grupo.

Relativamente à naturalidade, como mostra a tabela 7, foi possível aferir que a grande maioria da população residente em acampamentos na cidade de Évora é natural deste concelho (22 pessoas em 29), o equivalente a 76%. Das restantes 7 pessoas, 4 pessoas não são naturais da cidade de Évora (14%), são naturais dos concelhos de Alfundão, Beja,

Santarém e Setúbal e 3 delas (10%) não foi possível saber a sua naturalidade. Três destas situações são relativas a mulheres que saíram da sua terra de origem por altura do casamento, momento em que se mudaram para Évora, local onde residia o marido e seus familiares. Esta situação está relacionada com as questões de género entre as pessoas ciganas, é a mulher que sai de perto das suas famílias para se juntarem à família do marido. Por questões culturais de tradição cigana, a rapariga deve ficar junto da sogra para aprender os costumes da família. É de certa forma, uma prática recorrente e transversal às famílias ciganas de vários pontos do país (Mendes, Magano e Candeias 2014, p. 83).

Tabela 7 - Distribuição da população por naturalidades

Localidades	Naturalidade		
	Feminino	Masculino	Total
<b>Évora</b>	10	12	22
<b>Alfundão</b>	1		1
<b>Beja</b>		1	1
<b>Santarém</b>	1		1
<b>Setúbal</b>	1		1
<b>N/ respondeu</b>	1	2	3
<b>Total</b>	14	15	29

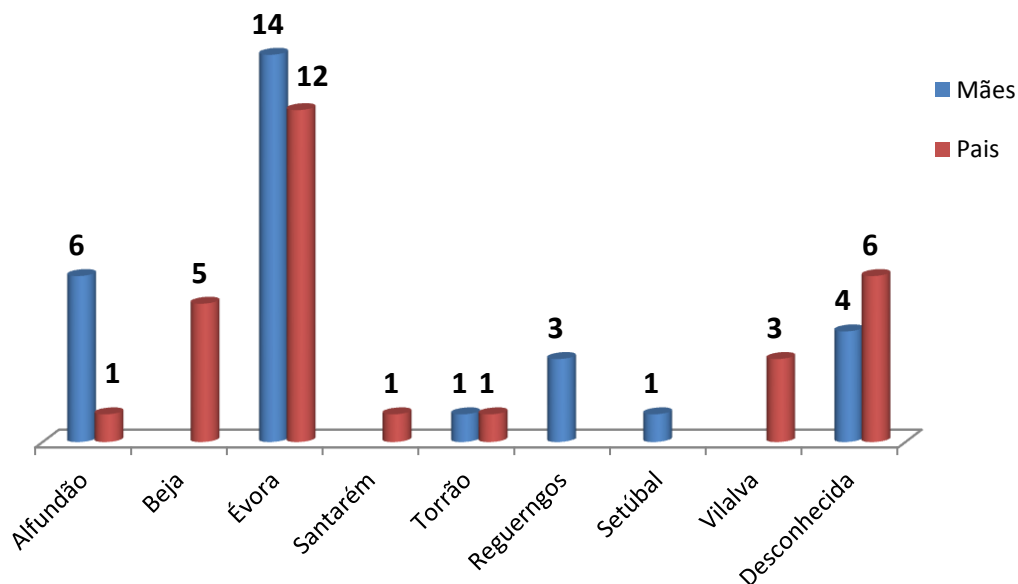
Assim, pode concluir-se que, 76% da população é natural do concelho de Évora, 14% são naturais de outros concelhos e 10% são de origem desconhecida.

Para melhor se compreender de onde vêm estes ciganos que se estabeleceram em Évora procedeu-se à recolha de informação sobre a proveniência dos seus pais e mães, esta informação pretende ajudar a compreender o percurso territorial que foi feito até à fixação em Évora.

No que respeita à naturalidade dos pais e mães destas pessoas, os dados recolhidos permitem concluir que 48% das mães são naturais de Évora correspondendo a um total de 14 pessoas e 41% dos pais são igualmente naturais de Évora correspondendo a 12 pessoas, como mostra o gráfico abaixo representado. Outras localidades aparecem representadas no gráfico com menor expressividade, estas referem-se, na sua maioria, aos elementos que

vieram para Évora em resultado da união por via do casamento com pessoas naturais de Évora e nesse caso os seus progenitores são de outros locais do país.

Gráfico 4 - Origem dos pais e mães



No que respeita à residência de outros familiares diretos ou colaterais, representada no gráfico 7, a totalidade dos agregados respondeu ter familiares a residir em Évora. Familiares a residirem em outras localidades foram menos referidos: três agregados familiares responderam ter familiares em Reguengos de Monsaraz, Vila Franca e Vilalva, um dos agregados respondeu ter familiares em Alfundão, outro respondeu ter familiares em Setúbal e ainda foi referida Vila do Conde por outro agregado familiar.

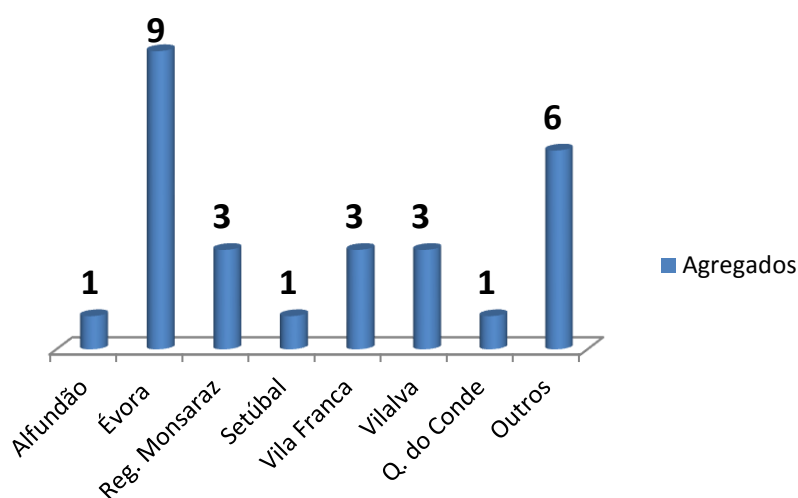
Se tivermos em conta a informação apresentada sobre a naturalidade dos elementos e a origem geográfica de pais e mães pode concluir-se que a presença destas pessoas neste território, não é uma situação recente ou casual, em grande parte dos casos a presença destas famílias em Évora já se verifica desde a geração anterior, sendo que todos os agregados familiares referiram ter outros familiares a residir em Évora.

Por outro lado, as restantes localidades referidas na sua grande maioria, situam-se na região do Alentejo (com exceção de Setúbal, Santarém, Vila Franca e Quinta do Conde),

tanto no que diz respeito à sua própria naturalidade, naturalidade dos pais e residência de familiares.

A referência a outras localidades alentejanas poderá estar ligada ao percurso histórico dos ciganos em Évora, a criação e comércio de animais de tração foi desde cedo a atividade principal dos ciganos no Alentejo ao longo do século passado, sobretudo até aos anos 60. Esta atividade, que lhes permitia o sustento da família e uma função na sociedade da época, sujeitava-os a uma condição de viajantes, percorrendo localidades alentejanas de acordo com as oportunidades de negócio e as necessidades dos compradores de animais. Mais tarde, já com o negócio de animais em queda, os ciganos alentejanos continuaram a atividade comercial, dedicando-se desta feita a outro tipo de produtos (como tecidos, tapeçaria, etc.) que vendiam em mercados e feiras (Sama, 2010). A dinâmica imposta por esta atividade obrigava as famílias a um modo de vida itinerante, o que explica as relações de naturalidade por terras alentejanas de alguns ciganos estabelecidos em Évora.

Gráfico 5 - Locais onde residem familiares

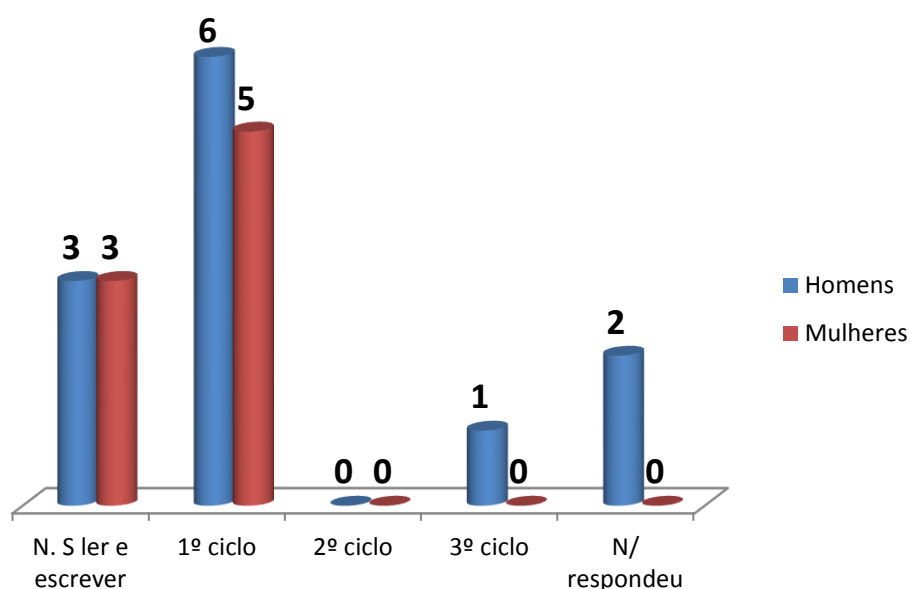


No que se refere à escolaridade destas pessoas, a população divide-se em dois grupos, os adultos, que já não se encontram em idade escolar e as crianças que se encontram a frequentar estabelecimento de ensino ou que ainda não iniciaram os estudos.

O gráfico 8 representa a escolaridade da população adulta estudada, em que se verifica que 6 indivíduos não frequentaram a escola (3 homens e 3 mulheres); 6 homens e 5 mulheres

referiram ter completado o 1º ciclo do ensino básico (4 anos de escolaridade), sendo que 3 deles referiram ter frequentado o 2º ciclo do ensino básico (1 homem e 2 mulheres), contudo não terminaram este ciclo de estudos. Por fim, com o 3º ciclo de escolaridade completo apresenta-se 1 único caso de um homem. Sobre o nível de escolaridade de 2 homens não foi possível obter dados. Este gráfico (8) permite concluir que os níveis de escolaridade atingidos por esta população são muito baixos, apresentando uma taxa de analfabetismo de 33%, tendo ficado os restantes indivíduos pelo 1º ciclo de estudo, com exceção de um homem de 29 anos que completou 3º ciclo de estudos.

Gráfico 6 - Níveis de escolaridade da população adulta



Decorrente da baixa escolaridade das pessoas ciganas, estabelecem-se dificuldades na comunicação e expressividade destas pessoas, conforme refere um dos entrevistados neste trabalho:

“É complicadíssimo o diálogo com estas pessoas, e eu que até tenho boa vontade aqui... muitas vezes tenho a noção que não percebem aquilo que eu digo e que é preciso simplificar muito o conteúdo das coisas e essa é uma dificuldade que é básica. Nunca posso comunicar com eles por SMS ou por carta, nem nada disso.”

(Técnico Superior, 50 anos)

Nos anos 70 verificava-se uma taxa de analfabetismo superior a 90% entre as pessoas ciganas adultas com mais de 30 anos (Nunes, 1996). Após a revolução de 1974, as mudanças que se operaram em Portugal permitiram uma maior frequência das crianças nas escolas, tais como: uma maior fixação das pessoas aos territórios (não sendo tão exposta ao nomadismo forçado), o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos e o surgimento do Rendimento Mínimo Garantido<sup>27</sup> em 1996, cuja prestação deste apoio social dependia da ida das crianças à escola (Bastos, 2007). Apesar desta nova situação de atenção por parte das políticas públicas, a escolaridade das pessoas ciganas continuou bastante baixa.

A comparação dos resultados deste estudo com os apresentados pelo Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas permite concluir que não existem grandes divergências por parte das pessoas ciganas desalojadas em Évora relativamente à generalidade da população cigana em Portugal, ou seja, a situação escolar das pessoas ciganas apresenta maiores incidências entre os que não sabem ler e escrever e os que ficaram pelo 1º ciclo de ensino básico (Mendes, Magano & Candeias, 2014, p. 171).

A este propósito, atendendo à amplitude de idades dos residentes e considerando que a escolaridade obrigatória se determina em função da data de nascimento dos indivíduos foi possível verificar o número de residentes com a escolaridade obrigatória de acordo com a tabela que se apresenta abaixo:

Tabela 8 - Escolaridade obrigatória em função da idade

Data de Nascimento	Escolaridade Obrigatória
Até 31 de Dezembro de 1966	4 anos de escolaridade
Entre 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980	6 anos de escolaridade
A partir de 1 de Janeiro de 1981	9 anos de escolaridade
Ano Lectivo 2009/2010	12 anos de escolaridade
Ano Lectivo 2009/2010 – Alunos matriculados nos 1.º ou 2.º ciclos do ensino básico ou no 7.º ano de escolaridade, estão sujeitos ao limite de escolaridade obrigatória até 18 anos.	

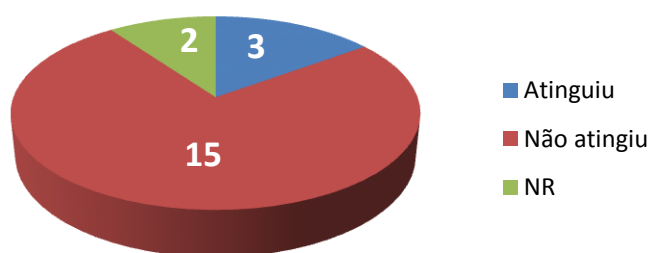
Fonte: Secretaria Regional da Educação

<sup>27</sup> Rendimento Mínimo Garantido (RMG) foi criado em 1996 e posteriormente substituído pelo atual Rendimento Social de Inserção (RSI)

Assim, efetuados os cálculos necessários e de acordo com a tabela vinculativa foi possível representar o índice de indivíduos com escolaridade obrigatória.

O número de indivíduos que não atingiram a escolaridade obrigatória é bastante elevado, 15 dos 20 elementos adultos da população estudada não a atingiram, revelando-se uma percentagem de 75% da população adulta.

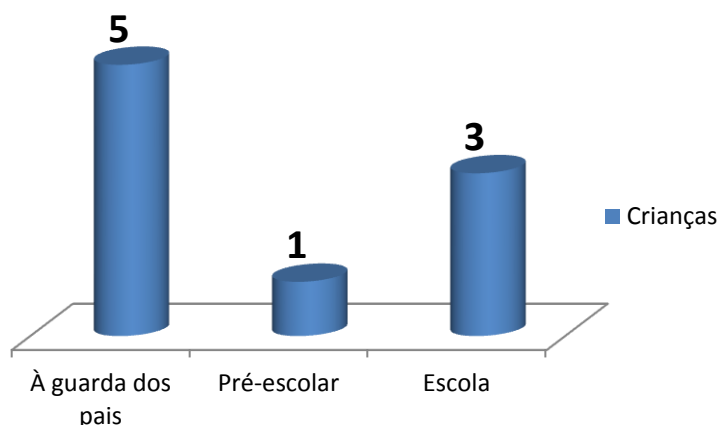
Gráfico 7- Escolaridade obrigatória



A população infantil é constituída por 9 crianças, algumas delas bastante novas, não tendo ainda atingido a idade de frequência de Jardim de Infância que se inicia aos 3 anos de idade. Assim, representa-se no gráfico 10 a situação de escolaridade das crianças do grupo populacional estudado.

As crianças mais pequenas encontram-se à guarda dos pais, situação possível devido à falta de ocupação profissional dos mesmos. A educação das crianças, sobretudo das meninas está determinada às mães e como a escolaridade obrigatória só se inicia a partir dos 6 anos de idade, estes pais preferem manter as suas crianças no seio da família pelo maior período de tempo possível. Assim, verifica-se apenas a frequência de uma criança no pré-escolar, que já completou 6 anos de idade.

Gráfico 8 - Situação de escolaridade das crianças



Em situação de frequência escolar encontram-se as restantes 3 crianças, 2 delas de 9 e 10 anos de idade, são irmãs e frequentam ambas o 2º ano do 1º ciclo na Escola Básica do Bairro de Almeirim. A outra criança tem 9 anos frequenta igualmente o 2º ano do 1º ciclo na Escola Básica da Horta das Figueiras.

Tendo em conta que a entrada no ensino se inicia por volta dos 5/6 anos de idade, relacionando a idade destas crianças e o ano de frequência escolar, pode concluir-se que existe um desajustamento que se pode dever a entrada tardia na escola ou ainda a retenção no ano escolar. Ao que se pode apurar, duas destas crianças já ficaram retidas no ano escolar pelo menos uma vez.

No que se refere ao absentismo escolar, embora os pais tenham referido que as crianças não faltam à escola, conseguiu-se saber junto dos elementos da URIDI, que existe absentismo, embora a sua expressão não seja muito significativa. Apesar de se ter chegado a esta informação, não foi possível a averiguação dos dados concretos (numero de faltas e motivos), importa lembrar a este respeito que, a Lei de Proteção de Dados obriga os profissionais ao sigilo de dados concretos e particulares sobre os utentes dos serviços.

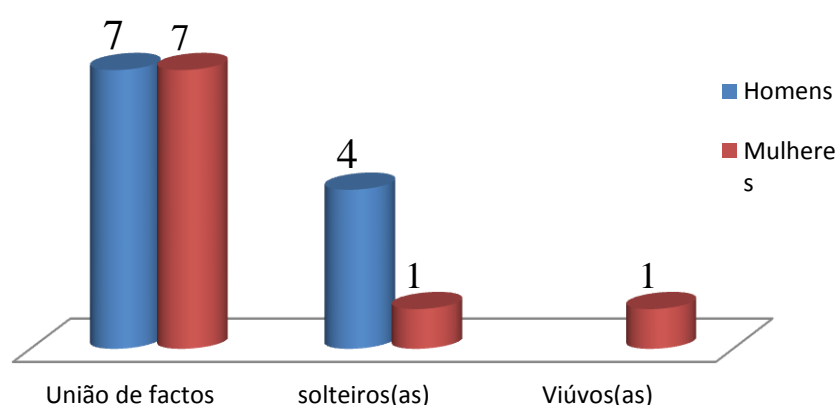
Como vimos anteriormente (gráfico 2), os agregados familiares com crianças a cargo encontram-se acampados no Penedo d' Ouro e Monte Redondo e Torrão, estas famílias residiam anteriormente na zona sul da cidade, perto dos estabelecimentos de ensino. A mudança para o local que atualmente ocupam fica a uma distância superior a 4km, das escolas. O facto de as crianças não apresentarem assiduidade escolar, pode relacionar-se

com a mudança de local, ficando bastante longe dos estabelecimentos de ensino que frequentam.

No que respeita ao estado civil dos 20 adultos que constituem a população, registam-se 3 situações: viúvos (as), solteiros (as) e unidos de facto, como mostra o gráfico 11, não existindo entre a população casamentos oficiais. No que se refere à viuvez regista-se uma mulher idosa nessa situação. Na condição de solteiro(a), registam-se quatro homens com 50, 27, 24 e 24 anos e uma mulher com 29 anos. Em uniões de facto encontram-se sete casais entre o grupo.

Importa referir que foram consideradas unidas de facto todas as pessoas que vivem maritalmente sem terem oficializado essa união através do casamento civil, no entanto, estes homens e mulheres ciganos referem-se sempre ao companheiro como marido e esposa, considerando-se efetivamente casados. Isto acontece porque algumas delas, sobretudo as mais velhas, realizaram o cerimonial do casamento pela “lei cigana” sem terem oficializado essa união perante o Estado. No entanto, ao longo deste trabalho podem ser utilizadas as terminologias de casado(a), marido ou esposa, mas sempre referindo-se à situação de unidos de facto.

Gráfico 9 - Estado civil dos adultos

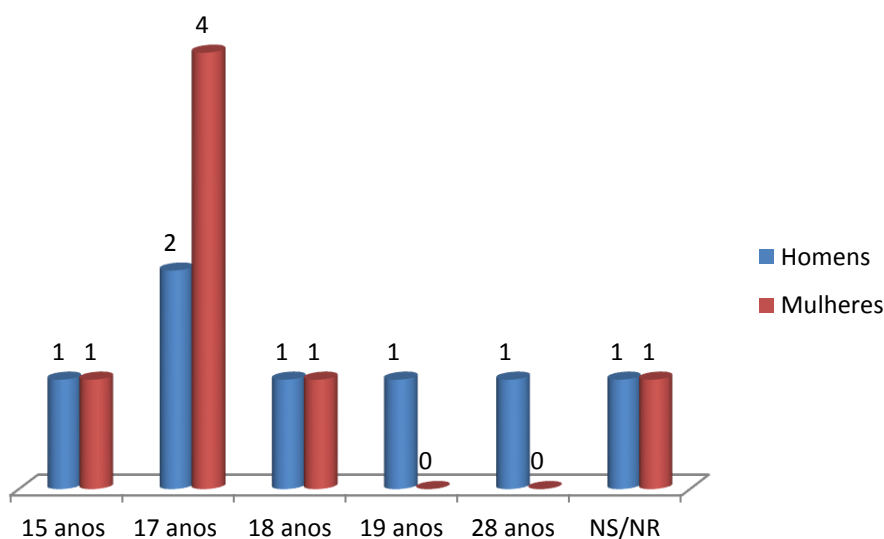


O casamento segundo a “lei cigana” é regulado por práticas comunitárias que assentam numa organização social previsível, coerente e fortemente hierarquizada (Sousa, 2012).

Este ritual é precedido por um conjunto de práticas que se inicia com o pedido da noiva pelo pai do rapaz ao pai da rapariga. Caso a noiva e o pai aceitem o pedido, os jovens prometidos ficam proibidos de se aproximarem ou terem qualquer contacto até ao dia do casamento. Se os jovens decidirem ficar juntos antes do casamento *fogem* e no regresso são considerados como marido e mulher, mesmo sem se realizar a cerimónia do casamento. No caso de decidirem esperar pelo casamento, é realizada uma boda, que habitualmente dura mais do que um dia e a noiva é sujeita à *prova da virgindade*<sup>28</sup> (pp. 42-43).

No que se refere às idades do casamento, como mostra o gráfico 12, verificam-se que ocorreram em idades muito precoces, tanto para os homens, como para as mulheres. Em todo o grupo de pessoas casadas, as uniões ocorreram até aos 18 anos de idade, com exceção de dois homens que casaram com 19 e 28 anos. Sobre um homem e uma mulher que constituem o mesmo casal, não foi possível saber as idades com que casaram.

Gráfico 10 - Idade dos elementos à data do casamento



<sup>28</sup> A prova da virgindade é um procedimento efetuado antes da noite de núpcias do casal, com a ajuda de uma mulher mais velha e respeitada pela comunidade, com o objetivo de testemunhar a virgindade da mulher, como prova da sua honra e dignidade.

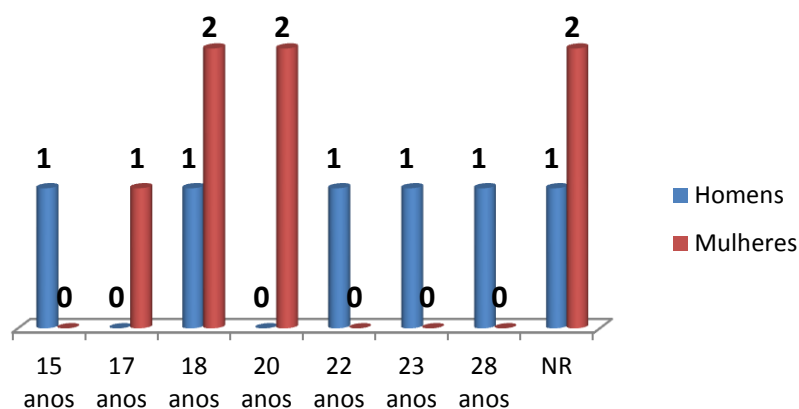
Tabela 9 – Média de idades do casamento

Idade do casamento	
Idade mínima	15
<b>Idade média</b>	<b>17,91</b>
Idade Máxima	28

Conforme se verifica, a idade do casamento é precoce, a sua média fixa-se em 17,91 anos de idade, confirmando a tendência do resto do país no que respeita aos ciganos (Mendes, Magano & Candeias 2014, p. 179), já no que diz respeito à média nacional, estes números afastam-se bastante, uma vez que a média nacional era de 33,6 anos para os homens e 32,1 anos para as mulheres em 2018 (Pordata).<sup>29</sup>

Também no que respeita à maternidade/paternidade estas famílias ciganas tiveram o primeiro filho em idade muito jovem (gráfico 13): apenas 1 homem foi pai pela primeira vez aos 28 anos, sendo que os restantes indivíduos se tornaram pais antes dos 24 anos de idade. Regista-se ainda que 1 homem e 1 mulher foram pais ainda antes de atingirem a idade adulta, com 15 e 17 anos de idade consecutivamente. A idade média neste conjunto de pessoas ciganas para o nascimento do primeiro filho é de 19,9 anos, conforme indica a tabela 10.

Gráfico 11 - Idades à data do nascimento do 1º filho



<sup>29</sup> <https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%C3%A9dia+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421-5200>

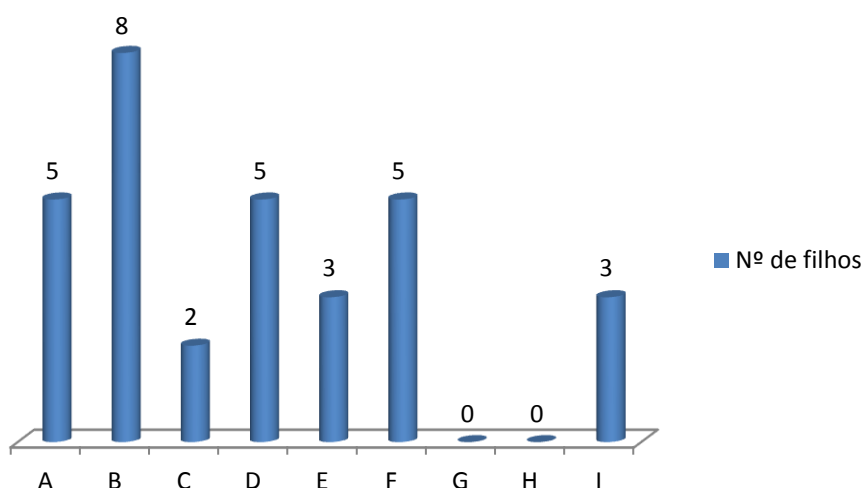
Tabela 10 - Média de Idades à data do nascimento do 1º filho

Idade à data do nascimento do 1º filho	
Idade mínima	15
<b>Idade média</b>	<b>19,9</b>
Idade Máxima	28

Se comparado este valor com os valores nacionais para o nascimento do primeiro filho, cuja média se fixava nos 32 anos de idade, em 2017 (Pordata, 2018a), verifica-se uma grande discrepância, o que significa que os ciganos iniciam a sua parentalidade muito mais cedo do que a população portuguesa em geral.

No que respeita à fecundidade, o gráfico 14 representa o número total de filhos por agregado familiar, quer estejam atualmente ou não a viver com os pais. O número de filhos por agregado familiar varia entre os 2 e os 8 filhos. Pode verificar-se que dos 9 agregados familiares que constituem o universo estudado, 6 deles têm 3 filhos ou mais, sendo que o agregado familiar que apresenta maior número de filhos regista 8 nascimentos. Apenas 2 agregados não têm filhos, num dos casos trata-se de um homem solteiro que apresenta défice cognitivo e o outro agregado é constituído por um casal jovem com 25 e 26 anos, em idade fértil, pelo que poderão ainda ocorrer alterações a esta situação.

Gráfico 12 - Número de filhos por indivíduos



Assim verifica-se que o número de filhos varia entre a ausência de nascimentos e os 8 filhos por agregado familiar. O que representa uma média de 3,87 filhos, valor bastante superior ao registado para a maioria dos portugueses em geral, registando-se neste último caso uma média de 1,37 em 2017 (Pordata, 2018b).

No que se refere aos ciganos portugueses (e não só) em geral, o número de filhos relaciona-se com os níveis de escolaridade dos pais, sendo que quanto mais baixa a escolaridade maior o número médio de filhos (4,5), valor que vai decrescendo à medida que aumenta a escolaridade dos pais (Mendes, Magano & Candeias 2014, p. 182). Ora no caso particular destes ciganos de Évora, essa relação mantém-se congruente, verifica-se um valor alto no que refere à média de filhos e os baixos níveis de escolaridade desta população.

### **Atividade profissional e rendimentos**

No que se refere à situação perante o emprego, consideraram-se todas as pessoas adultas que constituem o universo estudado (20 elementos) e mostram-se os resultados obtidos nesta pesquisa na tabela apresentada abaixo:

Tabela 11 - Situação perante o emprego da população adulta

Genero	Situação face ao emprego		Total
	Desempregados	Pensionistas	
Homens	10	1	11
Mulheres	7	2	9
<b>Total</b>	17	3	20

Como se pode verificar, não há pessoas a desenvolver atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria entre esta população: 3 são pensionistas e 17 estão desempregadas.

No que se refere aos pensionistas, trata-se de um homem de 50 anos que sofre de doença mental o que não lhe permite desenvolver uma atividade profissional e de 2 mulheres, que são as mais velhas do grupo, têm 63 e 72 anos e obtiveram Pensão Social por Invalidez.

No que respeita aos desempregados, um total de 17 resultados, 10 homens e 7 mulheres, a situação é de desemprego de longa duração ou que nunca trabalharam, embora se encontrem em idade ativa.

De acordo com estes dados, constata-se que 85% da população total não trabalha, sendo que os restantes elementos que representam 15%, não trabalham porque não podem, são pessoas já reformadas. No entanto, se considerarmos apenas a população ativa, a que se encontra disponível para o trabalho, verifica-se uma taxa de desemprego de 100% entre a população cigana residente em acampamentos em Évora.

A dimensão do trabalho remunerado é um elemento essencial para a definição do estatuto social ocupado pelo indivíduo. A ausência de trabalho ou ocupação pode constituir-se um aspeto preponderante para avaliar a vulnerabilidade social do indivíduo (Magano, 2010, p. 78).

No quadro da tendência já conhecida e largamente estudada sobre a desocupação e falta de atividade profissional que atinge os ciganos, que levou o ACM a dedicar-lhe um eixo específico na ENICC, é muito grave o caso dos ciganos residentes em acampamentos em Évora, uma vez que, de todo o conjunto destas pessoas, que é composto por alguns elementos bastante jovens, nenhum conseguiu garantir a sua inserção no mercado de trabalho.

Dos 10 homens que se encontram desempregados, 6 efetuaram a sua inscrição no IEFP como candidatos a emprego, 2 deles não se encontram inscritos e 2 não foi possível saber a situação. No que se refere às mulheres, à exceção de 1, da qual não foi possível saber a situação, todas as restantes mulheres desempregadas se encontram inscritas como candidatas a emprego. Isto significa que não obstante estarem estes indivíduos disponíveis e sendo candidatos a empregos, as oportunidades não têm surgido.

Através da tabela 12 pode verificar-se a situação das 17 pessoas desempregadas e em idade ativa no que respeita à inscrição como candidato a emprego no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP):

Tabela 12 - Inscrição no IEFP como candidato a emprego

Genero	Inscrição no IEFP			Total
	Inscritos	N/ inscritos	NR	
Homens	6	2	2	10
Mulheres	6	0	1	7
<b>Total</b>	12	2	3	17

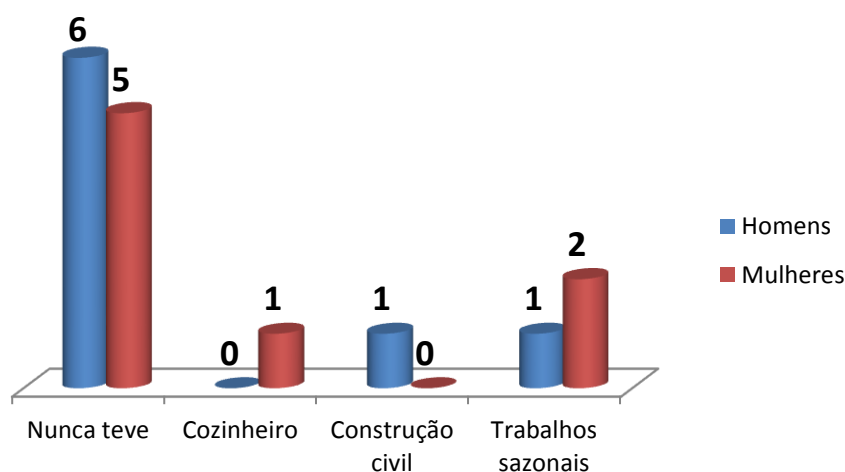
Na base desta não chamada para emprego poderão estar várias causas, que não foram aprofundadas ou sistematizadas por saírem do âmbito deste projeto. Atualmente o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo e exigente e está mais fechado aos grupos estigmatizados, ao contrário do que geralmente se assume, os ciganos estão interessados em trabalhar por conta de outrem, contudo as inúmeras recusas impedem que o façam e constituem-se uma manifestação de discriminação com base nas origens culturais do indivíduo (Santos & Marques, 2014). Talvez por essa razão, a situação de desemprego veio várias vezes ao centro das conversas com estas pessoas no decurso deste trabalho, nomeadamente quando foi abordado o tema da discriminação, em que a maioria referiu que o principal problema que enfrentam ao nível do preconceito é nas questões que envolvem o emprego. Referiram algumas vezes ter-lhes sido negado emprego no momento da entrevista em que os patrões reconhecem as suas origens culturais. Apesar disso, os ciganos são geralmente responsabilizados pela situação socioprofissional em que se encontram, acusados de não quererem trabalhar, não se levando em conta a responsabilidade das entidades formais de emprego e dos empregadores, contudo um estudo recente (Pereira, 2016) aponta no sentido de que ninguém dá trabalho aos ciganos.

Por outro lado, estas pessoas queixam-se que a oferta formativa que lhes é apresentada pelo IEFP é pouco apelativa e que terminam uma formação com o sentimento de que não aprenderam nada ou que não lhe trará nenhuma utilidade pelo facto de não atribuir certificação. Estas podem ser algumas causas que levam às fracas expectativas destas pessoas face ao emprego, levando-os a não investir nesse campo, situação que só por si não ajuda a uma mudança nas suas vidas. Num estudo desenvolvido sobre a situação dos ciganos face ao mercado formal de emprego, concluiu-se que não é muito claro de que modo é que as “soluções” possíveis estão adequadas aos perfis destes desempregados. Geralmente, os ciganos estão inscritos no IEFP durante períodos longos (média de 8,6

anos) e constata-se que há poucos meios (e vontade), seja por parte do IEFP seja por parte das entidades para quebrar este ciclo vicioso (Pereira, 2016, p.161).

Vejamos de seguida a situação no que refere a profissões ou ocupação já exercidas anteriormente:

Gráfico 13 - Profissões já exercidas pelos indivíduos adultos



O gráfico 16 mostra que 11 pessoas nunca tiveram uma profissão ou nunca exerceram uma atividade profissional. Uma pessoa referiu ter sido cozinheira e exerceu trabalhos sazonais, outra pessoa referiu ter trabalhado na construção civil e outras duas pessoas referiram apenas ter efetuado trabalhos sazonais. Uma análise mais pormenorizada permitiu concluir que as pessoas que responderam nunca terem trabalhado são as mais novas do grupo. Foram os elementos com mais idade que referiram terem exercido alguma profissão durante as suas vidas, quando ainda eram jovens. Importa salientar que a pessoa que trabalhou como empreiteiro de obras não é cigano, tendo trabalhado com o pai, que exercia a mesma profissão em Évora. A pessoa que respondeu ter trabalhado como cozinheira é um elemento do sexo feminino e quando questionada sobre essa atividade, deu pouca relevância, evidenciando sobretudo os trabalhos sazonais, facto que levou a considerar que se tratou de uma situação pontual ou de curta duração. Sobre as profissões exercidas por 5 pessoas não foi possível obter dados.

Os dados apresentados sobre a situação perante a atividade profissional mostra que as dificuldades de acesso a emprego entre os ciganos têm vindo a agravar-se nos últimos tempos. O número de pessoas que nunca teve uma atividade profissional constitui uma percentagem de 65% dos indivíduos que se encontram desempregados.

No que respeita às ocupações profissionais dos pais e mães, a maioria das respostas são relativas a trabalhos sazonais, como a apanha da azeitona, a cultura do tomate e das vindimas, etc.. E ainda, o negócio de bestas, que há algum tempo atrás era uma das atividades principais dos ciganos na região alentejana (Sama, 2010). Conclui-se, portanto, que se trata de pessoas com origens nos meios rurais, com grandes ligações ao campo: a exploração da terra e os animais.

Em relação a atividades desenvolvidas pelos progenitores as pessoas inquiridas enumeraram uma ou mais atividades desenvolvidas, não havendo casos de pessoas que nunca tenham trabalhado. Este resultado revela que a situação dos ciganos face ao emprego têm vindo a piorar, na medida em que, passada uma geração verifica-se que 65% do total dos descendentes adultos nunca tiveram uma ocupação profissional.

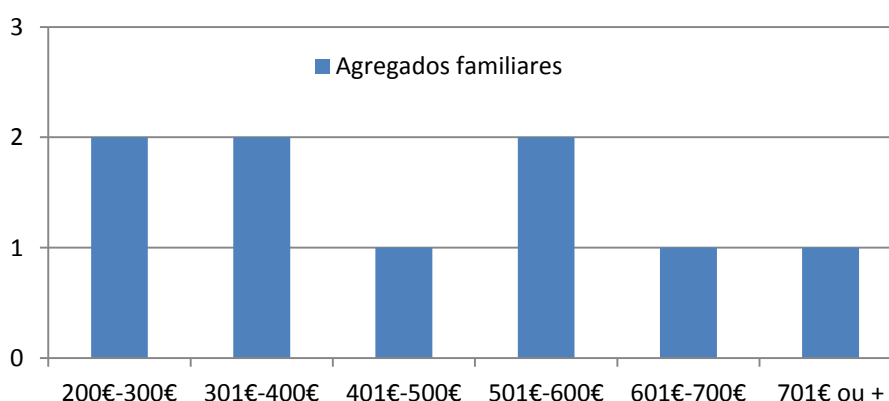
A pouca perspetiva de que venham a ser aceites em trabalhos não sazonais e a decadência dos mesmos causada pela desertificação dos campos tem vindo a contribuir para que, com o passar das gerações o futuro dos ciganos em Portugal seja o de continuarem a fazer parte do grupo dos portugueses pobres, não se prevendo oportunidades para estas pessoas (Bastos, 2007, p. 3).

A falta de ocupação profissional que afeta estas pessoas leva a que não disponham de elevados rendimentos. 6 dos 9 agregados familiares estudados têm como principal fonte de rendimento a prestação do Rendimento Social de Inserção. Um dos agregados familiares acumula esta prestação social com a Pensão Social de Invalidez de um dos elementos e outros 2 agregados têm como principal fonte de rendimento uma Pensão Social de Invalidez de cerca de 270€ mensais.

Trata-se de uma população que não apresenta atividade profissional, comercial ou de outra natureza que lhe possa conferir rendimentos. Desta forma, tal como para grande parte dos ciganos ao nível nacional, em que a principal fonte de rendimentos tende a ser o Rendimento Social de Inserção (Mendes, Magano & Candeias, 2014, p. 231), também para esta população esta prestação é a sua principal fonte de rendimentos, em conjunto com o

abono de família para jovens e crianças e a Pensão Social de Invalidez que é atribuída quando o beneficiário não efetuou contribuições para a Segurança Social ou as mesmas são insuficientes para que se fique abrangido por qualquer sistema de proteção social obrigatório. Vejamos então o valor dos rendimentos mensais destas famílias, representado no gráfico 17:

Gráfico 14 - Valor dos rendimentos mensais



Estamos perante um conjunto de famílias muito pobres, apenas 2 famílias apresentam rendimento superior a um Salário Mínimo Nacional, todas as restantes sobrevivem mensalmente com um rendimento igual ou inferior a 600€ mensais. Ainda assim, sabendo-se que o seu rendimento provém maioritariamente do RSI, fica evidente que os casos em que o rendimento é maior, estão relacionados com a dimensão do agregado familiar.

A apresentação dos valores auferidos por família, só por si não é representativo do rendimento disponível, se correlacionarmos estes valores com a dimensão dos agregados familiares percebe-se com maior nitidez o estado de pobreza em que vivem estas famílias, como mostra a tabela abaixo representada.

Tabela 13 - Valores auferidos e dimensão do agregado familiar

Agregados	Valores totais auferidos	Nº de elementos
B	200€ - 300€	2
H	200€ - 300€	2
F	301€ - 400€	1
G	301€ - 400€	1
E	401€ - 500€	3
C	501€ - 600€	3
D	501€ - 600€	4
I	601€ - 700€	5
A	701€ ou +	7

Estas famílias não dispõem de mais do que 300 a 400€ mensais *per capita*, sendo que apenas 2 famílias têm esse rendimento (agregados familiares F e G), ambos constituídos por um único elemento, que no caso, trata-se de pessoas com Pensão Social de Invalidez. Todas as restantes famílias sobrevivem com um rendimento mensal *per capita* de valor igual ou inferior a 200€. Estes valores colocam-nas muito abaixo do limiar da pobreza em Portugal<sup>30</sup> fazendo com que experienciem situações de privação material que marcam as suas vidas, não conseguem assegurar necessidades básicas do seu quotidiano, como comida, roupas, medicamentos, etc.

---

<sup>30</sup> O limiar de risco de pobreza é o valor abaixo do qual se considera que alguém tem baixos rendimentos face à restante população. A linha de pobreza é relativa, isto é, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país. Por isso, uma pessoa que é considerada pobre num país pode não o ser noutra. O valor abaixo do qual se considera que alguém é pobre, em Portugal, foi calculado em 467,50€ mensais *per capita* para o ano de 2017 (Pordata, 2018c).

## **1.4. Contextos da vida e relações sociais e institucionais. A realidade dos ciganos na vida quotidiana**

### **Os alojamentos e formas de apropriação do espaço: contexto de pobreza e de marginalização**

Como já vimos a construção de todas as barracas não aconteceu na mesma data e a sua localização e o estabelecimento destas famílias teve muito a ver com o facto de se tratar de terrenos públicos disponíveis para os quais conseguiram autorização para montar o acampamento e consentimento para permanecerem.

Os alojamentos destas famílias são pequenas barracas que não ultrapassam os 20m<sup>2</sup>. À exceção de um caso, cada agregado familiar apenas construiu e utiliza uma barraca para toda a família. Estes espaços não têm divisões no seu interior e são construídos com matérias-primas pouco resistentes, no chão não existe revestimento e o solo foi batido de forma a ficar com o piso mais consistente. Em alguns casos, foi colocada uma porção de palha seca para evitar que a humidade e a chuva o tornem lamacento. Estas barracas não têm qualquer tipo de isolamento térmico, o frio e o calor sentem-se de igual forma tanto no exterior como no interior. Não existem portas, ficando um espaço aberto à entrada sem qualquer tipo de proteção.

Apesar de serem construídas com o mesmo tipo de materiais, estas barracas apresentam algumas diferenças. Nos casos em que os acampamentos são mais antigos, as barracas têm um aspeto mais robusto e elaborado, notando-se maior cuidado na sua construção, como mostra a fotografia em baixo.

Fotografia 7 – Barracas com 2 anos



Fonte: Fotografia da autora

Nos casos em que as barracas são mais recentes, estas são mais frágeis, com um aspeto descuidado, como se fossem construídas à pressa, não parece ter havido qualquer planeamento na sua construção e não oferecem segurança face às intempéries, como mostra a figura que se encontra abaixo.

Fotografia 8 - Barraca com 2 meses de construção



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 9 – Barraca com 2 meses de construção



Fonte: Fotografia da autora

A principal causa para o aspeto descuidado e debilidades reveladas neste tipo de construção poderá estar ligado ao facto de a sua permanência nestes locais ser ainda muito recente e estas pessoas não terem tido ainda oportunidade e meios de se estabelecerem de uma forma um pouco mais confortável.

“Olhe, uma casa era diferente... para os gaiatos e tudo! Uma barraquita em madeira, a ver se aguentava até ao inverno, isso com o vento e a água leva tudo.

P. Não têm ordem para construir?

R. Não sei... vamos falar na quinta-feira com o Presidente, ali na Aminata nós tínhamos. Aqui nós podemos fazer, não nos disse nada, a gente tem ordem aqui, é como no Aminata, não pedimos, fazemos.

P. E porque não fizeram?

R. Porque os dias também não ajudam, às vezes chove, se fosse de verão fazíamos.” (Mulher cigana, 20 anos)

O facto de terem sido encaminhados para estes locais pelas autoridades municipais para se instalarem despertou algumas expectativas por parte destas pessoas, de que fossem tomadas medidas relativamente à melhoria das suas condições de habitabilidade. Estas pessoas referem ter já pedido ajuda ao município para melhorar as suas condições de habitabilidade.

“Olhe, eu precisava que me deixassem fazer uma barraquita, como eu tinha na Aminata ou senão, porem-me aqui água para a gente, porque a gente vai ali pedir água [hortas comunitárias abastecidas pela CME] e não dão. Mas, que me dessem uma casa dessas, um contentor, para o meu filho também, que tem um filho pequenino e daqui a nada tem outro também, para nós estarmos aqui, porque este pano chove-me aqui como na rua! Pinga tudo, é assim...”

(Mulher ciganas, 57 anos)

“Antes de tudo eram os contentores e era a água... mas o melhor de tudo, que eu acho era uma casa.”

(Homem cigano, 20 anos)

Também os técnicos das instituições que efetuam intervenção social junto destas famílias relatam as fragilidades destas barracas:

“Eu hoje estive ali num acampamento em que é só uma tenda assim [em triângulo], está tudo aberto, rente ao chão está tudo aberto, as entradas estão todas abertas e eles diziam: - Ao menos ajudem-nos com algum material, alguns tijolos só para a gente aqui os erguer em cima uns dos outros ou com alguma chapa para fazer um telhadozinho, só que nos ajudem aqui na barraca para que nós tenhamos mais algumas condições já era bom! - Porque aqueles então é só o pano, não é mais nada.”

(Técnico superior, 39 anos)

No que respeita ao mobiliário e outros bens materiais, estas pessoas vivem com muito pouco, o cenário que se pode observar é de miséria e pobreza extrema, revelando a falta de recursos económicos destas pessoas. Os técnicos sociais que intervêm com estas famílias referem as dificuldades na intervenção, pela falta de condições no local em que se encontram estas famílias:

“... eu chego lá, ela não tem onde guardar um saco de batatas, não tem onde guardar um pacote de arroz, porque de inverno então, a lama entra por um lado e a água sai pelo outro, tudo o que está no chão fica estragado, fica molhado, como é que esta mulher vai guardar alimentos? Para eu poder trabalhar e ensinar a cozinhar dentro de um acampamento onde, nós estamos lá e a água está-nos a passar por debaixo dos pés...às vezes não temos condições para isso.”

(Técnico, 40 anos)

No interior destas barracas observam-se poucos objetos ou mobiliário, os indispensáveis para se protegerem contra o frio e alguns utensílios de cozinha. Em cada um destes espaços existe um colchão ou dois sobre um estrado em madeira, às vezes mesmo dispostos diretamente no chão, alguns cobertores e outra roupa de cama. O vestuário encontra-se normalmente amontoado a um canto da barraca ou em grandes trouxas encobertas por panos, por não disporem de móveis para o acomodar.

No que respeita aos utensílios de cozinha, os poucos que têm são normalmente acomodados em cima de uma mesa simples. Habitualmente dispõem de algumas panelas e tachos, os pratos e talheres. Estas mesas servem essencialmente para esse fim, de acomodação de loiça. As cadeiras e assentos, normalmente, não são suficientes para toda a família e as refeições são tomadas e preparadas no chão. Não existem eletrodomésticos em

qualquer uma destas barracas, não havendo eletricidade, os mesmos tornam-se inúteis nestes espaços.

Apesar dos poucos recursos económicos e vivendo num local, privados de quase tudo, quando lhes foi perguntado sobre o que sentem mais falta ou o que poderia melhorar as suas condições de vida, estas pessoas são perentórias e unânimes nas suas respostas identificando que as maiores necessidades percecionadas são a eletricidade, a água e a casa de banho, ou seja, infraestruturas básicas.

A inexistência de água condiciona muito o seu quotidiano, a grande dificuldade em carregar a água em grandes quantidades para higiene pessoal e das roupas é uma tarefa árdua para quem aqui vive:

“A água, vou às Fontanas lá abaixo, é um parque das crianças, está lá uma bica. Isto é um penar! Com os carrinhos aí do Intermarché é que a gente vai com os bidões, eu já me dói esta parte aqui assim, dói-me! O meu marido tem uma pilha no coração, não pode fazer esforços e às vezes vai sozinho, ele. Às vezes mando-o esperar e ele não quer esperar por mim...”

“Às vezes estão esses dias aí a chover e eu a lavar e a estender e a ir buscar água, isto é um grande stress que a gente tem. É um padecer que a gente tem aqui! Eu doente e ele também!”

(Mulher cigana, 63 anos)

“Precisávamos aqui de uma torneira de água, quer dizer, alguma coisa para a gente lavar, para lavarmos a roupa, para tomarmos banho, isto assim tá bem! Não é agora a gente d’irmos aí a uma horta buscar um cântaro de água. Isso a coisa que faltava aqui era a água, ou senão uma casa, uma coisa em que uma pessoa tivesse mais resguardado.”

(Homem cigano, 33 anos).

“Água, tenho e não tenho, porque hoje as pessoas dão-me um cântaro, mas amanhã já não dão! É uma chatice até para lavar [roupa] eu tenho que carregar, já viu onde eu tô a lavar? Se a gente não se lavar é porque somos porcos, temos que tomar banho, temos que lavar, temos que ter higiene, mas aqui nem higiene temos!”

(Mulher cigana, 57 anos)

O testemunho de uma pessoa não cigana entrevistada relata o cenário de marginalidade até no que se refere à obtenção de água.

No limite também lhes interessa [ao município] que, quanto mais sujo aquilo estiver melhor, porque mais impacto tem e é mais uma força para os correr dali. Estamos aqui a falar de pessoas que para terem acesso à água vão a uma bomba de gasolina de uma forma meio escondida e à socapa, vão ao sítio onde as pessoas metem água nos depósitos do limpa para-brisas e é lá que se vão abastecer. Até a água lhes é negada, ou socorrem-se de poços manhosos, onde dão água às bestas e a eles próprios e isto são condições desumanas em qualquer sítio do mundo, são impensáveis que possam existir na Europa no séc. XXI! Mas existem no Alentejo e na Europa toda e cada vez há mais, mas isto é inadmissível e tem custos muito grandes.

(Técnico superior, 50 anos)

A falta de eletricidade e a casa de banho são também necessidades identificadas por todos como sendo dos maiores constrangimentos ao seu quotidiano. Estas famílias contam quase em exclusivo com a luz solar como iluminação e logo que o sol se põe, a atividade diminui no acampamento, nas estações do ano mais amenas, saem para outros locais mais iluminados, mas no inverno referem que não lhes resta alternativa senão deitarem-se até ao amanhecer do outro dia.

“Eletricidade, olhe com o farol! [Candeeiro de iluminação pública direcionado para as hortas comunitárias, tipo holofote] dali é que agente se vê! Aqui não tem nada, nada! [Casa de banho] é pelo campo, já limpei aqui de uma ponta à outra, quando a gente chegou, mas não era nada da gente, limpei eu tudo, peguei numa pá e numa vassoura e truz- truz-truz! Não vê? Agora achei aquele saco para por o lixo.”

(Mulher cigana, 57 anos)

“Olhe, tenho ali uma lata, aqueço, tenho ali um alguidar grande e a gente toma banho. Um, toma um dia, outro toma outro, tem que ser! Não podem ser todos num dia, tem que ser, um num dia, outro noutro dia, porque isto não é uma casa, não sou máquina nenhuma de lavar, a gente faz o mais que pode ser para termos as coisas asseadas.” (Mulher cigana, 63 anos)

Alguns destes ciganos possuem um gerador de eletricidade que funciona a gasolina, mas o elevado custo deste combustível implica uma despesa que não conseguem suportar, estas máquinas quando funcionam são pouco utilizadas.

“A eletricidade às vezes é o gerador e pronto!

P. Mas tem gerador?

R. Tenho, agora é que está a arranjar.”

(Homem cigano, 33 anos)

“O gerador quando temos gasolina, mas agora ir lá buscar gasolina... ah! Só pela festa aí do Natal é que eles puseram gasolina!”

(Mulher cigana, 63 anos)

A falta de água é um dos maiores problemas, reconhecido também pelos técnicos sociais que intervêm com estas famílias, admitem as dificuldades enfrentadas por estas pessoas e relatam as suas próprias dificuldades na intervenção direta, no que respeita sobretudo à mudança de hábitos e regras de higiene.

“Agora, num acampamento onde não há água, não há luz, não é? Na questão da higiene é muito difícil de trabalhar, as questões de lavagem de roupa é muito difícil de trabalhar, algumas questões ali são muito difíceis de trabalhar, porque nós quando falamos da lavagem da roupa, a resposta do lado de lá é: - Eu não tenho água, como quer que faça a higiene da roupa? - E de facto é verdade! Os meninos não tomaram banho e vão sujos para a escola: - Como é que você quer que lhes dê banho? – E às vezes até me dá dó a mim, porque estamos em pleno inverno e eu chego lá, ela está a aquecer água num panelão para dar banho a uma menina de quatro meses e estão dentro de uma barraquinha, que aquilo é pano com umas chapas e está lá um frio tremendo! Eu acho que estas crianças têm uma resistência enorme. Que aquela criança com quatro meses não está constipada! E está ali a dormir em cima de juncos no chão, só embrulhada numa manta e tem uma resistência brutal!

(Técnica, 40 anos)

Quanto ao uso das barracas elas são usadas essencialmente para pernoitar ou para se abrigam em períodos de chuva, mas a maior parte do tempo é passada ao ar livre no exterior. O espaço ao ar livre, em volta da barraca, é bastante utilizado por estes ciganos, é no exterior que desenvolvem a maior parte das suas atividades diárias. As mulheres preparam as refeições e tratam de outros afazeres domésticos como a lavagem da roupa e da loiça.

É no exterior que se tomam as refeições e se junta a família. No inverno, à volta da fogueira que se acende em frente à barraca. É sobretudo ao redor da fogueira que passam grande parte do dia, sobretudo nas horas mortas em que não têm outras coisas para fazer.

“Mas em relação a essa parte dos desalojados o que eu noto mais é na parte da higiene, não sei se é uma coisa que tenha a ver com a outra, porque há pessoas que aparentemente devem ter casa porque trazem outro tipo de higiene e lá está, há outros que cheiram a fumo, dá a ideia que vivem em acampamento e deve ser das fogueiras.” (Técnico superior, 37 anos)

O uso do espaço exterior, como prolongamento da barraca, revela vários sinais da rotina diária das famílias, como alguns objetos espalhados pelo espaço, as loiças da última refeição, roupa estendida sobre os arbustos e vedações, alguidares e outras vasilhas para depósito de água. Observam-se alguns brinquedos espalhados pelo espaço, na grande maioria das vezes em mau estado de conservação e outros objetos, por vezes pouco apropriados, que as crianças acarretam para uso nas suas brincadeiras.

Quando se chega ao acampamento, a imagem que se observa é de grande azáfama em torno das barracas, as crianças brincam livremente pelo campo, ouvem-se choros, gritos e risos próprios da sua idade, por vezes afastam-se distâncias consideráveis das imediações das barracas. As mulheres apropriam-se do espaço para as tarefas domésticas e utilizam os poucos recursos que têm ao seu redor, é neste espaço que as crianças brincam e onde se recebem as visitas. Os vizinhos queixam-se do lixo que se encontra espalhado no chão, do barulho, da música alta, das visitas dos familiares que faz aumentar a população nestes locais. A grande utilização do espaço exterior tem sido um dos principais pontos no que diz respeito ao sentimento de mal-estar que se gerou entre estes ciganos e a restante população vizinha. Como refere Duarte *et al.* (2001) o espaço público é o palco onde os atores sociais interagem e constroem as representações face aos outros (p. 78). Muitos destes conflitos são fruto de conceções e práticas diferenciais dos espaços públicos, o que pode ser uma utilização legítima para uns, pode constituir-se um abuso para outros. A familiaridade dos ciganos com os espaços públicos, fruto de uma aprendizagem coletiva de apropriação desses espaços, ligada ao modo de vida itinerante, entra em contradição com as representações simbólicas de outros grupos relativamente a esses espaços (p. 80).

“Estas pessoas aqui desta escola é que são racistas, porque a gente estende aqui uma roupa [sobre a vedação], fizeram um abaixo-assinado para a gente abalar daqui, então a gente estende a roupa aonde? Em cima da c\* delas? ...veja lá como elas são, que não queriam que nós tivéssemos aqui as barracas, queriam que nós mudássemos para ali as barracas [a 100 m aproximadamente] então a barraca ali caiu-me, havia água até acima... a gente para ali não passa, eu nem estendo ali, a minha nora é que estendeu a roupa do menino, tem que lhe dar

banho todos os dias e lava todos os dias, não vê, ainda há bocadinho foi ao médico e tomou banho, eu tenho aqui um estendedor e tenho aqui a minha roupa estendida, elas nem queriam que a gente tivesse aqui a roupa!”

(Mulher cigana, 57 anos).

Estas pessoas ocupam grande parte do seu tempo a tratar de questões relacionadas com a sua sobrevivência: arranjar comida, protegerem-se do frio e do calor e tratar das enfermidades. Os comportamentos adotados orientam-se exclusivamente para a sua sobrevivência e segurança, desvalorizando outros aspetos da vida em sociedade, acabam por passar uma imagem descuidada de si próprios para a restante população. As circunstâncias em que se encontram e modo de vida precário, o isolamento face à sociedade envolvente, os baixos recursos económicos e os baixos níveis de instrução, proporcionam um nível de insegurança face às suas necessidades.

“Estas pessoas estão ocupadas diariamente com a sua sobrevivência, ou têm frio, ou têm calor, ou têm fome, ou têm que ir ao médico, ou tem que fugir da GNR, etc. Esta gente anda sempre apertada, passa os dias apertados, as outras pessoas também andam apertadas mas é um aperto diferente, e portanto, claro que tem que haver um esforço desta gente. Há uma coisa que as pessoas implicam muito, que é por onde passam fazem muito lixo. Claro que fazem, toda a gente faz muito lixo! Estas pessoas, por ventura, até fazem menos lixo do que as outras, porque consomem menos. Agora, onde eles estão, a concentração de resíduos é bastante grande e as pessoas não gostam, ainda por cima, aqui no Alentejo que as pessoas têm uma visão da limpeza muito própria, mas também não vemos junto aos acampamentos onde eles estão, caixotes do lixo, também não vemos a recolha, também não vemos ninguém que vá falar com eles. Isto porque o município quando coloca um contentor ao lado de um local onde eles vão de vez em quando, está a assumir que eles podem ali ficar e ao município também não lhes interessa isso.”

(Técnico Superior, 50 anos)

Certos comportamentos não são entendidos e aceites pela população maioritária não cigana, que não compreende os comportamentos inerentes à condição em que se encontram. Os ciganos não são bem vistos e existem queixas por parte da população residente perto dos acampamentos<sup>31</sup>. Existe a ideia de que é insustentável a partilha de

---

<sup>31</sup> No decurso do trabalho de campo desta pesquisa, tentou-se contactar com os responsáveis de um Jardim de Infância que se situa junto a um destes acampamentos. Apesar de serem os autores de inúmeras queixas

espaço com a população cigana residente em acampamentos, ideia que é partilhada pela população em geral, não apenas pelos que residem perto, mas também por parte de alguns profissionais de serviços públicos que contactam diretamente com os ciganos em contexto profissional.

Alguns profissionais que fazem atendimento ao público parecem menos atentos às condições adversas que se vivem nestes contextos, não mostraram ter conhecimento profundo sobre as condições de vida das famílias ciganas residentes em Évora. Quando questionados sobre os ciganos, no geral, ou sobre os ciganos de Évora, atribuem os comportamentos que consideram reprováveis sobretudo às questões culturais e apresentam uma opinião que revela pouca tolerância a estes comportamentos.

“A diferença é só porque uns são mais limpos de que outros. Basicamente, no geral é tudo igual, é tudo do mesmo saco. E os exemplos que nós temos, desde a televisão, a tudo... repare que você vai aos correios e vê que abrem uma caixa só para aquelas pessoas serem atendidas, para não haver desacatos, quando eles vão receber os abonos, abrem uma caixa... houve uma enfermeira do meu serviço que presenciou isso aqui em Évora, portanto, repare o desacato que aquela gente dá... não quer dizer que não haja um mais educado, mais correto, mais... mas são situações muito, muito pontuais. [a razão] É cultural, está mesmo inerente a eles...”

(Técnico, 52 anos)

“...Agora em relação ao meu trabalho, sim, são pessoas que não têm educação, não sabem o que é esperar, tenho sempre uma ideia muito má, deixam tudo muito sujo... mas tenho um caso ou outro, mas no geral a ideia não é boa. [...] A coisa que mais me custa é quando lá há ciganos à espera, os familiares deixam aquela sala de espera imunda, por que é que deixam? Porque é assim, não! Se nós estamos ali e vemos as pessoas e até vemos as pessoas com um filho que deita papéis para o chão e dizemos: olha, apanha lá, eles não se... é bocados de bolo, é lixo por todo o lado, quando as pessoas têm esse tipo de atitudes, obviamente que depois vão ter uma repercussão em termos de quem lá está a atender, não é?”

(Técnico superior, 37 anos)

---

junto das autoridades municipais, nenhum dos responsáveis se mostrou disponível para partilhar as dificuldades de coabitação com esta população.

No entanto, a opinião dos profissionais que conhecem melhor a cultura cigana e trabalham diretamente com estas pessoas apresentam uma perspectiva diferente, identificam problemas na interação entre as culturas, mas apontam falhas das duas partes:

“Por exemplo, um cigano vai ao Centro de Saúde e suja tudo, abre um pacote de bolachas e come, limpa as mãos à cadeira e não sei quê... e eles fazem isso, mas também se calhar não vai lá ninguém ter com eles, podiam ter uma atitude pedagógica, não é? Olhe, não faça isso, ou, fica aqui com um saco se precisar de pôr aqui, ponha. Mas isso também não é feito dessa forma, é só dizerem que está tudo mal! E cria-se um conflito entre a população dominante e depois as outras.”

(Técnico superior, 56 anos)

Um dos profissionais entrevistados considera tratar-se de uma questão de sobrevivência, os problemas destes ciganos relacionam-se muito mais com as condições socioeconómicas do que com as questões étnicas ou culturais:

“Vamos a inúmeras formações, com a AMUCIP e outras e tentam criar aqui distinções que não existem, o que existem são condições socioeconómicas diferentes, desenvolvimentos diferentes, porque quando falam que o cigano tem hábitos diferentes do não cigano. Então? Eu se não tivesse casa e não tivesse frigorífico também ia todos os dias comprar comida, se não tivesse fogão também fazia uma fogueira, se não tivesse casa fazia uma tenda, e não sou cigano, não é?... Se tivesse que mentir, então? Para sobreviver e dar de comer aos meus filhos, mentia. E se tivesse que roubar, roubava, desde que eles não passassem fome...”

(Técnico superior, 38 anos)

Importa referir que as divergências das opiniões expressas estão muito relacionadas com a natureza e intensidade das interações sociais que se desenvolvem entre os entrevistados e as pessoas ciganas. A interação entre estas pessoas não é espontânea, acontece em contextos profissionais, as situações em que os discursos apresentam maior tolerância e empatia decorrem dos casos em que a proximidade dos entrevistados é continuada e quotidiana. Já nos casos de interação mais esporádica e superficial, os discursos tendem a ser mais preconceituosos e intolerantes.

## As famílias e dinâmicas com a sociedade envolvente

Apesar de se terem identificado três locais com existência de barracas, não se pode falar em três acampamentos, enquanto grupo de famílias que vivem em comunidade. Seguindo a conceção de Tönnies (1947) o conceito de comunidade assenta essencialmente em três padrões de sociabilidade, a ocupação de um mesmo território, os laços de sangue e a afinidade espiritual que se traduz nas relações de afeto e vizinhança (p. 33). As relações comunitárias englobam toda a vida social de conjunto, comum, íntima e virada para o interior. Para este autor os laços comunitários apoiam-se, acima de tudo, nos sentimentos de reciprocidade, identificação ao grupo, no consenso e o mútuo conhecimento íntimo, que os leva a permanecerem juntos por laços de amizade (p. 41). No que respeita a este grupo, não estão reunidas as condições para que se possa considerar uma comunidade, em primeiro lugar, pela baixa concentração de barracas e a forma dispersa que apresentam no território, sem esquecer que, a localização das mesmas foi motivada por determinações extrínsecas. Em segundo lugar pela proveniência, história de vida e relação que mantêm entre si, sendo que na grande maioria dos casos apenas partilham o espaço mas não são estabelecidas relações de afeto ou de partilha e a convivência não é pacífica.

“Às vezes vão lá, [a polícia] por causa de qualquer queixa das pessoas, e vão lá ter ao pé da gente e a gente sem ser, são os outros que fazem mal.

P. Mas vocês não têm tido problemas... eles não os tratam mal?

R. Não, isso não. Às vezes têm queixas de pessoas que fazem lá mal, às vezes aqueles lá de cima fazem lá mal e metem as culpas à gente e eles vêm aqui ao pé da gente.”

(Mulher cigana, 30 anos)

Nesse sentido, não se pode falar em comunidade, embora, para a população local maioritária e para as autoridades, este grupo seja considerado como tal. Não é a origem cultural cigana ou a questão comum de falta de habitação que faz com que sejam uma “comunidade”, isso é uma categoria imposta pelo exterior, concordando com Bastos, Correia e Rodrigues (2007), “*uma identidade partilhada pelos próprios ou atribuída por outros não é uma condição suficiente para produzir uma «comunidade»*” (p.19).

Existe um certo distanciamento entre algumas destas famílias que os próprios fazem questão de manter. Apesar de se tratar de um grupo pequeno de pessoas ciganas, podem

distinguir-se uma diferenciação entre elas. Por um lado, há os indivíduos que já residiram em habitação social, a maioria destas pessoas já nasceu e sempre viveu em Évora, cujos pais também nasceram nesta cidade ou se instalaram ainda muito novos, apesar de se encontrarem desalojados atualmente, tiveram em algum momento da sua vida uma aproximação e convivência maior com a população maioritária e maior participação na sociedade, fator que determinou um nível superior de integração. Estes ciganos adaptaram-se à vida na cidade, adotando os comportamentos semelhantes aos da restante população.

“Não penso nada em particular dos ciganos desalojados, penso que é como em todo o lado, há ciganos e ciganos. Eu sei, por exemplo, qual é o motivo de pelo menos uma família estar desalojada, sei que é por dívidas à Habévora, é pá! Mas é de uma injustiça enorme, aquelas pessoas, eu hoje estive lá de manhã e dá dó! Eles têm tudo tão asseado, tão asseado, tudo tão organizado... a senhora estava a lavar à mão um edredão... a batê-lo com os pés. Deu-me muita pena porque vejo famílias que foram integradas até recentemente e vou visitar a casa deles e que está completamente degradada, está suja, eles fazem em casa o mesmo que faziam nas barracas, portanto há comida no chão... e depois vejo esta família que está há nove anos numa barraca, só se diz que é uma barraca, porque é uma barraca! Porque até cheirava bem, a comida tinha um cheirinho tão agradável.”

(Técnica superior, 39 anos)

Castro (1994) em estudo desenvolvido por sobre o realojamento de pessoas ciganas no Bairro da Malagueira dá conta da satisfação destas pessoas face ao realojamento, mostrando um sentimento positivos pelo bairro e pelas alterações produzidas nas suas vidas. Não obstante, refere as formas particulares de apropriação do espaço e o fator da itinerância, (ainda que para preencher necessidades económicas e sociais), como constrangimentos à adaptação, ficando estes realojamentos aquém das expectativas previstas ou desejadas pelas ações de realojamento.

Os despejos destas e de outras pessoas ciganas (nessa altura) surgem neste sentido, da constatação de uma inadaptabilidade das pessoas ao meio habitacional, decorrentes de uma perspectiva etnocêntrica. A intolerância que se verificou por parte das entidades locais, foi motivada pelas pressões populares exercidas na altura<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Tal como se continua a verificar até aos dias de hoje, repetindo-se a história com a contestação levada a cabo pelos moradores, em protesto pelo realojamento de várias famílias ciganas no Bairro da Cruz da Picada em agosto de 2018.

Após os despejos, estas famílias não estavam capacitadas para procurarem soluções alternativas, que lhes garantissem um teto. Acabaram por regressar à instalação em acampamentos, modo de vida aceite de forma resignada, um regressar ao modo de vida anterior, numa espécie de determinismo estrutural e reprodução social (Bourdieu, 1979)

Por outro lado, temos um conjunto de agregados familiares que nunca viveu em habitação, (agregados A, C e H), têm laços fraternos (de sangue) e cujo patriarcado é comum. O casal patriarca destas três famílias viveu em acampamentos com os filhos até julho de 2018, data em que lhe foi atribuída uma habitação social. Através das memórias do patriarca desta família, foi possível conhecer as estratégias de sobrevivência destas pessoas nos anos que procederam ao 25 de abril de 1974. Este casal estabeleceu-se definitivamente em Évora já numa idade adulta, os dois elementos são oriundos de localidades rurais, tiveram uma vida muito ligada às lides do campo e aos trabalhos sazonais, que por vezes os obrigava a deslocarem-se para aldeias e montes, onde passavam grande parte do ano.

P. E o que fazia naquele tempo?

R. Olhe era a apanha do tomate, mas era ali para os lados de Alvalade do Sado, da Mimosa. Mas iam muitos ciganos, íamos muitos da nossa raça, porque aquilo ali era apanhado à mão, agora é máquinas e dantes tínhamos que apanhar à mão, aquilo era com caixas. Logo, começaram a haver máquinas da apanha, umas máquinas próprias que carregam logo aquilo. Aqui no Loizero ainda fazem [Louredo, periferia da cidade de Évora].

P. Também fazia negócio de bestas?

R. Fazia. Ia comprando uns burritos e tínhamos outros para levar a copa, íamos passando assim... dantes havia feiras cá em Évora, corredoras de gado, agora vai acabando. Olhe é como tudo mais, havia Moura, Serpa..."

(Homem cigano, 59 anos)

O testemunho deste homem admite um contexto rural na trajetória das suas vidas e dos seus filhos, embora alguns deles tenham já nascido nesta cidade. Ao longo da infância acompanhavam os pais para o campo, o que lhes confere características distintas dos outros ciganos já criados na cidade. Atualmente, os filhos deste casal parecem menos adaptados à vida na cidade e ainda muito ligados à vida no campo e ao negócio de animais. Nunca residiram numa habitação e mostram comportamentos mais desajustados relativamente à população urbana, sendo mais visíveis no que se referem à apropriação do espaço.

“As pessoas são preconceituosas com dois aspetos: com este tipo de comportamentos e por eles virem do campo, eles vieram da barraca e logo por aí, os ciganos da barraca são os ciganos dos cavalos, como eles lhes chamam e os outros ciganos... Eu tenho aí pessoas que não vêm cá lavar a roupa porque tem nojo, porque cá também se lava roupa dos ciganos dos cavalos. Até entre eles, se excluem, até entre eles há esta diferença.”

(Técnica superior, 39 anos)

Entre as famílias com características mais urbanas e este segundo grupo de pessoas ciganas mais ligadas aos meios rurais, percebe-se que não há relacionamento, mais ou menos implícito, existindo um afastamento social entre elas, fundamentado por razões pouco concretas, que se posicionam ao nível das perceções e representações sociais. Isto pode explicar-se pela perceção de um estrato social diferente, assente nas origens geográficas, modos de vida e aceitação por parte da sociedade dominante

Para Rodrigues (2012) existe uma certa estratificação social entre os ciganos que pressupõe várias classes, não estando estas relacionadas com o poder económico, mas com o prestígio social das famílias. De acordo com esta autora, mesmo entre a classe média baixa, podem distinguir-se dois grupos, os que durante a ditadura e especialmente no Alentejo, trabalharam para *senhores* não ciganos e mantiveram relacionamentos de maior proximidade com não ciganos sobretudo ligados à Igreja Católica; e outro grupo, os que professam a religião étnica da Igreja de Filadelfia (Rodrigues, 2012, p. 124).

Este aspeto revela-se não só no discurso dos profissionais de intervenção social, como também no discurso dos próprios, que apesar de não se alongarem sobre este assunto, deixaram escapar pistas que o denunciam:

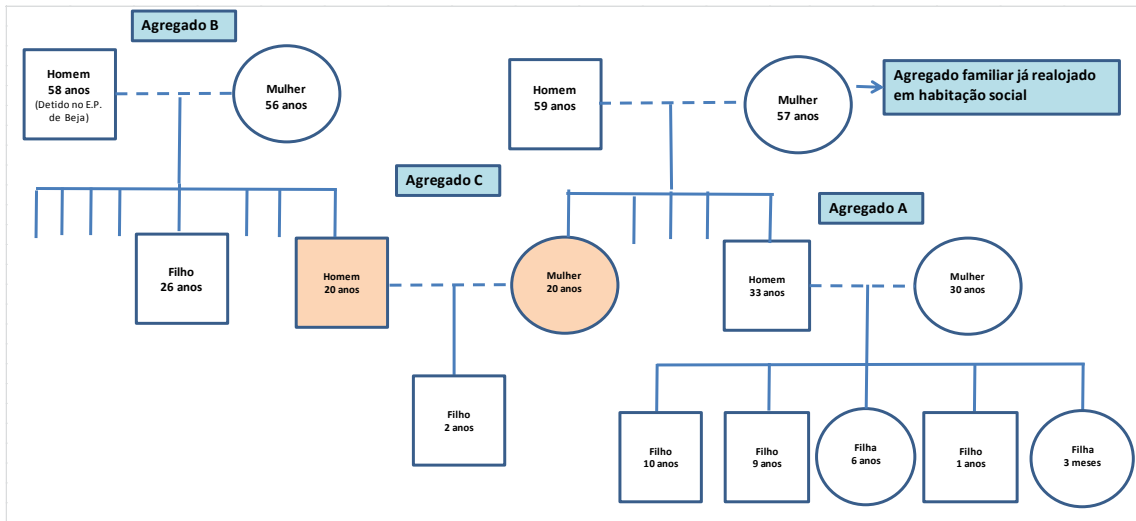
“Eu tenho visto alguns que andam aí que foram à Caixa [Geral de Depósitos] levantar dinheiro, o homem que lá está conhece a gente, não nos deixou levantar o dinheiro sem desinfetar o balcão com álcool, verdade! Uns ciganos que aí estavam, não sei quem era, mas cheiravam mal e estavam todos grifados e arrumaram-se ao balcão e logo foi a gente, então mandaram parar a gente, desinfetaram aquilo tudo para a gente se arrumar ao balcão. [...] Isso é bom! Não fez mal, porque eles cheiravam mal! Não levam tudo pela mesma moeda, eles veem, a gente também vê! Eu também não lido com certos ciganos... não é com toda a malta que a gente lida”

(Mulher cigana, 63 anos)

Não obstante estas pessoas estarem todas em situação de desalojamento e dificuldades de integração, não querem ser considerados um grupo homogéneo, ainda que, por vezes se entrelacem de forma fluída. O nível de inclusão que alguns já conseguiram atingir, condiciona a sua coabitação nos mesmos espaços e remete para diferenciações sociais entre as várias famílias. Estas famílias não gostam de residir nas proximidades umas das outras e ao longo do tempo que algumas delas partilharam o espaço da Quinta do Gentil ocorreram conflitos permanentes, justamente relacionados com as diferenças de modos de vida entre eles.

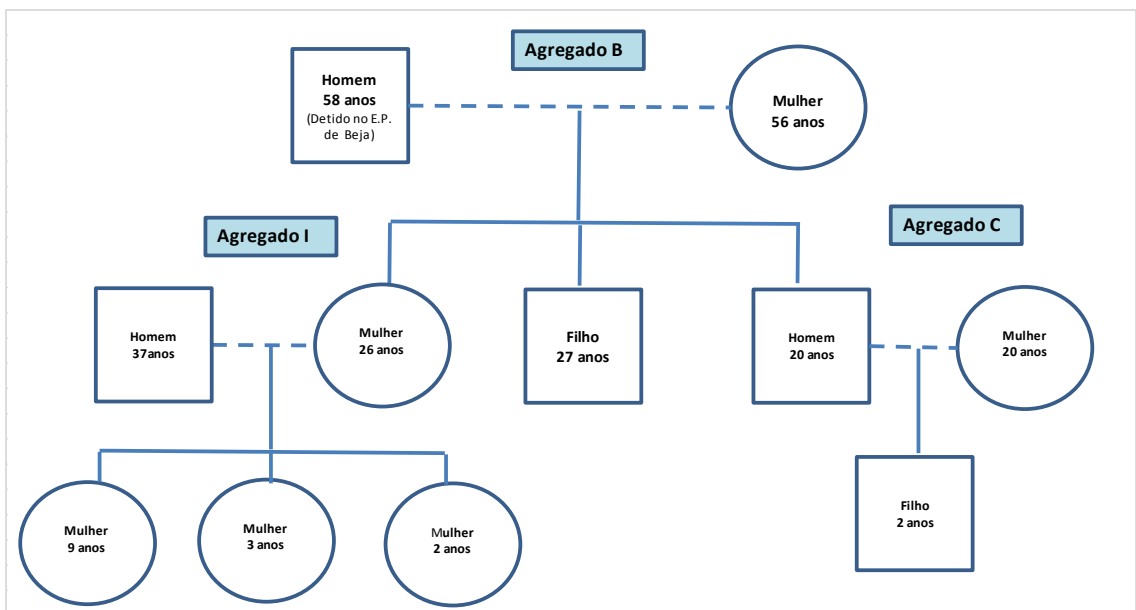
Não obstante este distanciamento social, existe algum relacionamento entre elas, fator que permitiu a união entre dois jovens cujas famílias são diferentes. Constituíram o agregado familiar que de designou agregado C, é uma família de tipologia nuclear com um filho menor de 2 anos, a mulher encontra-se grávida de 10 semanas. Os dois elementos do casal são jovens de 20 anos, o homem é filho do casal do agregado B e a mulher é irmã do homem do agregado A, (conforme representa a figura 1). São ambos naturais de Évora e nunca tiveram uma atividade profissional, vivem da prestação do Rendimento Social de Inserção. O homem lembra-se de ter residido com os seus pais numa habitação social no Bairro da Malagueira, no entanto, após o despejo acompanhou a família até à Quinta do Gentil, à data, estava solteiro e fazia ainda parte do agregado familiar dos pais. Foi na Quinta do Gentil que se juntou em união de facto com a companheira e se autonomizaram. A mulher tem um percurso de vida semelhante ao do seu irmão (agregado A), uma vez que viveram com os pais até à data do casamento. Esta família nunca residiu em habitação e durante a infância acompanharam os pais nos trabalhos sazonais pelos campos em viagens por vários locais do Alentejo. Já em Évora tentaram fixar-se em vários locais da cidade, inclusivamente na Quinta do Gentil, onde estes jovens se conheceram e iniciaram uma relação conjugal. A união deste casal foi algo conturbada, o conflito entre as duas famílias já iniciado na Quinta do Gentil pela questão dos animais, agudizou-se após o casamento, com a “fuga” da jovem à família para se juntar à família do marido. Os pais (que atualmente já se encontram realojados em habitação social) à data desta união ainda se encontravam em acampamento e como não eram bem-vindos na Quinta do Gentil, viviam deambulando, tal como o filho (agregado A) pelos vários pontos da cidade até serem mandados embora.

Figura 1 - Laços de parentesco entre as famílias



Entre os agregados familiares que residem em barracas em Évora, existem várias relações de parentesco, o agregado B é composto pelos pais de elementos que constituem o agregado C e o agregado I, como mostra a figura representada abaixo (Figura 2),

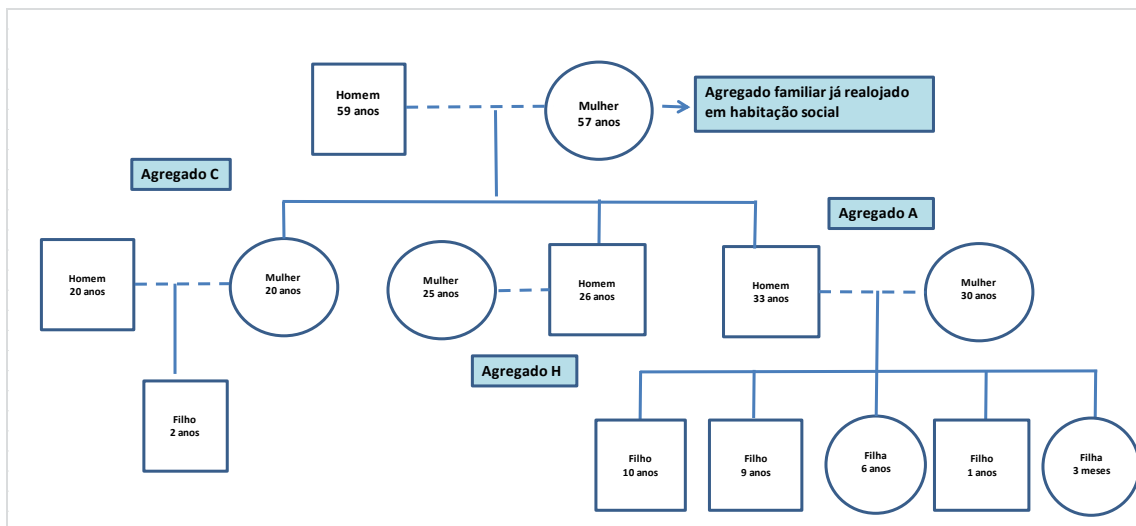
Figura 2 - Laços de parentesco entre os agregados B, C e I



Por sua vez, o outro elemento adulto do Agregado C é irmão de um dos elementos do Agregado A e Agregado H, como mostra a figura representada abaixo (Figura 3). Estes três

agregados familiares são jovens e todos filhos do mesmo casal que se encontra também representado na figura, embora já não faça parte do grupo de famílias estudadas, uma vez que já foi realojado em habitação social.

Figura 3 - Laços de parentesco entre os agregados A, C e H



No entanto, cada família nuclear mantém a sua própria dinâmica, distinguindo-se umas das outras. Esta situação contraria a representação do senso comum sobre a prevalência da família alargada, como de resto já se havia confirmado em estudos mais vastos sobre as famílias ciganas portuguesas (Mendes, Magano e Candeias, 2013, p. 169).

Pese embora, as famílias nucleares preferam viver de forma autónoma, sobretudo no que respeita ao espaço físico que ocupam e à economia doméstica, no seio da família alargada os laços familiares são muito forte. Prova disso, são as famílias que se encontram no Parque das Fontanas, tendo acabado por escolher esse local para acampar, para estarem perto dos familiares que se encontram realojados nesse bairro (Malagueira). Num dos casos, embora tenham referido que se mantêm nesta situação de desalojamento por não se quererem hospedar em casa dos familiares que residem neste bairro, este agregado familiar conta com o seu apoio, sobretudo os filhos, que utilizam a casa dos familiares para banhos e outros fins. Os elementos mais velhos preferem não depender de ninguém e por isso mantêm-se no acampamento e ali fazem toda a sua rotina diária incluindo a higiene pessoal, preferindo não importunar estes parentes.

O elo de ligação familiar é forte, verificando-se mesmo uma dependência afetiva entre uns e outros. Existe uma solidariedade familiar forte, nomeadamente no que se refere ao apoio em situações de doença e aos cuidados prestados às crianças.

“...são das pessoas que eu conheço que menos pedem apoio, só porque estão doentes! E eles têm que ter as famílias, quando é hora da visita [em internamento hospitalar] vêm quinhentos se for preciso visitar e muito preocupados todos uns com os outros...”

(Técnico superior, 37 anos)

De facto estas pessoas mostram uma grande preocupação com os parentes nas questões de saúde, situação que os leva a rodear e proteger a pessoa doente para que não lhe falte nada.

No que respeita às crianças, excetuando as que estão a frequentar a escola, ficam sob os cuidados e vigilância das mães que acumulam esta função com outras responsabilidades domésticas. Esta tarefa ocupa-lhes grande parte do tempo, o que as impede de terem outras atividades fora dos acampamentos. Uma mãe cigana refere-se a este facto, quando questionada sobre a possibilidade de ir buscar géneros alimentares a uma instituição:

“Não vou porque não me apetece.

P. Não precisa?

R. Não é não precisar, mas é longe e às vezes com o gaiato em cima de mim!

P. Para ir lá tem que levar a criança?

R. Ele não fica com ninguém, sem ser comigo e é muito longe e assim não vou. Ele não se dá com ninguém! Olhe nem para a escola eu vou, eu vou para um curso e ele não me deixa.

P. Anda nalgum curso?

R. Agora vou ser chamada, mas ele ainda é muito pequenino e não me quer deixar.”

(Mulher cigana, 20 anos)

Esta mulher tem apenas um filho, mas encontra-se grávida, o que provavelmente a impedirá de poder participar em cursos de formação ou outras oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal num futuro próximo. Às mulheres estão destinadas as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Magano e Mendes, 2014), situação que as impede de investir em atividade para o seu desenvolvimento pessoal. É sobretudo nas situações de doença e partos que os elementos da família alargada são muito importantes, tomando para si as responsabilidades com as crianças, nomeadamente as outras mulheres do grupo. Estas

crianças encontram-se frequentemente à guarda das tias e avós, quer no acampamento, quer nas habitações das que já foram realojadas.

Até à idade do último ano do pré-escolar, estas crianças ocupam o tempo em brincadeiras, livremente pelo campo, junto das famílias, não lhes sendo feitas grandes exigências ao nível da sua educação. Na opinião de alguns profissionais das instituições que acompanham estas famílias, estas crianças são negligenciadas nas questões de alimentação e perigos para a sua integridade física.

“[...] Depois de ver crianças a brincar com ferros ferrugentos, nuas em pleno inverno, portanto, é tudo normal e não é nada normal, é um modo de vida próprio a que eles se habituam e muitas vezes quando lhes é atribuída casa, falta a parte educacional que é ensinar como é que se vive numa habitação. Eles não sabem viver numa habitação.”

(Técnico superior, 52 anos)

“R. Eu tenho agora uma família, que sei que a mulher cozinha uma vez por festa, posso dizer-te que estou a ir lá há três meses todos os dias e nunca a vi fazer uma única refeição! E tento ir à hora das refeições.

P. E como fazem?

R. Ele vai comprando, vão ao Minipreço comprar frangos assados, comem muito assim... frangos assados, linguiças... ou então produtos mesmo embalados, que venham fechados e coisas secas! Fazem uma alimentação completamente desregulada. Mesmo as crianças, desde Bolicasos, a 7ups, batatas fritas, só porcarias! Não há uma sopa, não há um segundo prato. Lá de vez em quando ela grelha uma carne, ele vai comprar e ela grelha uma carne. Lá de vez em quando!”

(Técnico, 40 anos)

Questionada sobre a possibilidade de não haver uma atuação séria por parte das autoridades no que se refere a situações de negligência com os menores entre a população cigana, um profissional de serviço social, não concorda com esta opinião, embora admitam que possa haver mais alguma tolerância com estas pessoas, refere que as entidades competentes mantêm-se em alerta.

“Não, isso, eu não acho, só talvez nas questões dos menores, haja mais tolerância, mas também há um limite e Évora tem esse exemplo, Évora também já teve intervenção em matéria de promoção e proteção de pessoas ciganas.

P. Já aconteceu?

R. Já, já aconteceu e não há muito tempo, há um ano ou dois, sim porque há coisas que são demais, um menino que vem com uma queimadura, uma mãe que tem alguma debilidade, a morar sem condições, não se pode tolerar, não é?”

(Técnico superior, 56 anos)

É a partir dos 5/6 anos de idade que estas crianças passam a ter um maior participação fora do contexto familiar e dos acampamentos. A obrigatoriedade de frequentarem o ensino escolar vem alterar as rotinas familiares, passa a haver maior exigência sobretudo com os horários, com a higiene pessoal e com a alimentação. É por esta altura que os pais, os homens da família, começam a ter uma maior participação na educação dos menores. São eles que se encarregam, em alguns casos, de os levar para a escola, sobretudo quando existem outros menores que estão ainda à guarda da mãe. Estes ciganos queixam-se das dificuldades que enfrentam para colocar as crianças nas escolas, sobretudo pela falta de transportes e distâncias que têm que percorrer.

“P. As crianças vão todos os dias à escola?

R. Sim, aqui onde me encontro sim, segunda começam outra vez, é de segunda a sexta. Todos os dias! [...] Outras vezes é a pé, agora já têm o passe, andei pr’ái quinze dias até ao Bairro de Almeirim a pé, 4 km pra lá e 4 km pra cá com eles a pé.

P. Mas agora já têm o passe?

R. Agora já têm o passe feito e já foi autorizado.”

(Homem ciganos, 33 anos)

Uma profissional entrevistada dá conta das dificuldades que estas pessoas enfrentam também no transporte para a escola e o esforço que estas pessoas fazem para não faltar. Apesar da dureza das condições de vida, os pais esforçam-se para assegurar a frequência escolar.

“Com autorização da professora para chegarem um bocadinho mais tarde e se a matéria era importante ficavam um bocadinho mais à hora de almoço para a professora lhe passar aquilo que faltava. [Isso era um grande esforço da parte deles!] Eles vinham do Bacelo... Quando o carro estava avariado, eles chegaram a vir a pé... mas eles não faltaram!”

(Técnico superior, 38 anos)

Entre os profissionais das instituições que trabalham com os ciganos entrevistados, a opinião foi unânime, de que a mudança para a inclusão destas pessoas passa pela educação e formação das mesmas. Em consonância com estas opiniões tem sido feito um esforço por parte destas entidades no que se refere à criação de condições que permitam a assiduidade das crianças nas escolas. Foi com a ajuda institucional que este pai tratou dos passes escolares para os seus filhos e prepara-se a transferência dos menores para uma escola mais próxima do acampamento, evitando assim as longas distâncias até ao estabelecimento de ensino.

Por outro lado, na tentativa de proporcionar condições mais adequadas à criança em ambiente escolar, outras diligências foram tomadas, como relata esta assistente social:

“...Os miúdos vinham aqui todos os dias tomar banho, tomar o pequeno-almoço e depois iam para a escola, porque os meninos começaram a ser excluídos na escola, pelos outros miúdos por causa do cheiro a fumo, então eles vinham aqui, tomavam banho, vestiam-se de lavado, a roupa ficava aqui para se lavar e secar e a que era preciso passar a ferro, nós também dávamos uma passadela, a roupa era aqui arranjada, eles no outro dia de manhã vinham, voltavam a despir aquela roupa, voltavam a tomar banho, vestiam a roupa que tinha ficado, tomavam o pequeno- almoço aqui, porque nós providenciávamos na nossa creche o pequeno-almoço para eles.”

(Assistente social, 38 anos)

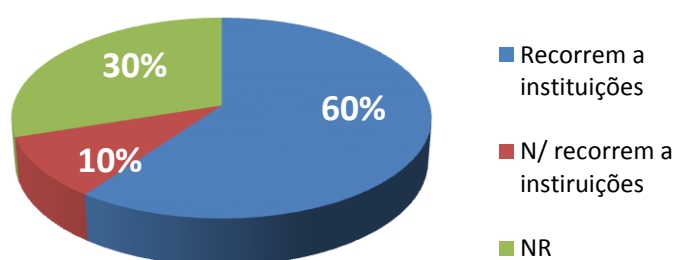
### **Apoios institucionais: Proteção social, alimentação e saúde**

Tratando-se de uma população extremamente pobre, sem autonomia económica para garantir as suas necessidades, recorre com frequência às instituições sociais que lhes prestam apoio a vários níveis, aliás, situação que frequentemente se verifica em outros pontos do país entre as famílias ciganas (Mendes, Magano e Candeias, 2014).

Após a consulta aos dados recolhidos junto dos inquiridos, complementados com a informação de profissionais dessas mesmas instituições que prestam apoio social e que são também membros da URIDI, como mostra o gráfico 18, pode concluir-se que 60% desta população beneficia de apoios sociais das instituições locais. Apenas 10% referiu não recorrer a esse tipo de apoios, este valor corresponde a uma só família, constituída pelo casal e um filho pequeno de 2 anos de idade, a mulher encontra-se grávida. Esta mulher

referiu não recorrer a estes apoios (referia-se a géneros alimentares) porque está longe das instituições, o filho é de colo e tem dificuldades em ficar à guarda de outras pessoas, para trazer alguns bens tem que carrega-los até ao acampamento e ainda tem o filho que a acompanha para todo o lado, por essa razão prefere não ter, não porque não precise, mas porque não tem condições para fazer o transporte.

Gráfico 15 - Agregados familiares que recorre a apoio institucional (%)



No que respeita às instituições elencadas pelos inquiridos como sendo as que lhes prestam apoio na maior parte das vezes, verifica-se que 4 agregados são utentes da Cáritas Diocesana de Évora, 3 agregados são utentes do Centro Comunitário da Cruz Vermelha Portuguesa, a Associação Pão e Paz apoia 1 agregado e a Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar Social da Cruz da Picada apoia 4 agregados, como mostra o gráfico 19.

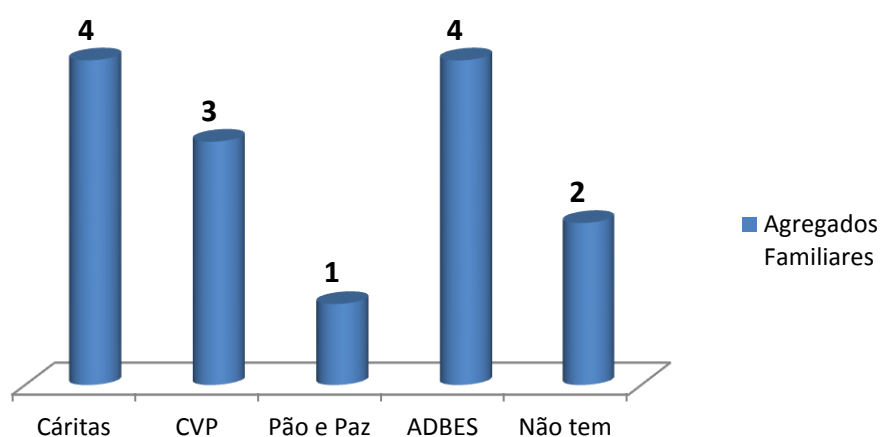
Estas instituições, para além de estarem ao serviço da comunidade em geral, têm uma larga experiência de intervenção com famílias ciganas, não apenas com os 9 agregados que se encontram estabelecidos e desalojados em Évora, como também com alguns dos que já foram realojados em habitação social e os que se deslocam a Évora ou acampam ocasionalmente. Os apoios prestados a esta população em particular são habitualmente a cedência de géneros alimentares secos ou embalados, roupas de vestir, agasalhos e roupa de cama, prestações pecuniárias, serviço de lavandaria, serviço de balneário e num caso específico e isolado, o serviço de cantina social.

Um dos técnicos entrevistados quando se lhe pergunta se os ciganos procuram os serviços da instituição acrescenta esta lista de forma graciosa, com um sorriso, mostrando um certo orgulho:

“Lavar roupa, tomar banho, dos próprios e das crianças, tomar o pequeno-almoço, vir buscar roupa, vir buscar alimentos, material escolar, ocupar o tempo, integrar uma das nossas atividade, ir à piscina, vamos à praia, vamos dar umas voltas, vamos ao «Preço Certo»! Temos várias atividades que eles procuram, está aberto a toda a comunidade mas que se calhar eles utilizam mais. Principalmente esses serviços que, quem vive numa tenda não tem.”

(Técnico superior, 40 anos)

Gráfico 16 - Total dos agregados familiares distribuídos por instituições onde recorrem



No caso do apoio em cantina social é prestado pela Associação Pão e Paz e conta apenas com um beneficiário deste grupo, um homem de 50 anos que reside sozinho no acampamento. Alguns destes ciganos referiram não gostar de receber comida confeccionada, preferindo ser eles próprios a confeccionar as refeições, situação pela qual não se registam beneficiários ciganos nas cantinas sociais existentes em Évora à exceção de um caso. Esta situação foi também referida por alguns técnicos de instituições de primeira linha de intervenção que encaram este condicionalismo como um constrangimento grave à intervenção. Por vezes, a disponibilidade do apoio em géneros não se torna tão adequada a certos casos, no entanto, não se coloca a alternativa de

frequência de uma cantina social porque não aceitam este tipo de apoio, preferindo confeccionar as próprias refeições.

“O que acontece é... e eu não tenho dificuldades, não tenho é respostas adequadas à etnia, muitas vezes. Por exemplo, em termos alimentares, a etnia, e eu também me consigo identificar, tem muita dificuldade em aceitar alimentos confeccionados e eu identifico-me inteiramente e não sou cigano. A resposta que existe para famílias com estas características é quase nula, porque existe alguma, muito limitada que não pode ser aplicada aqui porque implica a existência de um frigorífico. Existem géneros alimentares mas não podem ser dados em quantidade que é dada habitualmente porque lá está! Não há frigorífico, não há fogão.”

(Técnico superior, 38 anos)

Entre a população maioritária existe a ideia de que os ciganos são pessoas que dependem e abusam dos serviços e apoios sociais. Em alguns casos, os entrevistados são da opinião de que existe uma tendência para a utilização abusiva numa franja da população portuguesa onde se incluem os ciganos, no entanto, atribuem mesmo a culpa ao próprio Estado que cria situações de dependência e de acomodação dos beneficiários através de medidas de política social que permitem essa relação de dependência:

“Porque essa necessidade às vezes é a minha, pode não ser a deles e atualmente, garantidamente em muitas famílias beneficiárias de RSI, de etnia cigana ou não, não existe a necessidade! E não tem que haver! A alimentação está assegurada, a habitação está assegurada, os cadernos dos miúdos estão assegurados e depois de efetuada a contabilidade mensal ficam muitas vezes com rendimento disponível superior ao de um técnico superior que trabalha. [...] Uma família com seis elementos, com habitação social, depois de feitas as contas fica bem melhor do que nós.”

(Técnico superior, 38 anos)

“Eu acho que a responsabilidade é dos próprios governos, porque lá está, porque são minorias e porque é só direitos, deveres não têm nenhuns, eles não trabalham, o trabalho deles é o quê?”

(Técnico, 52 anos)

O RSI é muitas vezes encarado como um apoio social atribuído com maior incidência às pessoas ciganas, esta ideia que se generalizou entre a população maioritária. Embora estes Em 2008, um estudo realizado pelo Instituto da Segurança Social estimou que 5.275

famílias ciganas eram beneficiárias de RSI, perfazendo um peso de apenas 3,9% relativamente ao total das famílias beneficiárias desse apoio social (Santos e Marques, 2014, p. 41).

A população cigana estudada recebe, na totalidade, prestação de Rendimento Social de Inserção ou Pensão Social de Invalidez atribuídos pela Segurança Social. O que de certa forma se justifica, dado o grau de pobreza em que estas famílias se encontram e por não estarem inseridos no mercado de trabalho, não auferindo rendimentos provenientes do trabalho. Contudo, a ideia de utilização de serviços e apoio de forma abusiva por parte dos ciganos não é partilhada por todos os profissionais entrevistados.

De um modo geral esta população apenas costuma procurar os serviços sociais por motivos relacionados com a prestação do RSI. De acordo com uma das entrevistadas, *“é difícil haver outros motivos e de alguma espontaneidade que não seja associada à prestação mensal, que essa população se dirija aos serviços”* (Técnica superior, 56 anos). É possível que o facto de não pedirem outro tipo de apoios esteja diretamente relacionado com a sua própria iliteracia e desconhecimento sobre outros recursos existentes.

“Ao contrário do que acontece com a população não cigana, em que se dirige ou porque vem perguntar da hipótese de um lar para um familiar, de um apoio da área da deficiência, de um complemento a uma prestação, em muitas outras áreas mais abrangentes, já atendemos pessoas que nos vêm perguntar sobre apoio a doença mental, ou esquizofrenia, uns serão mais da nossa área ou não, mas nós somos, no serviço onde eu trabalho e na área onde eu trabalho, um serviço de porta aberta. Mas a população cigana nunca recorre a nós para isso, elas aparecem, vem ao nosso atendimento porque requereram a prestação do Rendimento Social de Inserção, na realidade onde eu trabalho eles estão muito associados à prestação.”

(Técnico superior, 56 anos)

No que se refere à escassa procura dos apoios sociais há aqui duas possibilidades para que isso aconteça: por um lado pode ser que estes ciganos não “gostem” de pedir apoios, apenas recorrem à prestação de RSI por questões de necessidade absoluta, uma vez que não apresentam outros meios de subsistência e, por outro lado, pode ser que não recorram a outros apoios por desconhecimento da sua existência.

Também no que respeita às questões de habitação, entre os técnicos surgiu a ideia de que eventualmente a atribuição de habitação social beneficia as pessoas ciganas de forma

discriminada, praticando-se uma discriminação positiva de mais realojamentos entre pessoas desta origem cultural. No entanto, os dados avançados pelo município sobre a incidência de famílias ciganas realojadas em habitação social, revelam que apenas 8% dos fogos disponíveis estão atribuídos a famílias ciganas, contrariando essa opinião.

“Os ciganos em Évora terão umas características próprias, eles estão muito habituados a que a habitação social em Évora lhes atribua casa, é uma especificidade desta cidade trabalhar muito com as famílias ciganas, agora também com os novos projetos de inclusão dos desalojados que o Presidente da República veio falar, ainda mais essa temática acabou por ser abordada.”  
(Técnico superior, 52 anos)

Analisando a situação no que se refere a centros hospitalares e de saúde, estes ciganos responderam nos seus inquéritos e entrevistas que frequentam e utilizam os serviços somente quando se sentem doentes ou para consultas e exames que lhes sejam marcados. A confirmar estas informações, os profissionais entrevistados referem que a sua ocorrência a estes serviços verifica-se sobretudo em situações de doença, embora as obrigações impostas aos beneficiários de RSI os obrigue a comparecer mais vezes aos serviços.

“Quando eles chegam aqui e não têm médico de família, tenho que lhe atribuir um médico de família, neste momento só temos um, as unidades estavam a receber, deixaram e desde maio que foi criada esta unidade, que é o USB, que tudo vem aqui ter, independentemente de serem de etnia cigana ou não. [...] Porque eles depois também precisam das vacinas, porque também depois em certas escolas, eles também exigem que levem o cartãozinho das vacinas e é esse encaminhamento todo que eu tenho que lhe fazer a eles.”  
(Técnico, 52 anos)

No entanto, a permanência nestes locais de serviços públicos resume-se ao tempo estritamente necessário aos tratamentos e logo que sejam atendidos, não permanecem durante muito tempo. Ao contrário do que acontece com pessoas não ciganas em situação de exclusão social, que por vezes procuram estes serviços, não por estarem doentes, mas para satisfazerem necessidades alimentares, ou, em casos de isolamento, para se sentirem acompanhadas.

“eu tenho conhecimento de algumas pessoas que vão lá, tenho quase a certeza que vão lá por questão de fome ou por questões de convívio e continuam a ir à urgência e a urgência é um

sítio onde não se devia ir, haverá outras instituições para conviver e comer, [...] E eles [os ciganos] quase nunca querem comer, é raro, [...] aquela gente nunca fala em fome e quando vem a hora da refeição que se lhe pergunta o que quer comer, dizem que não querem, que têm lá a filha ou a prima ou que está alguém lá fora [...] em termos de apoios, são das pessoas que conheço que menos procuram esses apoios, nem de serviço social, nem de comida, nem de quererem lá passar a noite, pelo contrário, quando estão tratados, o médico viu, querem-se é ir embora e detestam lá ficar, por acaso nesse aspeto eles são diferentes.”

(Técnico superior, 38 anos)

De acordo com os técnicos de saúde, as pessoas ciganas recorrem aos serviços públicos numa medida adequada às suas necessidades, ou às necessidades por si percecionadas, limitando-se ao seu uso para questões essenciais à sua saúde.

No decurso das entrevistas aos profissionais que trabalham com esta população, percebeu-se alguma complexidade nas relações mantidas. Ainda assim, parece haver alguma sensibilidade destes profissionais para questões mais específicas e, por isso, merecedoras de outra atenção.

“É um contacto um bocadinho diferente, é um contacto mais intenso, no sentido em que, os outros [realojados] raramente os visito, a não ser os novos [alojados em 2018], os novos estou a visitar com alguma regularidade. Nestes é um bocadinho mais intenso e tenho mais cuidado, aviso-os mais vezes de que temos o balneário – Olhe! Não esteja a lavar a roupa neste alguidar, não esteja a fazer isso que nós temos lá máquina de lavar, lava lá, seca lá. É um cuidado diferente, eu tenho aí uma peça de roupa quente para uma cama, se tenho um colchão, mais facilmente os vou visitar e levo – olhem! Achei que a vocês lhes podia fazer falta este inverno. Mais a uma família destas do que às outras.”

(Técnico superior, 38 anos)

“Não, não é uma dificuldade particular, mas uma especificidade que pronto! Eu e esta associação, com a história que tem e o trabalho de décadas que se desenvolve aqui neste território, obviamente temos um conhecimento, do terreno e da etnia, privilegiado em relação a outras associações e outras instituições que existem em Évora. Porque trabalhar com ciganos, exige um know-how técnico, algumas especificidades, que muitas vezes o meio académico não prepara os técnicos para a realidade que vai encontrar, porque mesmo as comunidades, como eu disse, as comunidades ciganas são muito diferentes umas das outras, em muitos locais. O elevado nível de analfabetismo, por exemplo, que eles têm, dificulta, por exemplo, muito do trabalho, aliás! Não dificulta! É uma adaptação que a gente faz, o preenchimento de um

questionário, o técnico tem sempre que preencher por eles, não é? Por exemplo a questão da assinatura tem que ser uma impressão digital, coisas que nós estamos habituados hoje em dia noutra trabalho social, na comunidade cigana as coisas são um bocadinho diferentes. O muito cuidado a falar de determinadas questões, questões por exemplo... os animais, por exemplo noutras comunidades, o tratamento aos animais, os animais estarem soltos, o fogo, os cuidados a terem com o fogo, a obrigatoriedade e a motivação que têm que ter para levarem as crianças à escola, a igualdade de género, pronto! Tudo isso são questões que obviamente nesta comunidade têm que ser geridas um bocadinho com pinças e com conhecimento de causa.”

(Técnico superior, 40 anos)

Através das entrevistas aos técnicos sociais das instituições que trabalham com esta população cigana, percebeu-se que se trata de um trabalho muito intenso, que é feito de avanços e recuos e para o qual nem sempre as instituições estão preparadas, tanto ao nível financeiro como ao nível dos recursos humanos.

“Poderíamos dar outro tipo de apoio, poderíamos também ajudar mais, se calhar, em termos de materiais e se calhar ajudar mais a nível dos recursos humanos, termos mais técnicos no terreno, mas isto vai bater tudo no mesmo, na parte financeira, [...] Agora sou eu para tudo e fazemos muito e mobilamos e articulamos e ensinamos, neste momento também somos educadores sociais deles, este aqui de cima [a residir ao lado da instituição] levaram daqui uma data de loiça, o rapaz só porque se zangou lá com a prometida, que não queria aquela prometida, partiu a loiça toda, se vires aqui pela rua ainda lá há cacos, mandou a loiça toda lá do quarto andar cá para baixo. Se apanha uma idosa desta que aqui vai a passar? E os carros? Eu tive que tirar o meu carro à pressa... E dizer-lhes - “não faças chichi aí à porta de casa! Já não estás na barraca, agora já tens uma casa de banho”...

(Técnico superior, 38 anos)

Estes profissionais revelam sentimentos de frustração por saberem que podiam fazer mais, no entanto, devido a constrangimentos financeiros e de falta de recursos humanos não podem criar novas respostas ou até mesmo manter por muito tempo algumas que já estão implementadas no terreno com relativo sucesso. Referem que, muitas vezes, a intervenção é feita às custas da boa vontade dos técnicos e esforço financeiro das próprias instituições, com prejuízo para outras área com mais impacto, sendo que no final de contas, existe até uma falta de reconhecimento por parte da comunidade,

“se calhar falta um bocadinho de divulgarmos mais aquilo que a gente faz”

(Técnico superior, 40 anos)

Apesar de se poder fazer um balanço muito positivo da intervenção destas instituições à sobrevivência destas famílias e apesar de se perceber a satisfação dos técnicos neste trabalho, percebe-se também alguma inquietação e ceticismo no que se refere ao significado que estes ciganos lhes atribuem e como a encaram:

“Eu não tenho dificuldade nenhuma em trabalhar com a etnia cigana, nunca me faltaram ao respeito, nunca me fizeram uma ameaça, nunca não acataram uma decisão minha, ouvem sempre... eles depois só fazem aquilo que eles querem! Ouvem as minhas sugestões, aceitam-nos nos acampamentos, ainda hoje passei a manhã nos acampamentos, deixam-me estar, deixam-me ver. Eu entro dentro das barracas, eu vejo, eu mexo... não sinto a menor dificuldade em trabalhar com eles. Sinto é que muitas vezes nós estamos a impor coisas e não lhes perguntamos: vocês querem? [...] Porque enquanto eles tiverem estes comportamentos de fazer lumes à porta do prédio, de fazer chichi e cocó à porta do prédio, de incomodar os vizinhos, eles fazem o que faziam na barraca, acabam de comer, estes aqui então, este miúdo aqui, o filho, está a comer um bocado de carne, não lhe apetece mais, deita-o pela janela, como fez com a loiça toda. Portanto, a partir do momento em que... eu acho que esta mudança tem que ser deles, agora é como dizia há pouco: eles querem vir? - Vocês querem esta mudança? Se querem, têm que assumir que querem e mudar!”

(Técnico superior, 38 anos)

“Muitas vezes nós que trabalhamos nos serviços sociais é que estamos a arranjar a necessidade pelos beneficiados, há muitos deles que não vê essa necessidade. Temos casos em que foi atribuída habitação social há relativamente pouco tempo e assim que a habitação lhes foi atribuída, retiraram-se durante três meses e provavelmente foram viver numa situação de acampamento... Não digo uma preferência [por acampamento] dou um exemplo, uma criança que nunca teve pai, nunca vai sentir falta do pai, podemos dizer que sente falta de um pai, mas nunca vai sentir falta do pai.”

(Técnico superior, 38 anos)

Estas declarações revelam algumas cautelas ou receios no que respeita à intervenção que se promove em torno das pessoas ciganas desalojada. Estes profissionais aparentam ter a noção que, implicitamente a intervenção não se está a propor, mas sim a impor, sem que tenha havido uma consulta prévia aos principais interessados. Esta situação pode criar, ou já criou uma certa ambivalência no que são os sentimentos dos ciganos alvo desta

intervenção, o que lhes é oferecido versus exigido. Estes profissionais mostram dúvidas sobre uma integração cujos moldes não levam em conta as especificidades culturais de uma população e receiam que os sentimentos que se desencadeiam possam prejudicar uma verdadeira inclusão e a liberdade cultural.

No que respeita ao estado de saúde, a população cigana respondeu existirem alguns casos de doença permanente e ainda situações pontuais de doenças temporárias, nomeadamente do foro respiratório, decorrentes da falta de condições de habitabilidade e conforto.

Tabela 14 - Estado de saúde da população total

Estado de Saúde	População Total			Total
	Crianças	Homens	Mulheres	
Doença permanente	0	4	4	8
Ausência de doença permanente	9	7	5	21
<b>Total</b>	9	11	9	29

De acordo com a informação constante na tabela 14, verifica-se que do total de 29 indivíduos, 8 apresentam doenças permanentes, 4 homens e 4 mulheres. As restantes 21 pessoas não apresentam doenças permanentes, onde se incluem os menores do grupo, pese embora tenham ocorrido relatos sobre largos períodos de doença respiratória nestas crianças, sobretudo no inverno, por ficarem expostas ao frio e humidade.

Estes dados revelam que 72% da população não apresenta doenças graves ou crónicas, enquanto 28% de todo o universo referiu sofrer de pelo menos uma doença permanente. Ainda assim, de uma forma geral, não aparentam problemas de saúde particularmente grave que os impeça de terem uma vida autónoma e independente.

A maior percentagem de pessoas portadoras de doenças permanentes concentra-se na faixa etária mais elevada, apresentando-se os jovens mais saudáveis. Até aos 49 anos apenas duas pessoas sofrem de doenças permanentes, uma mulher referiu ter eczema atópico

crónico, provocado por fenos e pólen e agravado pela permanência no campo e um homem de 27 anos apresenta sequelas cerebrais causadas por comportamentos aditivos no passado.

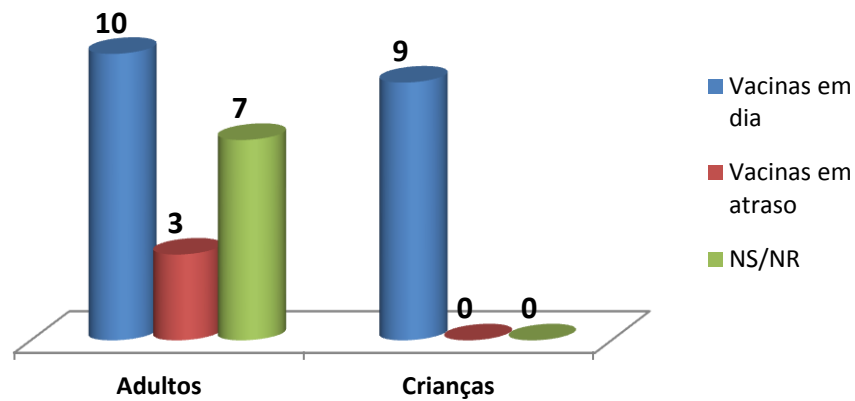
O relato deste grupo de ciganos, referente às doenças que os afetam é coincidente com a maioria das doenças elencadas no Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, correspondendo estes grupo ao padrão identificado a um nível mais amplo, sobre os ciganos em Portugal. Ainda de acordo com este estudo, e sob o ponto de vista dos entrevistados, não apresentam problemas de saúde graves, sendo que a maior prevalência de doenças estão relacionadas com a higiene oral, sobretudo nas crianças, doenças do foro psiquiátrico, como é o caso da depressão, toxicoddependência, maus hábitos alimentares e problemas decorrentes da consanguinidade (Mendes, Magano e Candeias, 2014, p.102).

Nas pessoas estudadas estão diagnosticadas e são conhecidas pelos seus portadores, doenças cardíacas, do tipo insuficiência cardíaca e hipertensão arterial; doenças dos ossos como osteoporose e osteoartrose; depressão, eczema, diabetes. Regista-se ainda um caso de deficiência mental e outro de sequelas cerebrais provocadas por comportamentos aditivos, que afetam dois homens com 50 e 27 anos respetivamente.

Todos os agregados familiares têm médico de família atribuído em centros de saúde da cidade de Évora. Estas pessoas recorrem com frequência à unidade de saúde em que estão inscritas e aí lhes são prestados os cuidados primários, preventivos e de rastreio que são recorrentes nestes serviços. Referiram ainda consultar frequentemente os seus médicos de família em caso de doença, reservando as idas às urgências hospitalares para casos mais graves, ou quando os centros de saúde se encontram encerrados. Os cuidados de saúde desta população são prestados exclusivamente pelo Sistema Nacional de Saúde, não tendo sido referidas idas a médicos particulares.

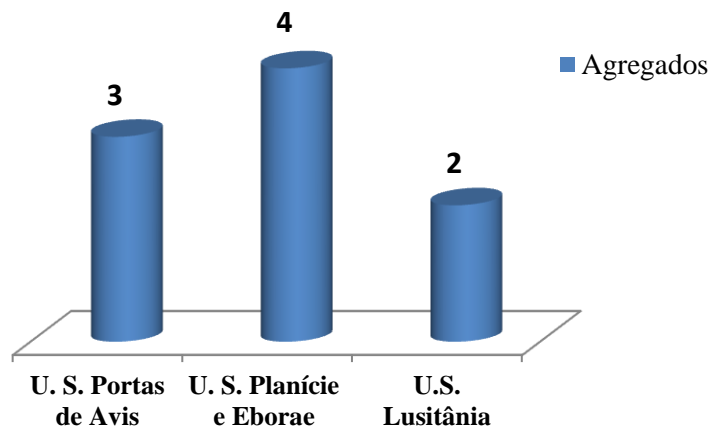
No que respeita à vacinação, conforme mostra o gráfico 20, as crianças estão todas vacinadas, relativamente aos adultos, 3 deles referiram encontrar-se com vacinas em atraso, no entanto, a situação reporta a casos em que não foi possível a vacinação por motivos de doença ou outras situações pontuais. Contudo, ficou por apurar a situação referente a 7 pessoas adultas desta população

Gráfico 17 - Vacinação



Importa referir que sendo a taxa de vacinação de 100% entre as crianças e muito elevada entre os adultos, estes resultados apresentam-se bastante satisfatórios no que respeita à prevenção de doenças.

Gráfico 18 - Unidade de Saúde e atribuição de médico de família



O gráfico 21 representa as unidades de saúde onde estes agregados familiares estão inscritos e lhes foi atribuído médico de família, a 3 agregados foi atribuído médico de família e prestados os cuidados de saúde primários na Unidade de Saúde das Portas de Avis, 4 agregados responderam ser atendidos para os mesmos fins na Unidade de Saúde Planície e Eborae e por fim, 2 agregados responderam ser utentes da Unidade de Saúde Lusitânia. À exceção de 3 agregados familiares que se encontram próximos do centro de

saúde a que pertencem, todas as restantes famílias se encontram a uma distância considerável dos centros de saúde, 4 km ou mais.

No geral e tendo em conta os dados apresentados relativos às questões de saúde pode considerar-se que esta parte da população consegue assegurar razoavelmente os cuidados de saúde necessários ao seu bem-estar. Apesar de que, como também se verifica noutros locais do país, os cuidados de saúde ficam completamente dependentes do Sistema Nacional de Saúde, não havendo lugar a situações de tratamentos em serviços ou médicos particulares (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

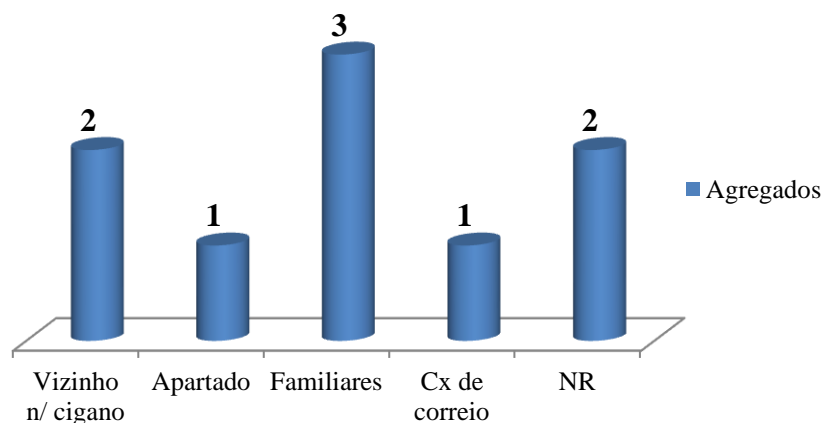
### **Prática de culto religioso**

No que se refere à prática de culto religioso, estes indivíduos referiram não ter práticas religiosas ou preferência por alguma religião. Durante os inquéritos, duas mulheres referiram já ter assistido a uma ou duas reuniões de cariz religioso, a convite de pessoas amigas, no entanto, não se tornaram assíduas nessa prática e não conseguiram identificar a igreja ou religião a que se referiam essas reuniões, pelo que não se pode considerar prática recorrente de culto religioso. Assim, ao contrário da adesão que se pode encontrar em outros contextos à Igreja Evangélica ou outra na população estudada não se verifica essa prática.

### **Receção de correio**

Outra questão importante que se verificou é que estando estas famílias em situação de desalojamento, portanto sem habitação, como superam o constrangimento de não poder apresentar uma morada para efeitos legais e quotidianos de receção de correio? O gráfico 22 mostra as respostas dadas pelos inquiridos:

Gráfico19 - Morada para expedição do correio



De acordo com o gráfico, 5 agregados familiares recorrem a moradas de terceiros para efeitos de receção de correio, 2 deles referem receber o correio através de um morador próximo do acampamento que lhes presta o favor de receber a correspondência em sua casa e lha entregar e 3 agregados referem receber o correio no domicílio de familiares que se encontram a residir em habitação. Apenas 1 agregado afirma usar o sistema de apartado dos CTT e 1 outro refere que colocou uma caixa de correio próximo do seu acampamento, à beira da estrada e como os carteiros que efetuam o serviço conhecem a família, depositam a sua correspondência nesse local.

A não existência de uma morada tem implicações legais, nomeadamente no que se refere à obtenção do Cartão de Cidadão. Alguns dos inquiridos não se recordam como ultrapassaram essa questão e outros referiram que a morada utilizada foi a mesma na qual recebem a correspondência.

### **1.5. Perspetivas face à habitação: a expectativa de que algum dia tenham acesso**

Todas as pessoas que participaram neste estudo declararam o desejo de terem acesso a uma habitação. Durante o tempo em que decorreu o trabalho de campo, em que se acompanhou

um pouco do dia-a-dia destas famílias, fomos percebendo que a ideia de virem a ter uma habitação é central e permanente. Esta ideia é transversal aos seus desejos, frustrações, dificuldades, tristezas e ambições. Seja uma necessidade ‘imposta’ por terceiros ou verdadeiramente percebida pelos próprios residentes em acampamento, a verdade é que estas pessoas manifestam o desejo de ter uma habitação, como poderemos constatar pelas transcrições que apresentamos de seguida:

Ai Nossa Senhora! Isso nem é pergunta para me dizer! Então não é? Eu tenho dias que tomo os comprimidos da tensão, também tomo à noite! Eu, até calmantes tomo, que a minha tensão andava sempre alta, eu, dia sim, dia não, ia para o banco de urgência. Eu ia entrando em coma veja lá! De tantos comprimidos que eu tomava, se demoro mais cinco minutos tinha morrido!

P. Acha que tem a ver com a questão de não ter casa?

R. O stress que a gente tem, é o stress. Eu tenho dias aí, que eu choro! Acredita?

(Mulher cigana, 63 anos)

R. Claro que era muito melhor! Quer dizer que não era andarmos aqui, assim começa a chover e estamos aqui! [...] O meu pai também já aí andou muita tempo e estava numa cadeira de rodas e precisava de casa e ele teve aqui dois anos, aqui em Évora fora de tempo, ele há quatro anos ficou numa cadeira de rodas e está com 57 ou 58 anos e então agora deram-lhe uma casa!

P. E ficou melhor?

R. Claramente que sim!

(Homem cigano, 33 anos)

R. Isso não há palavras, era um desejo!

P. Ainda se lembra de ter morado numa casa?

R. Mais ou menos, porque ali era muito...

P. Não gostava de morar na zona?

R. Vendiam muita cena e a gente não gostava daquilo, vivíamos à nossa maneira. [...] Eu acho que a diferença aí [sobre a discriminação] é de vivermos assim numa barraca,

P. Só os ciganos é que vivem em barraca?

R. Logicamente! Só os ciganos é que vivem em barraca, aqui em Évora só a gente. Porque é assim, tenho muitos amigos, não é? E gosto de beber uns copos...

P. Mas esses amigos são todos ciganos?

R. Não, não, oh! Tenho muitos sem serem ciganos, saio muito com eles! Eu no dia 20 faço anos, se tivesse uma casa, chamava os amigos, então e assim? Acha que vou chamar? Não vale a pena, eles é que me chamam para a casa dele, mas se eu tivesse uma casa chamava-os eu para a minha, mas assim... nem vale apena!” (Homem cigano, 20 anos)

Sim, claro que sim! Sair daqui e entrar numa casa é uma coisa diferente, é o dia para a noite!

Por amor de Deus!

(Mulher cigana, 25 anos)

Quando foi perguntado a estas pessoas se desejavam ter uma casa, mostraram dois tipos de reação, no entanto, uma mesma vontade. Por um lado, os que abriram um sorriso e alteraram o tom de voz, em sinal de satisfação face a essa possibilidade. Por outro lado, os que mostraram alguma admiração pela pergunta, “*Claro que quero uma casa! Isso nem se pergunta!*” As respostas que obtivemos a estas questões todas se direccionaram num sentido positivo, evocando os benefícios de viver numa habitação, não foram mencionados aspetos que por vezes são referidos pela população não cigana e cristalizados no senso comum, como o sentimento de liberdade, a liberdade do campo, a preferência pela itinerância, ou gosto pelas viagens.

Quando questionados sobre as diligências que têm efetuado nesse sentido, todos responderam estar inscritos para habitação social, contudo, alguns deles referiram que nem sempre levaram a sério essa inscrição, faltando a convocatórias e não cumprindo a entrega de documentos que lhes era solicitada. Outros, não percebem porque ainda não foram realojados, referem não saber responder, apontam por vezes as responsabilidades às autoridades locais, sob a figura do Presidente da Câmara.

Os procedimentos habituais da empresa de habitação social<sup>33</sup>, após a inscrição para habitação social, implicam a entrega de todos os documentos que lhes sejam solicitados pela empresa, com relevância para o processo, implicam ainda que a pessoa inscrita entregue essa documentação voluntariamente, sempre que se verifiquem alterações à composição do agregado familiar, à residência, rendimentos da família e alteração de contactos telefónicos. Ficam também sujeitos a uma visita ao local de residência, sendo que o incumprimento de alguma destas obrigações pode ditar a inatividade da inscrição. Estes procedimentos, embora sejam bem compreendidos pela maioria da população com mais escolaridade, tornam-se complexos e demasiadamente burocratizados para uma parte da população que não sabe ler e escrever. Isto revelou-se no momento em que lhes pedi

---

<sup>33</sup> Estes procedimentos são transmitidos verbalmente ao munícipe no ato da inscrição e veiculados através de documento facultado também no ato da inscrição.

que me explicassem o que teriam que cumprir face à empresa gestora de habitação social para manterem o seu processo ativo, na maioria dos casos não souberam responder. Por outro lado, o histórico de mobilidade destas famílias potencia as situações de não residência nos locais referidos, nos momentos das visitas dos técnicos.

Para estes ciganos a possibilidade de uma habitação é o realojamento em habitação social, quando questionados acerca da possibilidade de um arrendamento no mercado privado, responderam que não têm feito tentativas por falta de recursos económicos.

“Em qualquer lado que me dessem! Menos para aquele lado [Cruz da Picada e Malagueira]. Aqui para este lado que me desse, nem que fosse uma casa só com um quarto, uma cozinha e uma casa de banho, para mim chegava. Eu dou-me bem com toda a gente, olhe, eu criei oito filhos na minha casa e quando eu abalei as vizinhas choravam por mim, mandavam os meus filhos buscar as compras...”

(Mulher cigana, 57 anos)

“Pois, o dinheiro que a gente recebe é para a gente comer, não vou pagar uma renda numa casa, obrigamo-nos a estar aqui, mas o dinheiro é para comer. Se os gaiatos é preciso calçar, calçame-se, uma roupinha, compra-se, o resto é tudo para comer o mês inteiro até que venha o outro.”

(Mulher cigana, 63 anos)

Também entre os técnicos, quando questionados sobre as possibilidades de um arrendamento no mercado privado, reconhecem pouca viabilidade nesse processo, as respostas centram-se nas questões do preconceito sobre as pessoas ciganas que as remete para uma relação de desconfiança por parte dos senhorios. Alguns técnicos testemunharam situações graves de discriminação e preconceito sobre famílias ciganas que tentaram arrendar habitações no mercado privado.

“No meu ponto de vista, um deles é que existe uma dificuldade tremenda de um indivíduo de etnia cigana conseguir arrendar habitação no mercado privado de arrendamento, os motivos vão desde o racismo e até em muitos casos já conhecidos, que se calhar até se valida que seja difícil,”

(Técnico superior, 38 anos)

“Não, não, a casa é a casa que vai ser atribuída, mas também é uma opinião muito pessoal, sem fundamento técnico, a percepção que eu tenho precisamente é que a Habévora é a santa padroeira das casas.”

(Técnico superior, 40 anos)

No sentido de se perceber o impacto que o acesso a uma habitação poderá ter sobre estas pessoas, foi entrevistado um casal, realojado recentemente em habitação social. Este casal reside com um filho maior de idade, que integra ainda o seu agregado familiar e viveu em acampamento até agosto de 2018. Atualmente com 57 e 59 anos, estas pessoas são pais de alguns dos elementos das famílias estudadas, mudaram-se para Évora quando os filhos eram pequenos, alguns nasceram já nesta cidade e aí permaneceram até ao momento. Ao longo destes anos, tentaram fixar-se em vários pontos da cidade sem nunca terem tido um local seguro para montarem o acampamento, mudando-se por vezes e percorrendo vários pontos da cidade. Na sua entrevista, referiram que nunca tinham tido uma casa, o homem falou dos seus tempos de solteiro, em que habitava com os pais numa barraca mais “*ajeitada*”, feita em chapas de zinco e madeira, como ele próprio a caracterizou.

Quando questionados sobre o realojamento e as melhorias de vida que uma habitação lhes trouxe, tentaram expressar a satisfação que sentem e embora não tenham conseguido verbalizar muitos pormenores, percebe-se nos seus olhares e expressões o gosto que têm pela casa:

“Mudou muita coisa, melhorei muito, tenho uma casinha de banho aqui mais perto, o calorzinho é outro... só o conforto! O que não era andar daqui para ali, estamos mais descansados, nós mais o meu rapazote.”

(Homem cigano, 59 anos)

Este casal aguarda agora que os outros filhos tenham a mesma sorte, que possam ser realojados e deixem para trás os acampamentos. Sofrem pelos netos, que são crianças e estão expostos às condições adversas do campo. Referem que o que mais desejam era ver os filhos e os netos a reconstruir as suas vidas numa habitação. Referem as melhorias na saúde, o homem tem graves problemas de locomoção, desloca-se em cadeira de rodas e refere as dificuldades que sentia no acampamento, para fazer a higiene e outras tarefas quotidianas.

Em resumo, as pessoas ciganas desalojadas embora não tenham esgotado todas as hipóteses de procurar uma habitação pelos seus próprios meios e não tenham sempre acautelado a entrega de documentos e outras obrigações junto da empresa que gere a habitação social, têm o desejo de ser alojados.

### **Perspetiva dos intervenientes profissionais**

Algumas das questões colocadas aos entrevistados de instituições locais pretendiam captar o seu ponto de vista no que diz respeito às responsabilidades sobre a falta de habitação destes ciganos. No entanto, o tipo de entrevista que adotámos, com perguntas abertas, deu a possibilidade aos respondentes de se expressarem com liberdade sobre os temas colocados, o que originou uma diversidade nas respostas obtidas.

Assim, no que diz respeito às responsabilidades institucionais, embora se tenha tentado que os entrevistados se centrassem sobre os ciganos que residem em Évora e que não têm casa, algumas respostas foram genéricas, tomando-se como referência, parte das vezes, todos os ciganos dos acampamentos, quer os que vivem permanentemente em Évora, bem como os que passam em itinerância pela cidade, ou seja, as respostas referem-se aos que se encontram em situação de exclusão social no geral, mas sempre em torno das questões da habitação. As respostas obtidas estão muito relacionadas com o maior ou menor conhecimento que os entrevistados detêm sobre esta parte da população. E assim, as perspetivas distinguem-se por um grau de subjetividade diferente.

Uma pequena parte destes entrevistados (dois) aponta as responsabilidades da falta de habitação unicamente aos próprios ciganos, evocando aspetos culturais da própria etnia como a historicidade, o modo de vida nómada, o gosto pela liberdade, pelo campo e a sua própria desresponsabilização nos processos de inclusão. É o caso desta entrevistada que não tem dúvidas em incutir a grande fatia de responsabilidade aos próprios, justificando a sua resposta com a indicação de um conjunto de comportamentos antissociais:

“A eles próprios, eles também nada fazem para que a vida deles mude, eles nunca estão disponíveis para trabalhar, nunca estão disponíveis para integrar as crianças nas escolas, são famílias muito difíceis de acompanhar, nunca vão ao Centro de Saúde, se não formos nós, os

serviços, a andar atrás deles, eles exigem, exigem mas depois pouco dão ou nada dão e isso também não pode ser assim.”

(Técnico superior, 52 anos)

Uma outra entrevistada vai um pouco mais longe, responsabiliza o Estado por tolerar e contribuir para os abusos levados a cabo pelo grupo populacional cigano, deixando transparecer a ideia de discriminação positiva sobre grupos minoritários, face à restante população.

“Eu acho que a responsabilidade é dos próprios governos, porque lá está! Porque são minorias e porque é só direitos, deveres não têm nenhuns, eles não trabalham, o trabalho deles é o quê? As feiras, a droga, basicamente é daquilo que eles vivem, não vivem de mais nada, eles não trabalham, porque você não vê, ou raramente vê um cigano a trabalhar seja naquilo que for.”

(Técnico, 52 anos)

No entanto, outros entrevistados adotam outra postura e encaminham as suas respostas num sentido inverso, acusando e responsabilizando a postura preconceituosa da sociedade:

“Por outro lado está a nossa sociedade, que olha para o cigano como sendo um gatuno e mentiroso e vândalo.” (Técnico superior, 38 anos).

Os técnicos entrevistados reconhecem que há responsabilidade por parte das pessoas e devem fazer algo por elas próprias mas reconhecem também que eles são afastados e rejeitados e dificilmente se envolvem ou são chamados a envolver-se para resolução dos seus problemas. É o caso desta entrevistada que refere que os ciganos até vão tendo algum apoio em questões da sua sobrevivência básica, contudo, explica que não é suficiente porque os problemas centrais desta parte da população mantêm-se:

“Eu penso que eles são uma população de facto perseguida ao longo dos séculos, com dificuldade de se sediar, pelas suas características culturais e modos de vida, mas de facto, não há muito acolhimento, nem nas pequenas comunidades. Não é? Porque podiam... com o êxodo das pessoas dos meios rurais para as cidades, eles podiam ter beneficiado, podiam ter ficado nas aldeias, que normalmente estavam relacionados, no campo, mais em liberdade, nas atividades sazonais, não é? E não foi isso que aconteceu, nem eles se organizaram nesse sentido, nem administrativamente os serviços também os acolhem, portanto, os serviços

continuam a não os deixar viver em sítio nenhum, sobretudo aqueles que não têm acesso à habitação. E de facto é difícil também que alguém lhes dê trabalho, ou lhe alugue uma casa... eu penso que eles tem de facto dificuldades no acesso aos direitos básicos. Podemos dizer: Ah! Pois pelas características deles... Mas têm dificuldades! Muitas vezes os serviços e as instituições querem que eles se adaptem aos modelos que já estão instituídos, não é?” (Técnico superior, 56 anos)

Alguns dos interventores sociais mostraram-se conhecedores da realidade de Évora, é o caso desta entrevistada que apontou especificidades como a falta de entrega de documentos na empresa de habitação social ou outros incumprimentos nos deveres a que as pessoas ficam sujeitas para que lhes possa ser atribuída uma habitação social, foi ainda referido a falta de meio suficientes por parte do município para fazer face às necessidades da sua população:

“Mas não responsabilizo a empresa, porque vocês não podem fazer milagres e pelo que sei, porque já trabalho com a Habévora há muitos anos, sei que há uma lista de prioridades, portanto, se atribuíram àquela família e não atribuíram à outra, deve ter havido um motivo para isso, não é?”

(Técnico superior, 38 anos)

O estado português, os governantes, as entidades locais são algumas vezes referidos como os grandes responsáveis pela falta de habitação, assim como outros problemas que esta população enfrenta.

“É muito difícil, não sei a quem se possa atribuir as responsabilidades, ao Estado? Que não financia o que tem que financiar? São as instituições? São as empresas municipais? Isto é uma empresa municipal gerida pela Câmara, mas a Câmara não tem dinheiro para tudo, não é? Portanto, atribuir responsabilidades... eu não quero ser injusta, de forma nenhuma, porque as coisas são difíceis.”

(Técnico superior, 38 anos)

“Não é uma resposta fácil, ou poção mágica, quem é que tem responsabilidades aqui, somos todos! São as pessoas que tem que fazer algo por elas próprias e depois as instituições que lidam com elas a nível local, as juntas de freguesias, as câmaras, as “habévoras” que há por aí e a nível nacional, eu acho que esta história do Cartão de Cidadão e a forma como se obtém o Cartão de Cidadão não compete aos domínios locais de uma forma definitiva, não compete!

Quer dizer, pode competir às entidades regionais se se interessarem pelo tema, que eu acho que não se interessam, é zelar para que isso seja resolvido a nível nacional. Por exemplo, no caso da câmara, se há residentes do concelho que passam mais ou menos tempo aqui pela cidade, ou pelo município, que têm este tipo de problemas, eu acho que é exigível à câmara, ao município, neste caso ao de Évora, zelar para que os seus direitos de cidadão sejam respeitados. Eu enquanto cidadão faço, ultrapasso até um bocado a minha parte, peço esclarecimentos aos Institutos Nacionais de Notariados, contacto o ACIME, faço queixa na Provedoria da Justiça, entro em contacto com outras pessoas que se mobilizam para ajudar também, mas quer dizer o meu poder é superlimitado face ao de uma câmara, eu acho que também não há grande vontade da parte dos órgãos. (Técnico superior, 50 anos)

De um modo geral, a maioria das respostas obtidas enumera um conjunto de fatores no que respeita à falta de habitação para estes ciganos. Para estes entrevistados, não existe um responsável, ou um culpado, mas sim de um conjunto de constrangimentos, relacionados com as problemáticas das pessoas ciganas, tais como: traços culturais percecionados, inércia ou incapacidade do Estado e de outras entidades públicas, preconceito a que estão sujeitos, iliteracia dos próprios ciganos e incapacidade para se alavancarem a si próprios, etc.

Em suma, das entrevistas a técnicos e outras pessoas sobre os problemas que afetam estes ciganos, sobre as suas dificuldades e constrangimentos, os entrevistados, na sua maioria, revelam conhecimento da realidade e sensibilizados para o problema, identificam o problema de falta de habitação, mas também um conjunto de problemas sociais que abrange todas as áreas da vida destas pessoas. Contudo, sentem-se impotentes para os resolverem, na medida em que se trata de uma conjuntura estrutural que se vem perpetuando no tempo. Trata-se de um problema complexo e é difícil encontrar soluções exequíveis.

## **1.6. Preconceito, estereótipos e discriminação em relação a pessoas ciganas**

Tendo em conta a reação de estranheza que os ciganos provocaram nos autóctones desde a sua chegada a Portugal e o desconhecimento que se tem perpetuado até aos nossos dias, (Bastos, 2007, 2013; Nunes, 1995; Mayall, 2004; Magano, 2010) pareceu-nos importante,

no âmbito deste trabalho, registar as opiniões e sentimentos destas pessoas no que respeita ao preconceito e discriminação.

Assim, foram efetuadas algumas perguntas às pessoas ciganas entrevistadas que lhes dava a possibilidade de expressarem as suas opiniões e experiências relativamente a estes aspetos de sentimentos de discriminação e racismo. É importante frisar que os baixos níveis de escolaridade poderão ter influenciado as suas respostas, sendo que alguns dos entrevistados não sabem em que consiste o conceito de discriminação ou o preconceito. Foi necessário explicar o significado destes conceitos num discurso bastante simplificado para que pudessem responder às perguntas, facto que, pode ter limitado o teor das respostas. Contudo, enquanto desenvolvem os seus discursos, referem exemplos ou histórias com *nuances* de preconceito e discriminação, como é o caso deste homem cigano que refere não se sentir alvo de preconceito em Évora, num território em que é conhecido, mas ainda assim, afirma que é um alvo fácil perante a sociedade, sobretudo se for em território em que não é conhecido.

“R. Por acaso não, somos respeitosos, o cigano às vezes não é mau, só que quem paga pelas favas todas é o cigano. Se o outro lá rouba... quem é que foi? Foi o cigano...

P. Mas sente essa discriminação?

R. Sim, a gente sabe o que é isso! Mas o cigano não mexe em nada, o cigano não tem culpa de nada!

P. Mas acha que isso lhe acontece a si, de lhe apontarem o dedo por ser cigano? Estarem sempre a acusá-los sem serem vocês, se isso lhe acontece ou não.

R. Aqui em Évora? Às vezes há ciganos e ciganos, às vezes há uns com a falta da droga e que também vendem droga e são ciganos.

P. Mas depois paga por eles?

R. Não que a Polícia sabe quem é.

P. Não acha que estão a ser injustos consigo?

R. Pode haver aqui uma mão cheia deles a venderem droga que eles já nos conhecem à gente e não dizem nada.

P. Nunca foram acusados injustamente?

R. Não, não, nunca fui a tribunal, nunca roubei nada. Não, não, a mim nunca me acusaram de nada. Antes fazia negócio com cavalos aqui dentro de Évora e portei-me sempre bem, quanto ao resto a Polícia sabe quem é que mexe, eles já nos conhecem aqui bem! Agora não digo que daqui para fora de Évora. Agora quando indo para outras zonas já olham assim um bocadinho de lado. Ah! Aquele é cigano! A entrar num país que não o conheça! Ah! Aquele senhor ali é

que era... agora uma pessoa em não sendo ladrão também não é acusado também! Sim, mas já se vê um bocadinho estranho... olha um cigano! Toma-se um bocadinho de confiança com eles, dá-se a conhecer, mas não pode estar a estender-se muito porque às vezes uma pessoa não os conhece... como ele também não conhece a nós também! Há muita gente da sua raça que entra aqui dentro de Évora e ninguém o conhece e ele pode matar aqui alguém, que ninguém o apanha, e já eu sou ao contrário, se eu fizer aqui mal já sou conhecido, quem é que foi? Vão logo dar comigo...”

(Homem cigano, 33 anos)

É também referida a discriminação no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho e mesmo em situação de deslocação do dia-a-dia, com insultos que recebem.

“Não. Cigana é muito diferente das outras pessoas.

P. Que tipo de diferenças?

R. No trabalho... Quem é que dá trabalho aos ciganos? Se eu pudesse eu ia, mas com o gaiato não posso. Só nos querem para a gente aprender a ler... Isso, eu já sei. Inscrever-me para um curso, isso, eu já sei.

P. O pior de tudo é o trabalho?

R. Não, às vezes são as pessoas que passam e dizem -“São ciganos, são aquilo, são o outro”- Nem todos! Mas às vezes, parte deles fazem isso. Quando a gente vai a andar - “Ciganos!”- E às vezes eu respondo-lhes!”

(Mulher cigana, 20 anos)

“Sim. Se eu vou pedir um trabalho: Ah! É cigano! A gente logo liga...Não sei porquê, sei ler, sei escrever!”

(Homem cigano, 26 anos)

É sobretudo nas questões ligadas ao trabalho e ao emprego que estes ciganos mais se referiram ao preconceito ou discriminação, estão conscientes de que ninguém lhes dá emprego por serem ciganos, como de resto têm vindo a ser referido por vários autores. Sobre a população cigana recaem inúmeros comportamentos discriminatórios que os impede de terem um trabalho (Bastos, 2007; Mendes, Magano e Candeias, 2014; Pereira, 2016) quando falam no assunto e nessa perspetiva percebe-se uma certa aceitação do problema como uma fatalidade sem reverso. Será provavelmente este, um dos fatores que leva a que nenhum destes ciganos de Évora esteja empregado, ou, que nenhum dos ciganos jovens tenha ainda tido qualquer tipo de ocupação profissional. Também noutros locais do

país, pessoas ciganas afirmaram ter-se sentido discriminadas na procura de emprego, no acesso à habitação e nos serviços públicos. No que se refere ao emprego, a maioria dos patrões não mostra qualquer interesse em empregar pessoas ciganas, inventam requisitos que sabem que o candidato não possui ou referem que a vaga já foi preenchida (Santos e Marques, 2014).

No que respeita às pessoas não ciganas entrevistadas, as opiniões dividem-se, por um lado, há os que se mostraram mais esclarecidos quanto aos problemas que envolvem os ciganos e mais conhecedores da realidade próxima. São estas pessoas que apresentam um discurso mais tolerante e compreensivo que reconhece também com maior veemência haver discriminação e preconceito para com os ciganos.

“Acho, acho que precisam de ser melhores, de dar mais provas, nós não precisamos de provar tanta coisa para ser reconhecidos, eles precisam provar muita coisa para serem reconhecidos, isso é uma verdade! Posso não gostar, posso dizer uma série de ‘ses’, mas isso é uma verdade!”  
(Técnico superior, 56 anos)

“Muitíssimo, são discriminados a todos os níveis, seja na PSP, na GNR, nas lojas, no supermercado, em todos os sítios, quer dizer ciganos e pobres. Acho que aqui é dupla condição, porque os ciganos ricos não têm tantos problemas de integração, nem de xenofobia, aqui a condição primeira para a pessoa ser desintegrada é ser paupérrima, os pobres estão sempre na primeira linha. Ora ser pobre e cigano, ou ser pobre e preto fazem com que estejam mais excluídos. É patente, as pessoas mais atentas veem isso no seu dia-a-dia, isso nas redes sociais, nos comentários dos jornais, em sítios na rua, os comentários quase nunca são feitos de uma forma construtiva, muitas vezes nem são vistos como pessoas, nem como animais, quer dizer, eu encontro comentários em relação aos animais mais simpáticos. Estas pessoas estão enquadradas num regime tão especial, que tem que haver um regime especial para elas, se não elas nunca mais se encaixam, não fazem o caminho em que todos ganham que é a integração delas.” (Técnico superior, 50 anos)

“Sim, sim, sim, com culpa própria e com culpa da sociedade, [das duas partes?] Eu acho, na minha opinião, nós portugueses somos minoritários numa data de sociedades europeias e mundiais, mas sempre que viajamos estamos cientes dos nossos direitos e dos nossos deveres. Esta comunidade habituou-se, nós habituámo-nos a ser um bocado tolerantes com alguns comportamentos ou especificidades que eles têm, pronto, e isso obviamente, se calhar as intensões eram boas, mas acabou por fazer criar o efeito bola de neve que hoje em dia a comunidade maioritária começa a mostrar-se com comportamentos sem tolerância

precisamente em relação a essa comunidade minoritária. Por causa disso, de não aplicarmos os deveres que muitas vezes eles têm, todos os cidadãos têm. Desde pagamento de impostos, a frequentar o ensino obrigatório, aos casamentos com menores, que na sociedade maioritária isso é inconcebível e aqui abrem-se as exceções.”

(Técnico superior, 40 anos)

Para além destes discursos, temos profissionais que trabalham com a população cigana, que prestam serviços à comunidade em geral e talvez por isso não estejam sensibilizados (ou preparados) para um tratamento diferenciado. Não mostraram ter um grande conhecimento sobre a cultura cigana ou sobre os problemas que os ciganos enfrentam no seu dia-a-dia, nem mesmo conhecem as problemáticas das pessoas ciganas que lhes estão mais próximas. Estas narrativas traduzem-se nas opiniões baseadas em categorizações através de ‘rótulos’, estereótipos e à luz de um padrão de comportamentos baseados no senso comum.

“O meu serviço é um serviço de stress, quem lá chega tá sempre mais doente do que aquele que lá está. Portanto, eles agarram e levam-nos lá para dentro e aquilo é facadas e pancadaria, ainda no sábado eu entrei à meia-noite e havia lá descatos com fulanos destes, os alojados, os chamados normais, já mais integrados, que acabam por nunca estarem integrados, porque eles acham sempre que os outros, que nós os tratamos mal, mas não, são eles. Eu acho que o respeito tem que começar dos dois lados mas normalmente do lado deles nunca é.”

(Técnico, 52 anos)

“Não, acho que eles se discriminam a eles próprios, eles fazem-se de vítimas. Acho que a população também tem um olhar negativo sobre eles, mas se calhar, exatamente pelos comportamentos que eles têm socialmente, roubam, ameaçam, chantageiam e esse comportamento leva a que a população os discrimine. Mas lá está! Como em todas as populações há ciganos bons, ciganos maus...”

(Técnico superior, 52 anos)

No geral, da leitura que se faz sobre os discursos dos entrevistados não ciganos sobre ciganos centram-se quase exclusivamente ao nível do ‘comportamento’. Nos casos em que os entrevistados mantêm uma relação de maior proximidade com as pessoas ciganas, observa-se uma maior tendência para a tolerância e desvalorização de alguns aspetos do comportamento que acabam por associar ao contexto de pobreza e marginalização que reconhecem a esta população. Ou seja, quando existe uma maior contacto e proximidade

geralmente aumenta a compreensão pelas condições de vida em que estas pessoas se encontram como resultantes das questões estruturais. Quando o conhecimento é mais superficial as perspectivas apresentadas sobre ciganos, em geral, centram-se em aspetos negativos e problemáticos da convivência social tornando-se aqui evidente uma diferenciação de “estabelecidos” e “outsiders”, no sentido descrito por Elias e Scotson (2000 [1965]).

Nas sociedades multiculturais, as representações sociais sobre os grupos étnicos, fundamentadas nas especificidades culturais rígidas e imutáveis, levam a um distanciamento e rejeição dos mesmos por parte do grupo majoritário. A falta de interação e afastamento entre os dois grupos leva ao desconhecimento sobre o ‘*outro*’ enquanto pessoa singular e individual, conduzindo à construção de uma realidade simbólica, baseada em percepções e juízos de valores que se passam a generalizar sobre os restantes membros do mesmo grupo. Cada elemento deixa de ser visto enquanto pessoa para passar a ser considerado de forma indiferenciada e como representante do grupo. A este processo está associado o conceito de *discriminação* que se refere a comportamentos, percepções e atitudes que se revelam prejudiciais para o grupo visado (Cabecinhas, 2002, p.41).

## Capítulo 2 - Discussão de resultados

O objetivo deste trabalho visa compreender os motivos subjacentes à ausência de habitação para um número de famílias ciganas a residir em acampamentos em Évora. Ao longo do capítulo anterior apresentamos os resultados obtidos na pesquisa que nos propusemos efetuar, tentando procurar respostas para as questões de partida deste trabalho orientadoras da pesquisa, as primeiras dirigidas ao grupo de pessoas ciganas alvo deste estudo, procurando pistas que expliquem a realidade através das ações e pontos de vista dos próprios ciganos. Serão os ciganos desalojados e residentes em acampamentos em Évora itinerantes? Praticam essa itinerância por vontade própria, prescindindo de uma habitação? Numa primeira abordagem tentou perceber-se a sua relação com o território, nomeadamente o grau de fixação e sentimento de pertença à cidade de Évora. Seguidamente abordaram-se questões relacionadas com os seus desejos, vontades, necessidades, dificuldades e apoios que sentem nos territórios em que se estabeleceram na tentativa de perceber os fatores externos e constrangimentos que afetam estas pessoas e que possam pôr em causa o acesso a uma habitação.

A penetração nos territórios em que reside a população estudada permitiu-nos observar três locais distintos com permanência de acampamentos de pessoas ciganas dentro do perímetro urbano da cidade de Évora. Através da observação da disposição das barracas, do tempo de permanência e do relacionamento entre os seus ocupantes foi possível constatar que não se trata de uma “comunidade”, com traços de relacionamento, trajetórias e histórias de vida comum mas sim de indivíduos ou famílias ciganas que devido a várias circunstâncias se veem impelidas a viver nestas condições (ações de despejo, falta de acesso a uma habitação social, expulsão de territórios, etc.). Apesar da precariedade das condições em que residem constata-se que estas pessoas ou famílias são eborenses, residindo em Évora há longos anos.

O facto é que apesar de estas famílias serem residentes em Évora há longos anos, por si só, isso não lhes garante o direito a ter uma habitação seja por alegados incumprimentos de carácter burocrático (por exemplo, não atualização do processo de pedido de habitação) seja por desconhecimento de direitos e sujeitarem-se “à sua sorte” e “pedirem” às autoridades locais para permanecerem na cidade e não menos relevante, obterem

autorização de permanência. Assim, as mobilidades, entre diferentes locais/ terrenos da cidade de Évora que se verificam entre esta população desalojada, são por imposição das autoridades, por necessidades visto a falta de alojamento e não por “desejo” de circulação ou mobilidade territorial. Aliás, como fica visível neste trabalho, muitas das famílias não desejavam ter mudado de local de permanência, sendo os fatores para essa mobilidade externos e não internos. Isto significa, não se tratar de uma preferência por este modo de vida, mas imposições estruturais da sociedade portuguesas e eborense, seja por legislação nacional que afeta a vida destas famílias, seja por incapacidade das organizações locais em encontrar medidas ajustadas para enfrentar estes problemas.

“A presença dos ciganos em determinado território nacional é condicionada, por um lado, por elementos materiais, por outro, por construções culturais que traçam confins entre formas lícitas e ilícitas de habitar que se traduzem em normativas jurídico-administrativas e políticas.  
(Brazzabeni, 2012, p. 269)

Do nosso ponto de vista, a questão do reconhecimento de cidadania a estas pessoas ciganas é um problema que se coloca, uma vez que sem este reconhecimento por parte do Estado e das instituições locais, não se constroem percursos de integração. O que acontece na maior parte dos casos é uma situação inversa de aproveitamento de uma pseudo -itinerância e mobilidade no território, como justificação para a falta de intervenção (Castro, 2010). No caso das famílias estudadas parece terem conseguido “ganhar o direito a viver na cidade” reconhecido pela autorização para a instalação do acampamento por parte da GNR e da fiscalização municipal, contudo, este direito não pode confundir-se com *o direito à cidade* (Lefebvre, 2008) uma vez que esta forma de ocupação do espaço é marginal e muito aquém das condições de vida esperadas ao nível das condições de habitabilidade e salubridade numa sociedade contemporânea e democrática e que passa por ter acesso a condições básicas como eletricidade e água, o que ainda não acontece com estas pessoas ciganas.

Algumas das famílias que residem nestas circunstâncias atualmente, já tiveram oportunidade de viver em uma habitação social, mas, sobretudo devido a problemas de incumprimento de pagamento de rendas e uso negligente do edificado, foram obrigados a abandonar essas habitações. Seria muito importante que os realojamentos fossem sustentados por uma estratégia de integração, tal como prevista na revisão da ENCC, que

permitisse um maior conhecimento sobre as pessoas ciganas e as suas especificidades, um acompanhamento de proximidade com intervenção e apoio às várias dimensões de vulnerabilidade, sustentada e integrada não apenas nas políticas de habitação, mas também nas políticas urbanas e da cidade (Resolução do Conselho de Ministros, 2018).

A análise dos resultados obtidos, sob o ponto de vista dos territórios ocupados e a mobilidade destas pessoas, permite afirmar o enraizamento e afinidades com a cidade de Évora, tendo-se verificado uma relação com este território já iniciada na geração anterior. Esta informação confirma-se através dos locais de natalidade e residência dos seus familiares, nomeadamente os seus progenitores, que embora não tenham nascido todos em Évora, já por aqui passavam, circunscrevendo as suas trajetórias por esta região do país onde desenvolviam as suas atividades de comércio ou trabalhos sazonais ligados ao campo (Sama, 2010).

Trata-se de um grupo relativamente jovem, cujos elementos que se encontram casados iniciaram as suas vidas conjugais muito cedo, mantendo ainda uma tradição de famílias com elevado número de filhos, assemelhando-se a situações constatadas noutros locais do país no que respeita aos portugueses ciganos (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

Não obstante estar-se perante uma população jovem, estas pessoas não têm trabalho ou atividades que lhes possam garantir a sobrevivência, nem exercem venda ambulante, atividade comum a outras pessoas ciganas residentes em Évora (realojados em habitação social). No caso da população mais jovem não há qualquer contacto com o mundo do trabalho. Apesar de se encontrarem inscritos para emprego no IIEFP, as oportunidades de trabalho não têm surgido. É nas questões do trabalho que estas pessoas mais referem o preconceito e a discriminação, sentindo-se excluídos de uma dimensão social importante para o desenvolvimento da sua cidadania. A questão do desemprego, um dos fatores mais preocupantes também para a restante população portuguesa cigana, parece ser um aspeto comumente aceite, pelos próprios que se resignam a aceitar essa rejeição e pelos técnicos que promovem a intervenção com estas famílias. Nesse sentido, não se percebeu um investimento comprometido por parte dos profissionais que trabalham na promoção do emprego. Parece não haver nesta parte do Alentejo ocupações adequadas aos perfis destas pessoas, uma vez que a sua disponibilidade para o trabalho não tem sido suficiente para encetarem uma carreira profissional. De certa forma não se pode estranhar, uma vez que

estamos em presença de um conjunto de pessoas com escassos estudos, algumas delas não sabem ler, nem escrever e em alguns casos a sua compreensão da realidade é muito deficitária, os obstáculos colocam-se logo ao nível do recrutamento. Mas o que é feito para a sua integração laboral? Algumas pessoas queixaram-se da oferta formativa que lhes é proporcionada, no sentido em que entendem que não vai de encontro às suas necessidades e não se sentem motivados para a sua frequência. Esta situação que foi estudada em outro território e revela que apesar da obrigatoriedade da inscrição nos centros de emprego por parte dos beneficiários do RSI, a maior parte das vezes, os inscritos ciganos não são convocados para propostas de emprego e muitas vezes as formações propostas não são ajustadas a esta população (Pereira, 2016). Assim, apesar de se observar uma opinião unânime entre os profissionais sociais que trabalham com esta população, de que o caminho da inclusão passa pela educação e formação, parece haver uma tendência para a “formatação” à sociedade dominante, não abrindo espaços para modelos diferentes.

Estas famílias vivem essencialmente do Rendimento Social de Inserção, que vão acumulando com o Abono de Família para os que têm filhos, e com a Pensões Sociais por Invalidez para os que estão doentes. Os seus recursos económicos são escassos e provenientes de apoios sociais, que os remete para uma situação de extrema pobreza e exclusão social grave, uma vez que vivem abaixo do limiar de pobreza.

O contexto de isolamento e marginalização em que vivem reflete-se nas suas vivências quotidianas, demonstrando uma fraca participação na vida pública, de uma forma geral, estas pessoas relacionam-se unicamente com os familiares, verificando-se uma forte ligação afetiva, de ajuda e cooperação. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, que se estendeu até ao Natal de 2018, foi possível verificar alguma animação decorrentes da chegada de familiares para se reunirem nesta época festiva, foi a primeira vez que observei momentos de lazer e descontração, evidenciando-se a satisfação pelo convívio. Sendo estes os únicos momentos que quebram o isolamento social destas pessoas em plena sociedade. Excluindo este momento, os discursos e ações destas pessoas circunscrevem uma cultura de sobrevivência. À parte dos relacionamentos familiares, apenas mantêm laços estreitos com os profissionais que trabalham nas instituições sociais que os apoiam. Os círculos sociais de movimentação destas pessoas são muito limitados, não se lhes conhece atividades de lazer relevantes, fora da família ou em inter-relação com pessoas não ciganas e também não frequentam instituições religiosas. Eventualmente a frequência

pelos homens, em alguns estabelecimentos comerciais, como cafeterias, onde já são conhecidos e mantem algumas conversas e convívio social com pessoas não ciganas. O fechamento das sociedades às pessoas ciganas tem ditado o seu isolamento social e o reforço das relações familiares, este último, considerado um traço cultural marcante entre as pessoas ciganas (Mendes, 2012). De alguma forma vivem “enclausuradas” e “aprisionadas” na sua pobreza e em formas de segregação espacial e social (Wäcquant, 2006).

Apesar de as pessoas ciganas residentes em acampamentos em Évora serem relativamente poucas, vinte e nove pessoas, as suas características não são homogênicas no que respeita a vários aspetos das suas vidas, sendo importante considerá-los como diferentes e não como todos iguais, sem estereótipias e sem representações sociais pré-concebidas. Não obstante a situação de desalojamento isso não significa existência de coesão entre estas famílias. Percebe-se algum distanciamento quer a nível de necessidade de assegurar a distância física entre elas mas também pela não convivência social quotidiana, o que poderá estar relacionado com as perceções da sua diferenciação em termos de proveniências geográficas e sociais, remetendo para a diferenciação social entre ciganos e estruturação social (Magano, 2010). Estas pessoas também não se relacionam com outras pessoas ciganas residentes em habitações em Évora, a não ser os seus próprios familiares, de certa forma, encontram-se desinseridas da sociedade em geral mas também de uma suposta “comunidade cigana”. Esta ideia é também partilhada pelos técnicos sociais que acompanham estas famílias no terreno, o que leva a crer que a pertença cultural cigana não é suficiente para aproximação dos seus elementos. Este facto tem deixado dúvidas à possível criação de movimentos associativos que os possa proteger e ajudar a reivindicar os seus direitos enquanto grupo assente na culturalidade cigana. Por parte das instituições essa possibilidade nunca foi ponderada, na medida em que se tornou “consensual” que este tipo de iniciativa deverá partir dos próprios. No momento atual, cresce o interesse e as perspetivas das instituições com a recente entrada no terreno de uma associação de mulheres ciganas, que pretende iniciar a sua intervenção num futuro muito próximo.

É nos espaços ocupados por estas famílias que se destaca com maior expressividade o contexto de pobreza e miséria em que vivem. Os locais que ocupam são completamente desprovidos de condições de habitabilidade, não existe água da rede pública, não há eletricidade, nem esgotos, apenas o campo, que em alguns casos é deserto de vegetação. A

dureza das condições situa-se ao nível das que enfrentam pessoas sem-abrigo a viverem nas ruas a céu aberto (ainda que para estes se têm evidenciado esforços para se lhes proporcionar um teto para pernoitarem). As barracas não têm qualquer tipo de conforto e ficam vulneráveis às condições climáticas mais duras. Condições de vida pouco consentâneas com uma sociedade democrática que se orienta pela proporcionalidade de condições de vida adequadas para todos os cidadãos portugueses.

Apesar de a pobreza constituir a escassez de recursos e a exclusão social constituir a rutura entre o indivíduo e a sociedade, nem sempre estas situações se verificam ao mesmo tempo. Existem situações de pobreza sem exclusão social, como é o caso de pessoas em meios rurais, que apesar de sofrerem de carências materiais, encontram-se inseridos na sociedade e há a exclusão que não dependem da escassez de recursos materiais, é o caso do racismo ou homofobia (Santos e Marques, 2014, p. 39). Estas pessoas ciganas desalojadas em Évora conjugam estas duas condicionantes, que os remetem para um total estado de miséria.

A persistência destas pessoas em permanecer nestes locais denuncia uma certa obediência aos condicionalismos que lhes são impostos, na esperança de se tratar de uma situação transitória em que o próximo passo será o realojamento. O mesmo acontece quando se sujeitam a si e às crianças a percorrer longas distâncias a pé até aos estabelecimentos escolares e a todo um ritual diário (que se torna cansativo e humilhante) que passa pela instituição onde as crianças comem, fazem a higiene e vestem roupas lavadas, para que possam posteriormente ser aceites na escola, com todo o “peso” de vergonha que um processo desses acarreta perante a instituição escolar por parte destas crianças e das famílias. Parece haver um esforço enorme por parte destas pessoas empenhadas em “provar” que são capazes.

Alguns profissionais manifestaram também algum receio e inquietação acerca da intervenção que se vem praticando e os reais benefícios para os principais intervenientes. *“Ninguém lhes perguntou – Vocês querem?”* De facto, a única coisa que é certeza, é o desejo destes ciganos por uma habitação, entre técnicos, autarquia e os próprios ciganos não há dúvidas. Contudo, as frequentes contestações populares ao realojamento dos ciganos de acampamentos, tem levado a uma certa tensão nas instituições que promovem a

intervenção, que se esforçam por “educar para modelos” que possam ser tolerados ou aceites pela sociedade dominante.

A abordagem introduzida através da URIDI, que propõe o diálogo intercultural e a intervenção participada pelos próprios, poderá eventualmente encontrar forma de “limar arestas” no que respeita às questões ligadas aos conflitos de coabitação. Embora no plano de intenções se possa já fazer um balanço positivo, tendo em conta um conjunto de iniciativas como, a candidatura para Mediadores Municipais Interculturais, a adesão ao Projeto-piloto “Programa Local de Integração das Comunidades Ciganas” que implica o apoio e acompanhamento de proximidade por parte do ACM, ou a promoção de encontros intermunicipais com vista à discussão da problemática cigana, entre outras iniciativas que têm vindo a surgir nos últimos tempos, ainda não se verificam os resultados objetivos junto da população.

Transversal a este estudo fica a perceção de discriminação e de preconceito persistentes em relação a esta população. As práticas que envolvem o preconceito e discriminação, adotam contornos difusos, dissimulados, banais ou subtis, isto permite que tais práticas passem despercebidas, ou não sejam valorizadas ou reconhecidas pelas vítimas (Mendes, 2008, p.3), não se estranha portanto que as pessoas ciganas entrevistadas tenham referido não serem vítimas de preconceito, mas a contrariar esta ideia apresentam situações que o evidenciam, a resignação parece ser a forma de se protegerem. É na procura de emprego e habitação que mais se refletem as perceções das pessoas ciganas, no entanto, por parte dos profissionais entrevistados não há dúvidas que as consequências do preconceito e discriminação estendem-se muito para além da inacessibilidade à habitação e emprego. A desconfiança, o descrédito e desrespeito de que são vítimas, coloca-os em situação de desvantagem e vulnerabilidade impedindo-os de exercerem os seus direitos de cidadania. À semelhança de outros contextos, a situação vivida por estes ciganos remete-se para a noção de racismo quotidiano, que não assenta em eventos isolados ou pontuais, mas a um conjunto de práticas acumuladas em todas as dimensões das suas vidas quotidianas (Mendes, 2012, p. 346). Estas pessoas estão votadas à indiferença e inércia de uma sociedade que não os considera, não os aceita e não os integra, como questiona Bastos (2012) estaremos perante “*Um povo de indiferentes*”?

Quando se discute a responsabilidade sobre a questão cigana, nomeadamente a falta de habitação, observam-se sentimentos constrangidos, um misto de “mea-culpa”, associado à impotência e à perceção da complexidade do problema. De uma forma geral, estes profissionais, encaram o problema como uma multiplicidade de fatores que têm negligenciado a qualidade de vida das pessoas ciganas. No geral, as pessoas não ciganas reconhecem a corresponsabilidade entre ciganos e população dominante. Mas acima de tudo, responsabilizam o Estado e os governantes, por não assumirem uma postura séria, constituindo-se como o principal motor das desigualdades sociais que se verificam para a maioria destes pobres, experienciando formas dramáticas de exclusão e desintegração.

“A questão cigana, em Portugal (e na Europa) só conhecerá alteração significativa quando for tratada como uma questão política, partindo do “combate à discriminação e segregação”, e não como uma questão “desenvolvicionista “ assistencial, tutelar ou securitária, isto é, como uma mera questão social.”

(Bastos, 2012, p. 337)

Indo de encontro com esta perspetiva os entrevistados profissionais das instituições sociais envolvidas fizeram referências à falta de interesse por parte do Estado, referem que até talvez pudessem fazer mais, no entanto, a falta de recursos financeiros e humanos não lhes permitem assegurar a intervenção adequada às necessidades desta população, sendo que, em alguns casos estas necessidades transcendem as suas competências, como é o caso da habitação. De facto, em análise ao trabalho desenvolvido por estas instituições de solidariedade social, faz-se uma leitura positiva, percebe-se a mobilização de meios e de pessoas, sensibilizados pela questão, contudo a sua atuação situa-se ao nível das necessidades básicas de sobrevivência. Não podemos esquecer que estas instituições não apoiam somente as pessoas ciganas, mas estendem-se a um vasto conjunto de pessoas e famílias em condições socioeconómicas vulneráveis, afetadas pela falta de empregos e isolamento desta região do país. Estes profissionais assumem que muito do trabalho está por fazer para a integração das pessoas ciganas mas esse trabalho não será possível sem o comprometimento das autoridades locais, regionais e centrais, na procura de soluções que respondam a este problema social que deve ser encarado como um direito de cidadania. Uma intervenção adequada e estruturante só se pode concretizar através de uma abordagem global que intervenha nas várias dimensões da vida destas famílias de modo a empoderá-

las para a sua integração social e é necessário a afetação de recursos e a criação de diretrizes orientadoras, específicas e concretas adequadas às especificidades da população cigana desalojada de Évora.

## Conclusões

Chegada a esta fase da realização do trabalho apraz-me constatar que cumpriu um dos objetivos a que se propunha: aprofundar o conhecimento sobre uma realidade que me era aparentemente próxima. Ajudou-me a dar conta do quão superficial e enviesada é a minha visão enquanto técnica disposta a contribuir, apenas assente em pressupostos de “boa vontade”. Não se faz trabalho de intervenção adequado se se desvincular total ou mesmo que parcialmente, a prática da teoria. Este estudo não me concede o saber suficiente para solucionar os desafios que enfrento na prática da intervenção, mas abriu portas e mostrou caminhos que me deixam mais segura. Fruto da reflexão sobre os dados recolhidos à luz dos conhecimentos teóricos, cheguei a conclusões, longe daquilo que esperava encontrar quando me propôs realizar este estudo, o que prova ter contribuído para o meu enriquecimento intelectual e os ganhos superaram todas as dificuldades que senti ao longo do percurso.

Neste trabalho era proposto trazer à luz do conhecimento uma realidade pouco explorada, estudar as circunstâncias de vida de uma parte da população cigana Eborense, sob o ponto de vista da ausência de habitação. Esta dimensão evidenciou outros constrangimentos associados, que envolvem a vida destas pessoas num conjunto de problemas de grande complexidade que os encerra num ciclo de pobreza e forte contraste social relativamente à restante população cigana e não cigana residente em Évora. Também apresentam mais indicadores de exclusão social do que a maioria das pessoas ciganas de outras regiões do país, em grande parte a residir em casas do tipo clássico de arrendamento social (Mendes, Magano e Candeias, 2014). As evidências mais marcantes neste trabalho dão conta de um contexto de extrema pobreza, marginalização e desintegração social face à sociedade em que se inserem. Esta característica assume, mais do que qualquer outra, um papel preponderante no que respeita às características comuns do grupo. Este traço é o que melhor caracteriza a realidade destas pessoas em termos gerais e homogêneos.

Ponderando a existência de traços culturais ciganos, de acordo com as representações simbólicas dos não ciganos, a itinerância, o gosto pelas viagens (Castro, 2004), a delinquência, a mendicidade, conflitos interétnicos (Mendes, 2012), nenhum destes aspetos

foi observado, ou se poderá equacionar serem traços comum entre o universo das pessoas estudadas.

Não existem indícios de que estas pessoas se reconheçam no conceito de ‘comunidade cigana’, nos termos preconizados por alguma literatura sobre ciganos em Portugal. O conceito de comunidade implica coesão nas relações de socialização, de afeto e solidariedade, bem como partilha de práticas quotidianas comuns (Tönnies, 1947), nesse sentido, não se observaram elementos que os remeta para uma dimensão de superioridade do coletivo sobre o individual. Situação que eventualmente os coloca numa posição ainda mais preocupante e vulnerável. A falta de coesão entre as pessoas ciganas observada nos discursos dos próprios ciganos entrevistados, bem como nos discursos dos profissionais, sugere a existência de auto-diferenciações e hétero-diferenciações (Magano, 2010).

Desta forma, as conclusões deste trabalho evidenciam e tomam como questão central a situação de pobreza, ainda que, com imbricações à condição de “ser cigano”. Evidenciaram-se aspetos de várias ordens que os remetem para esta condição, o primeiro deles a ausência de uma habitação. “*A habitação, aspeto fundamental para ter condições de vida dignas, é elemento estruturante dos modos de vida*” (Magano, 2010, p. 274). A privação deste direito condiciona as expectativas e potencializa os sentimentos de insegurança e incerteza no futuro, associado à privação de uma habitação, estão ainda outros aspetos que se prendem com as necessidades básicas do quotidiano, a falta de água potável, saneamento básico, conforto e proteção (ACNUDH, 2002).

Sendo a habitação um ponto fulcral para o desenvolvimento humano e uma das áreas privilegiadas e com maior cobertura por parte do Estado nas últimas três décadas (Mendes, Magano e Candeias, 2014), é urgente e prioritário o reconhecimento dessa necessidade por parte das autoridades locais e a intervenção das mesmas. Contudo, as conclusões deste estudo revelam que, nos últimos anos e até esta parte, têm persistido as situações de ciganos desalojados e a residir em acampamentos, situação que não se verifica com outras partes da população de origens culturais diferentes, como é o caso de pessoas com estatuto de refugiados ou os imigrantes. Isto demonstra uma certa desresponsabilização institucional e banalização da situação de pobreza em que se encontram estas pessoas, se não mesmo uma perspetiva de “naturalização”, como sendo condições de vida hipoteticamente preferidas pelas pessoas ciganas.

Sobre este aspeto, muito têm contribuído a discriminação e estereótipos que recaem sobre as pessoas ciganas, cristalizados em ideias do senso comum, mas com assento institucional, conforme descrito por Almeida (2018). As autoridades políticas aos vários níveis, centrais, regionais e locais mostram assumir e consentir a existência de condições fortemente adversas às pessoas para romper com o ciclo de pobreza e exclusão social.

Para além dos problemas da falta de habitação, os dados revelados neste trabalho evidenciam duas dimensões fortemente implicadas diretamente nos problemas destas pessoas. Por um lado, verificou-se a fraca escolarização e formação desta parte da população que, como se sabe afeta sobretudo os jovens no processo de entrada na vida ativa e no mundo do trabalho, funcionando como promotor de exclusão social das pessoas ciganas (ACIDI, 2013), nesse sentido, urge a necessidade de se apostar de uma forma séria na capacitação das pessoas ciganas, através da criação de mecanismos que levem em conta as especificidades culturais, que assegure uma efetiva educação e formação de qualidade, capaz de contribuir para o processo de integração, quer ao nível profissional, quer ao nível social.

Por outro lado, os resultados obtidos nesta pesquisa através das entrevistas a pessoas não ciganas mostraram que, quando o conhecimento sobre a população cigana é mais superficial, existe uma tendência maior para a produção de perspetivas estereotipadas e maior evidência dos aspetos negativos, formando-se assim um fosso entre o “nós” e os “outros”, ou como descrito por Elias e Scotson (2000 [1965]) uma diferenciação de “estabelecidos” e “outsiders”. Nesse sentido, existe um conjunto de aspetos negativos ou falsos apontados vulgarmente às pessoas ciganas que legitima os comportamentos de desprezo e indiferença. A itinerância, vulgarmente invocada pelos atores sociais como justificação para a falta de intervenção com este grupo da população, revela um conhecimento pouco aprofundado e sustentado por uma visão enviesada ou redutora do problema (Correia, 2012). Alguns destes discursos tendem para uma adesão acrítica ao pressuposto de que muitas famílias ciganas não têm acesso a uma casa porque optaram por um modo de vida itinerante, ignorando assim, as suas dificuldades de acesso a uma habitação condigna e não se entendendo a forma como os próprios ciganos vivenciam um modo de vida pautado pela relação entre a itinerância e a fixação (Castro, 2010, p 3).

Os discursos de alguns dos entrevistados manifestam discriminação e racismo que assumem duas dimensões: individual e institucional, isto porque, as pessoas entrevistadas apesar de terem respondido em nome individual, acabam por transportar para as estruturas sociais e instituições onde trabalham os seus preconceitos (Almeida, 2018), contribuindo, ainda que de forma involuntária, para situações de exclusão social (Miles e Brown, consultado em Mendes, 2012, p. 31)

De acordo com as observações e conclusões deste estudo, analisadas à luz da teoria, pode afirmar-se que os ciganos desalojados e a viverem em acampamentos na cidade de Évora, mostram evidências de marginalização e segregação que os aprisiona num ciclo de reprodução de pobreza e de exclusão social (Wacquant, 2014), revelando ao seu redor um conjunto de constrangimentos e obstáculos responsáveis por essa situação, nomeadamente e em primeira instância, o direito de cidadania de acesso a uma habitação condigna.

Num momento em que parece haver, ao nível local, a vontade de uma mudança de rumo no que respeita à forma de se olhar para os problemas que envolvem as pessoas ciganas, nomeadamente pela criação da Unidade de Rede para a Integração e Diálogo Intercultural, é fundamental o empenho de todas as forças, políticas, institucionais e humanas, uma vez que as questões, sobretudo, as ligadas à habitação envolvem custos elevados e requerem o comprometimento de entidades com competências e capacidades financeiras para as resolver. A posição que a temática da integração das pessoas ciganas tem tomado na agenda política e pública, revela que podem estar criadas as condições necessárias para uma verdadeira intervenção com as comunidades ciganas existentes no território. Sobretudo pelo facto de se assistir atualmente à descentralização destas competências, assumindo as políticas locais um papel central na integração das populações ciganas mais vulneráveis. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018).

Nesse sentido, a consolidação de uma nova abordagem conforme parece ser a vontade das entidades locais, deve sustentar-se nos instrumentos, medidas e programas existentes e adequa-los à realidade do município, como forma de alavancagem para resolução das carências habitacionais.

Em termos práticos, podem apontar-se algumas recomendações, nomeadamente, a promoção de uma estratégia integrada, para as pessoas ciganas vulneráveis, no Plano Local de Habitação que leve em conta as necessidades habitacionais e as especificidades das

famílias nas formas de realojamento, mas que ao mesmo tempo possa proporcionar a estas famílias condições de habitabilidade integradas nas políticas urbanas, com igualdade de acesso a bens e serviços.

Criar condições de acesso a financiamento para aumento das respostas habitacionais, conforme proposto pela ENCC, que na sua revisão de 2018 alarga o prazo de vigência até 2022 com o objetivo de acesso a uma habitação condigna através do programa 1º Direito (Resolução do Conselho de Ministros, 2018).

Para além das recomendações aqui apresentadas, a Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas propõe ainda outras que podem fazer face aos problemas e constrangimentos desta parte da população e que se adequam à população cigana de Évora, residente em acampamentos, nomeadamente as que se referem à promoção do aumento de escolaridade e opções profissionais, as que se referem ao maior conhecimento das pessoas ciganas como resposta aos comportamentos discriminatórios e xenófobos, etc. Contudo, não obstante as mudanças que estas medidas podem realizar na vida das pessoas ciganas, se adotadas de forma séria e comprometida por parte das entidades públicas, refira-se que nenhuma delas poderá criar o efeito totalmente desejável, enquanto persistirem as situações de carência habitacional.

O direito a uma habitação condigna e possível realojamento destas famílias pode ser encarado sob várias perspetivas, o que poderá dar origem a diferentes abordagens ao problema e até mesmo a conceções antagónicas. Contudo, o direito a uma habitação condigna não deve ficar subjacente ou dependente de conceções assentes em pressupostos culturais, sociais ou políticos, é acima de tudo, uma questão fundamental de direitos humanos, que se encontra reconhecida desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 10 de dezembro de 1948 e é desta forma que deverá ser encarado, como Direito Fundamental e promotor da verdadeira mudança.

## Bibliografia

AA.VV. (2008). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação – 2008/2013, Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais*, CET/ISCTE, LET/Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, A. Mateus & Associados, IHRU. Consultado a 15/01/2019 e disponível em:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120004yJD9xu4Cp62GA2.pdf>

ABECASIS, Teresa e MALTA, João (2016). *O cemitério dos vivos*, Rádio Renascença. Consultado a 20/6/2019, disponível em:

<https://rr.sapo.pt/o-cemiterio-dos-vivos/index.asp>

ACIDI (2013). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACIDI. Lisboa.

ACM (2014). *ENICC - Relatório de Execução 2013-2014*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACM. Consultado em 24/04/2019 e disponível em:

<https://www.acm.gov.pt/pt/-/estrategia-nacional-para-as-comunidades-ciganas-enicc-concig>

ACM (2015). *Plano Estratégico para as Migrações*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, 20 de março de 2015, Presidência do Conselho de Ministros/ACM, Lisboa. Consultado em 11/05/2019 e disponível em:

<https://www.igac.gov.pt/documents/20178/609332/PEM/375ddb56-6760-44d4-8b8e-1efb22578d45>

ACM (2016). *ENICC - Relatório de Execução 2016*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares/ ACM. Consultado em 24/04/2019 e disponível em:

<https://www.acm.gov.pt/pt/-/estrategia-nacional-para-as-comunidades-ciganas-enicc-concig>

ACNUDH, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, (2001). Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de *Direitos Humanos* 1995|2004, “*A Carta Internacional dos Direitos Humanos*”, Ficha formativa nº 2, Rev. I, Genebra. Consultado a 07/02/2018 e disponível em:

<http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/fichas-informativas-sobre-direitos-humanos?menu=direitos-humanos>

ACNUDH, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, (2008). Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de *Direitos Humanos* 1995|2004, “*O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais*”, Ficha formativa nº 16, Genebra. Consultado a 22/12/2017 e disponível em:

<http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/fichas-informativas-sobre-direitos-humanos?menu=direitos-humanos>

ACNUDH, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, (2002). Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de *Direitos Humanos* 1995|2004, “*O Direito Humano a uma Habitação Condigna*”, Ficha formativa nº 21, Genebra. Consultado a 22/12/2017 e disponível em:

<http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/fichas-informativas-sobre-direitos-humanos?menu=direitos-humanos>

ALMEIDA, João (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões, *Análise Social*, vol. XXVIII (4.º-5.º), Pp. 829-834.

ALMEIDA, Sílvio (2018). *O que é o racismo estrutural*; Belo Horizonte (MG). Editora Letramento.

AUGUSTO, Nuno (2000). *Habitação social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão*, Passados recentes, Futuros próximos, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, APS.

[http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df3cd04e3f\\_1.pdf](http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df3cd04e3f_1.pdf)

BARDIN, Laurence (1979). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa.

BASTOS, José (2007). Que Futuro Tem Portugal para os Ciganos Portugueses, in Mirna Montenegro (Ed.) *Ciganos e Cidadania*, Lisboa: Caderno ICE, nº 9.

BASTOS, José; CORREIA, André e RODRIGUES; Elisabete (2007). *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural - dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.

BASTOS, José (2012) (org.). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.

BOURDIEU, Pierre (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

BORGES, Monique *et al.* (2011). *Caracterização Geral do Mercado de Habitação*, Projeto de Investigação Científica: Fatores determinantes da procura de habitação em Portugal (DONUT), FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro. Consultado a 22/10/2017 e disponível em <https://www.ua.pt/getin/ReadObject.aspx?obj=22664>.

BRAZZABENI, Micol (2012). De bairro em bairro: uma família cigana em Vila Real de Santo António; in José Bastos (org.) *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Edições Colibri. Lisboa. Pp. 267-278.

CABECINHAS, Rosa (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*, Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho. Consultado em 15/10/2017 e disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE\\_RC\\_FINAL.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE_RC_FINAL.pdf)

CACHADO, Rita (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, nº 206, pp. 134-152. Consultado a 28/09/2017 e disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_206\\_d03.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_d03.pdf)

CACHADO, Rita e NUNES, João (2013). *Entrevista com Raul da Silva Pereira, Habitação e sociedade*. *Análise Social*, nº 206, pp. 183-191. Consultado a 12/02/2018 e disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n206/n206a08.pdf>

CALADO, Pedro (2016). *Entre Iguais e Diferentes: a Mediação Intercultural*. *Atas das I Jornadas da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural*; Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Lisboa.  
[http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2374/1/Atas\\_RESMI\\_final.pdf](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2374/1/Atas_RESMI_final.pdf)

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela (1998). *Metodologia da investigação: guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

CASTLLES, Manuel (1999). *O poder da identidade*, Vol. II São Paulo – Brasil: Paz e Terra.

CASTRO, Alexandra, (1995). Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação; *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 17, 1995. Pp. 97-111.

CASTRO, Alexandra (2004). Ciganos e itinerância - realidades concelhias e formas de hospitalidade. *Cidades, Comunidades e Territórios*. Pp. 55-70.

Consultado a 20/08/2018 e disponível em em:

<file:///C:/Users/Guest/Downloads/9200-Article%20Text-26018-1-10-20160502.pdf>

CASTRO, Alexandra (2006). *A mobilidade, os ciganos e os outros: incertezas na relação com o território*. Consultado em 20/08/2018 e disponível em:

[https://www.academia.edu/1977995/A\\_mobilidade\\_os\\_ciganos\\_e\\_os\\_outros\\_incertezas\\_na\\_rela%C3%A7%C3%A3o\\_com\\_o\\_territ%C3%B3rio](https://www.academia.edu/1977995/A_mobilidade_os_ciganos_e_os_outros_incertezas_na_rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_territ%C3%B3rio)

CASTRO, Alexandra (2008). *A Habitação dos Ciganos em Portugal, constatações e Propostas de Intervenção*. Documento Interno. CET/ISCTE.

CASTRO, Alexandra (2012). *Na luta pelos bons lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de doutoramento em Antropologia, especialidade Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE-IUL.

CORREIA, André Clarezza (2012). A gente não tem casa, é um dia aqui, um dia além, in José Bastos (org.) *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Edições Colibri. Lisboa. Pp. 239-265.

DUARTE, Isabel *et al.* (2001). Os Ciganos Vistos pelos Outros: Coexistência /Inter-Étnica em Espaços Urbanos. *Cidades, Comunidades e Territórios*; Revista nº 2; pp. 73-84. Consultado a 07/02/2019 e disponível em:

[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3350/1/Cidades2001-2\\_Castro\\_al.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3350/1/Cidades2001-2_Castro_al.pdf)

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John (2000 [1965]). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ERRC/Númena, (2007). *Os Serviços Sociais ao Serviço da Inclusão Social: o caso dos ciganos. Avaliando o impacto dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão social na República Checa, em França e em Portugal*. Lisboa, ERRC - European Roma Rights Centre e NÚMENA- Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas Va99 1999

FALCÃO, José (2013). Discriminação da Comunidade Cigana. in Olga Magano e Manuela Mendes (orgs.) *Ciganos Portugueses: Olhares Cruzados e Interdisciplinares sobre as*

*Políticas de Integração e Projetos Sociais e Culturais*. Lisboa. CEMRI/ Universidade Aberta.

FERNANDES, Luís (1995). O sítio das drogas, Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. *Revista Toxicodependências*, nº 2, pp. 22-32. Consultado a 22/02/2018, disponível em:

[http://www.sicad.pt/BK/RevistaToxicodependencias/Lists/SICAD\\_Artigos/Attachments/438/artigo3Apdf.pdf](http://www.sicad.pt/BK/RevistaToxicodependencias/Lists/SICAD_Artigos/Attachments/438/artigo3Apdf.pdf)

FERNANDES, António (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol. V, pp. 7-67. Consultado a 17/01/2018, disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1381.pdf>

FERNANDES, Luís & RAMOS, Alexandra (2010). Exclusão social e violências quotidianas em «bairros degradados»: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Revista Toxicodependências*, Edição Idt, Volume 16, Nº 2 pp. 15-27. Consultada a 20/02/2018, disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a02.pdf>

FERREIRA, António (2005). *Gestão estratégica de cidades e regiões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, Teresa, *et al.* (2015) (Coord.). *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*, Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU. Consultada a 20/12/2018, disponível em:

[http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao\\_condicoes\\_habitacao.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf)

FLICK, Uwe (2013). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. 2ª ed. Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.

GIDDENS, Anthony (2004). *Sociologia*, 4ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GUERRA, Isabel (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território*, nº 20, pp. 11-16.

GUERRA, Isabel (2008). Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso. *Cidades - Comunidades e Territórios*, nº 17, pp. 47-61.

HELLER, Léo & FARAH, Leilani, (2016). *Declaração de Fim de Missão*. Relatório das Nações Unidas sobre os direitos humanos à água e ao saneamento e sobre o direito a uma habitação condigna, Lisboa. Consultado a 08/02/2018 e disponível em:  
<https://habitarporto.org/2016/12/22/visita-da-relatora-da-onu-podemos-fazer-melhor/>

HENRIQUES, Joana (2014). “Organização europeia acusa Câmara da Vidigueira de violar direitos ao despejar ciganos”. *Jornal “O Público”*. Consultado a 22/09/2017, disponível em:  
<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/organizacao-europeia-acusa-camara-da-vidigueira-de-violar-direitos-ao-despejar-ciganos-1663487>

IHRU (2007). *Plano Estratégico de Habitação – 2007/2013. Uma habitação para todos - Diagnóstico*, IHRU. Consultado a 15/01/2019 e disponível em:  
[http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/docs/PEH\\_Diagnostico\\_versao\\_resumida.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/docs/PEH_Diagnostico_versao_resumida.pdf)

IHRU (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento habitacional*. IHRU. Consultado a 22/07/2019 e disponível em:  
[https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento\\_necessidades\\_habitacionais/Relatorio\\_Final\\_Necessidades\\_Realojamento.pdf](https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf)

LEFEBVRE, Henri (2008). *O Direito à Cidade*. Centauro Editora, São Paulo- Brasil.

MAGANO, Olga, e SILVA, Luísa (2002). A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto, in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM). [atas de encontro científico] [n.7] Consultado em 22/03/2018 e disponível em:

[http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc7e530d4e\\_1.pdf](http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc7e530d4e_1.pdf)

MAGANO, Olga (2010). “*Tracejar vidas normais*”. *Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta/DCSG. Tese de doutoramento em sociologia. Lisboa: Universidade Aberta.

MAGANO, Olga e MENDES, Manuela (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº temático - *Ciganos na Península Ibérica e Brasil: Estudos e Políticas Sociais*. P.p. 15-36.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12897.pdf>

MEDINAS, Carlos (2018). *Ciganos e Literacia digital: estudo de caso em Reguengos de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais – Universidade Aberta.

MENDES, Manuela (2008). Representações sociais face a práticas de discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na AML. *VI congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Consultado em 12/03/2019 e disponível em:

<http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/192.pdf>

MENDES, Manuela (2012). *Identidades, Racismo e Discriminação: ciganos da AML*, Lisboa, Caleidoscópio.

MENDES, Manuela; MAGANO, Olga e CANDEIAS, Pedro (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*, Observatório das Comunidades Ciganas, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

NUNES, João (2013). O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). *Análise Social*, nº 206, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ISSN *online* 2182-2999, XLVIII (1.º), p.81-100.

Consultado a 21/10/2017, disponível em:

[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_206\\_d01.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_d01.pdf),

NUNES, Olímpio (1996). *O Povo Cigano*, Lisboa, Edição do autor/Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2ª edição.

ONU, Organização das Nações Unidas (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*, Nova Iorque (EUA). Consultado a 23/12/2017 e disponível em:

[http://www.instituto-camoes.pt/images/ods\\_2edicao\\_web\\_pages.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf)

PEREIRA, Raul (1983). A habitação própria - solução do problema habitacional? *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3.º, 4.º 5.º. P.p.737-741. Consultado a 28/09/2017 e disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223464601E7hRG3zv9Ob58UX6.pdf>

PEREIRA, Álvaro; REBELO, Margarida (2013). Habitação e integração social. Que desafios lançam os grupos étnicos minoritários? In Mendes, Maria Manuela e Magano, Olga, *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 61-70

PEREIRA, Isabel (2016). «Ninguém dá trabalho aos ciganos!» - *Estudo qualitativo sobre a (des)integração dos ciganos no mercado formal de emprego*- Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais; Lisboa: Universidade Aberta.

PEREIRINHA, José (2008). *Fundamentos da Atuação das políticas Públicas*, Política social. Lisboa: Universidade Aberta.

PINTO, Teresa (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo Bairro. *Sociedade e Território*, nº 20, Abril 1994, Porto, Afrontamento. Pp. 36-43

UE, União Europeia (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, Gotemburgo (Suécia). Consultado a 22/12/2017 e disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles\\_pt](https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_pt).

REBELO, Margarida; PEREIRA Álvaro e SILVA, Delta (2013). O Papel da Identidade Social na Integração de Imigrantes e de Grupos Minoritários em Portugal. *Revista Internacional de Ciências Sociais e Humanas*, Vol. I, nº 1. Pp. 253-266.

RODRIGUES, Elsa (2012). O associativismo no feminino e o seu papel regulador. in José Bastos (org.) *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Edições Colibri. Lisboa. Pp. 98-128.

SALES, João (2005). Ciganas in *Vicente*, Quimera, Lisboa, e-book  
Consultado a 20/08/2018 e disponível em:  
[file:///C:/Users/Guest/Downloads/cadernosvicente\\_Ressurreicao.pdf](file:///C:/Users/Guest/Downloads/cadernosvicente_Ressurreicao.pdf)

SAMA, Sara, (2010). *Espacios Vividos, Espacios Creados: Los 'Ciganos' de Évora*; Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Antropología Social; Madrid.

SANTOS, Rosa (2013). Construção de um processo de integração social. A experiência de um Parque Nómada como Centro de Estágio Habitacional; in *Ciganos portugueses: Olhares cruzados e interdisciplinares em torno das políticas sociais e dos projetos de intervenção social e cultural*, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais CEMRI, Universidade Aberta. pp.62-63.

SANTOS, Sofia; MARQUES, João (2014). O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº temático - *Ciganos na Península Ibérica e Brasil: Estudos e Políticas Sociais*. Pp. 37-56. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12897.pdf>

SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO (2017). *Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação: Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, Governo Português, Lisboa. Consultado a 15/01/2018 e disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=95621259-fdd4-4099-82f3-2ff17c522882>

SILVA, Carlos (1994). Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX; *Análise Social*, vol. XXIX (127), pp. 655-575.

SIMPLICIO, Maria Domingas (2009). *Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI*". Departamento de geociências, Universidade de Évora.

SOUSA, Carlos Santos (2012). O casamento de António Maia, in José Bastos (org.) *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Edições Colibri. Lisboa. Pp. 29-48.

TÖNNIES, Ferdinand (1947) *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada.

VALA, J.; BRITO, R. e LOPES, D. (1999). *Expressões do racismo em Portugal*, Lisboa, ICS.

VILLAR, Paola (2015). *O Direito Fundamental à Habitação e o Direito do Urbanismo: uma análise do direito português e do direito brasileiro*. Dissertação em Ciências Jurídico-Políticas -Menção em Direito Constitucional; Universidade de Coimbra. Consultado a 18/12/2017 e disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29919/1/O%20direito%20fundamental%20a%20habitacao%20e%20o%20direito%20do%20urbanismo.pdf>

WACQUANT, Loïc, (2006). *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État*. Capítulo 8, Paris: La Découverte, pp. 27-39. Consultada a 19/02/2018, disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>

WIEVIORKA, Michel (2002), *A diferença*. Lisboa: Fenda.

## **LEGISLAÇÃO**

Constituição da República Portuguesa - Sétima Revisão Constitucional – 2005

Decreto do Presidente da República n.º 62/2015, Diário da República, I Série - A, n.º 136 de 15 de julho de 2015.

Decreto-Lei n.º 163/1993, Diário da República, I Série – A, n.º 106 de 07 de maio de 1993.

Decreto-Lei n.º 135/2004, Diário da República, I Série – A, n.º 135 de 03 de junho de 2004.

Decreto-Lei n.º 54/2007, Diário da República, I Série – A, n.º 54 de 12 de Março de 2007.

Decreto-Lei n.º 37/2018, Diário da República, I Série, n.º 106 de 04 de junho de 2018.

Portaria n.º 230/2018, Diário da República, I Série, n.º 108 de 17 de agosto de 2018.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, Diário da República, I Série, n.º 154 de 29 de novembro de 2018.

## **SÍTIOS**

CLUBE AUTOCARAVAMISTA SALOIO. Consultado a 15/12/2018 e disponível em:

<http://www.cas-autocaravanismo.com/kunena/areas-de-servico-em-portugal/1161-area-de-servico-para-autocaravanas-de-evora>

HABÉVORA, E.M. Consultado a 12/01/2018 e disponível em:

<http://www.habevora.pt/programa-especial-de-realojamento.html>

PORDATA (2018). *Idade média ao primeiro casamento, por sexo*. Consultada a 19/01/2019, disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%C3%A9dia+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421-5200>

PORDATA (2018a). *Idade média da mãe ao nascimento de um filho*. Consultada a 19/01/2019, disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%C3%A9dia+da+m%C3%A3e+ao+nascimento+de+um+filho-417>

PORDATA (2018b). *Indicadores de fecundidade: Índice sintético de fecundidade e taxa bruta de reprodução*. Consultada a 19/01/2018, disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+%C3%8Dndice+sint%C3%A9tico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodu%C3%A7%C3%A3o-416>

PORDATA (2018c). *Limiar de risco de pobreza*. Consultada a 19/01/2018, disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>

## **Anexos**

## Anexo I

### Guião de entrevistas a pessoas não ciganas

Entrevista n° \_\_\_\_\_ realizada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ local \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Habilitações literárias \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

1. Trabalha com ciganos? Que tipo de trabalho desenvolve?
2. Qual é a sua opinião sobre a etnia cigana?
3. No decurso do seu trabalho, sente dificuldades em trabalhar com pessoas de etnia cigana?
4. O que pensa sobre os ciganos que se encontram desalojados? Sabe indicar a razão?
5. Que tipo de contacto mantém com esta parte da população?
6. Reconhece diferenças ou maiores dificuldades em trabalhar com os ciganos desalojados?
7. Na sua opinião a quem atribui a responsabilidade das condições precárias em que se encontram os ciganos desalojados?
8. Por parte das entidades ou dos serviços em que trabalha, pensa que alguma mudança poderia colmatar as dificuldades destas pessoas?
9. Acha que os ciganos são discriminados pela sociedade em geral?
10. O que poderia mudar?

## Anexo II

### Guião de entrevistas a pessoas ciganas

Entrevista nº \_\_\_\_\_ realizada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ local \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Atividade profissional \_\_\_\_\_

(A entrevista será complementada com as questões já efetuadas nos questionários e será gravada em áudio)

Relativas à localização e itinerância:

1. Há quanto tempo reside neste local?
2. Tem autorização para acampamento temporário passado pela CME?
3. Qual é a sua relação com a PSP? Costumam dirigir-se a si, neste local?
4. Este é o único local onde costuma acampar na cidade de Évora?
5. Tem hábito de sair para outras localidades? Onde? Faz levantamento do acampamento?

Condições no local de acampamento:

6. O que lhe falta neste local que pudesse melhorar as condições de vida?
7. Tem água potável no local? Eletricidade? WC?
8. Onde costuma fazer as compras?
9. A que distância fica o estabelecimento comercial mais próximo?

Acessibilidades:

10. Como faz para levar as crianças para a escola?
11. As crianças vão todos os dias à escola? Porquê?

Rede de apoios:

12. Quando tem alguma necessidade (básica) a quem pede apoio? E quem o ajuda?
13. Quais são as instituições a que recorre ou com as quais tem maior proximidade?
14. Quando algum elemento da família necessita de cuidados de saúde onde se dirige?

Relativas à habitação:

Gostava de residir em habitação tradicional?

14.1. Já tomou alguma diligência para obter uma habitação?

15. Importava-se de residir em habitação social?

16. O que acha que o impede de ter uma habitação social?

Saúde e maternidade:

17. Tem alguma doença crónica? Conhece alguém da sua família ou outras pessoas ciganas com doenças crónicas?

18. Quantos filhos têm?

19. Gostava de ter mais filhos?

20. Com que idade foi pai/mãe? Acha que a idade com que foi pai/mãe foi a ideal?

21. Qual seria a idade ideal?

22. Toma algum tipo de contraceção? (só mulheres)

Perceções sobre a discriminação:

23. Acha que o facto de ser cigano o impede de ter uma vida melhor?

24. Sente discriminação?

25. Sente discriminação por parte de outros ciganos que estejam em melhores condições?

26. Quais são as situações em que se sente mais discriminado?

27. Acha que as crianças se sentem discriminadas na escola?

## Anexo III

<b>Inquérito às pessoas ciganas desalojadas</b>								
Inquérito nº _____	Localização _____							
Nome de família _____								
<b>A: Caracterização do entrevistado(a) e dos elementos que compõem o agregado familiar co-residente</b>								
	IND.1 respondente	IND.2	IND.3	IND.4	IND.5	IND.6	IND.7	IND.8
P1. SEXO – Feminino (1); Masculino (2)								
P2. IDADE – N° de anos								
P3. GRAU DE PARENTESCO COM IND.1 – Cônjuge/ Companheiro(a) (1); Filho(a) (2); Enteado(a) (3); Pai ou mãe (4); Sogro ou sogra (5); Nora ou genro (6); Irmã(o) ou irmão(7); Neto(a)/ Bisneto(a) (8); Avô ou Avó (9); Outro grau de parentesco – referir qual (10)								
P4. EÍNIA - Cigana (1); Não cigana (2)								
P5. DOENÇAS IDENTIFICADAS - Não (1); Se sim, referir quais								
P6. VACINAÇÃO - Sim (1); Não (2)								
P7. ESTADO CIVIL – Casado (1); União de facto (2); Solteiro (3); Separado de facto (4); Divorciado (5); Viúvo (6)								
P8. NACIONALIDADE – Portuguesa (1); Estrangeira – de outro país (2 – indicar qual)								
P9. NATURALIDADE -								
P10. FREQUENCIA ESCOLAR - Ano que frequenta								
P11. NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU/COMPLETOU – Não sabe ler nem escrever (1); Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola (2); Pré-escolar (3); Frequência de 1º ciclo/incompleto (4) Básico – 1º ciclo (5); Básico – 2º ciclo (6); Básico – 3º ciclo (7); Secundário (8); Médio/profissional (9); Bacharelato (10); Licenciatura (11); Mestrado (12); Outro (13 – especificar)								
P12. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - Nome da escola								
P13. QUAL A SUA PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO? Trabalho (1); Rendimento Social de Inserção (2); Pensão/ Reforma (3); Subsídio temporário de doença (4); Subsídio temporário de desemprego (5); Outros subsídios temporários (6); Apoio Social (7); A cargo da família (8); Biscates (9); Outra situação (10 – especificar qual)								
P14. SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO - Ativo com profissão/Tem trabalho (1); Desempregado (2 – referir tempo de desemprego); À procura do 1º emprego (3 – referir tempo); Doméstica (4); Reformado (5); Inválido/doença permanente (6); Estudante (7)								
P15. PROFISSÃO (no caso de desempregados ou reformados, indicar a última profissão)								
P16. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO – Trabalhador por conta de outrem (1); Trabalhador por conta própria sem empregados (2); Trabalhador por conta própria com empregados (3); Trabalhador familiar não remunerado (4); Outra situação (5 – especificar)								
P17. PINScrição NO IEFP - Sim (1); Não (2)								
P18. IDADE DO CASAMENTO - n° de anos								
P19. IDADE DE MATERNIDADE/PATERNIDADE - n° de anos								
P20. ORIGEM DOS PAIS - Escrever naturalidade								
P21. A QUE SE DEDICAM/VAM OS PAÍS - Escrever atividade								

**B: Condições de vida do grupo familiar**

P22. Há quanto tempo mora aqui?	<input type="text"/>	P29. Qual é a sua unidade de saúde?	
		Sim	<input type="checkbox"/>
P23. Onde morava antes?		Não	<input type="checkbox"/>
_____		Qual? _____	
P24. Onde mora a sua família?		P30. Tem médico de família?	
_____		Sim	<input type="checkbox"/>
		Não	<input type="checkbox"/>
P25. Qual é o seu rendimento por mês?		Qual? _____	
Menos de 200€	<input type="checkbox"/>	P31. Tem apoios Institucionais?	
Entre 200€ e 300€	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>
Entre 400 e 500€	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Entre 500 e 600€	<input type="checkbox"/>	Quais? _____	
Mais de 600€	<input type="checkbox"/>	P32. Tem outros apoios informais?	
P26. Tem Cartão de Cidadão?		Sim	<input type="checkbox"/>
Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	Quais? _____	
P27. Que morada deu?		P33. Prática de culto religioso	
_____		Sim	<input type="checkbox"/>
P28. Onde recebe o correio?		Não	<input type="checkbox"/>
_____		Qual? _____	
		Onde? _____	

## **Anexo IV**

### **Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar no estudo “Ciganos desalojados em Évora: estudo de caso sobre os ciganos sem habitação na cidade de Évora” desenvolvido no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta.

A entrevista será conduzida pela mestranda investigadora Maria José de Almeida Assunção e tem como orientadora científica a Professora Doutora Olga Maria dos Santos Magano. A recolha de som será efetuada em áudio e a gravação da entrevista destina-se exclusivamente a posterior transcrição escrita da mesma.

É garantida a inteira confidencialidade das respostas nunca sendo identificado o/a entrevistado/a e os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para a presente investigação cujos resultados apenas serão divulgados em contexto científico.

Aceito participar voluntariamente neste estudo, de acordo com as condições acima referidas,

Évora, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018

---